

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Lourdes Alves de Souza

Trauma intergeracional da escravidão:
experiência emocional de mães afrodescendentes que perderam seus filhos pela
ação violenta do Estado

São Paulo
2023

Lourdes Alves de Souza

Trauma intergeracional da escravidão:
experiência emocional de mães afrodescendentes que perderam seus filhos pela
ação violenta do Estado

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, como exigência
parcial para obtenção do título de Mestre
em Psicologia Clínica, sob a orientação da
Profa. Dra. Denise Gimenez Ramos.

São Paulo
2023

Lourdes Alves de Souza

Trauma intergeracional da escravidão:

experiência emocional de mães afrodescendentes que perderam seus filhos pela
ação violenta do Estado

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, como exigência
parcial para obtenção do título de Mestre
em Psicologia Clínica, sob a orientação da
Profa. Dra. Denise Gimenez Ramos.

Aprovado em: _____ / _____ / _____

Banca Examinadora

Dedico esse trabalho de dissertação a minha mãe Maria Balbina, e ao meu irmão José Carlos e a todas as mães que perderam seus filhos pela ação violenta do Estado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brazil (CAPES) - Finance Code 001

AGRADECIMENTOS

Aos meus Orixás e aos encantados por essa missão espiritual e por terem sustentado o meu corpo, a minha cabeça e a minha alma para desenvolver esse tema.

As minhas ancestrais, a mãe da mãe da minha mãe que me inspiraram e me conduziram neste caminho.

A toda minha família em nome do meu marido, que segurou e não soltou a minha mão nesse tempo de muita dedicação e trabalho.

As participantes da pesquisa, vocês ganharam um lugar especial no meu coração, sem vocês não seria possível ampliar o conhecimento sobre o luto materno e complexo intergeracional.

A minha orientadora, Profa. Dra. Denise Gimenez Ramos, por tanto, por abrir portas e janelas de conhecimento e por ter me encorajado a desvendar o mundo do trauma intergeracional.

A todos os Professores/as do Programa de Estudos de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP e dos outros Núcleos com os quais eu tive o privilégio de estudar e compartilhar saberes e bons momentos.

A Professora da banca examinadora Lilia Schwarcz, por ter aceitado generosamente fazer parte desse momento especial da minha vida. Admiração profunda pela sua pessoa e pelo seu trabalho sensível e vigoroso.

A Professora da banca examinadora Maria Helena Franco, pelas aulas encantadoras, por compartilhar o seu conhecimento e experiência com o processo de luto.

As professoras Beatriz Borges Brambilla e Tatiana de Castro Amato Locatelli pela amizade, presença, e apoio a minha defesa.

A CAPES, pelo apoio financeiro para a realização deste estudo.

Aos amigos e colegas de sala que me escutaram, apoiaram, incentivaram, contribuíram e foram testemunhas da minha passagem por esse ciclo.

A minha querida amiga Ana Paula Navarro, por ter me mostrado um caminho, que sozinha eu não teria encontrado e pelo apoio incondicionalmente nessa trajetória.

Ao amigo Fernando Stanziani pelas horas proveitosa de estudo e pesquisa em apoio a este trabalho.

A amiga Sandra Maria Taiar, pela escuta atenciosa e amorosa de tantas histórias e processos dessa caminhada.

A querida Sofia Marques Viana Ulisses, grande parceria, lindas trocas, boas conversas e trabalho duro na reta final. Obrigada, querida!

A caríssima, Helena Lyrio Carvalho, gratidão pela disponibilidade de escuta, pelo olhar atento e amoroso e revisão de texto.

A amiga Maria Cláudia Baima, por emprestar a sua experiência, pela cumplicidade durante a travessia e pela revisão cuidadosa de texto.

Agradeço ao amigo William Medeiros pela escuta atenciosa, que de tanto ouvir falar da minha dissertação, aceitou começar o seu mestrado.

A querida amiga e companheira Cléo Pisani, pelas contribuições generosas no início desse caminho.

Ao querido Ebraim Andrade, espero em breve retribuir tanta atenção e dedicação, foi especial trabalhar com você.

Ao querido Jefferson Luiz Pereira, pela ajuda na medida certa, onde foi necessário.

A todas as pessoas que colaboraram direta ou indiretamente com a pesquisa, a minha imensa gratidão, eu não conseguiria sem a ajuda de todos vocês.

Ao Carlos Alberto Lopes, pelo apoio e disponibilização de espaço físico para as entrevistas.

A Joelma A. Carvalho Santos, pelo apoio na divulgação da pesquisa e disponibilização de espaço físico.

A querida amiga Eliana Francisco pelo apoio com indicações de pessoas e materiais de estudo.

As marcas da escravidão

Nenhum povo que passasse por isso como sua rotina de vida, através de séculos, sairia dela sem ficar marcado indelevelmente. Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que supliciou. A docura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos. (RIBEIRO, 1995, p. 12)

RESUMO

DE SOUZA, L. A. **Trauma intergeracional da escravidão:** experiência emocional de mães afrodescendentes que perderam seus filhos pela ação violenta do Estado. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

O trauma decorrente da escravidão e a transmissão geracional das suas consequências psicossociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais são heranças da sociedade contemporânea. Nesse contexto, este estudo objetivou identificar e refletir sobre as narrativas de mulheres afrodescendentes acerca da perda violenta de filhos mortos pela ação da força de segurança do Estado e sua relação com o trauma intergeracional da escravidão. Especificamente, buscou compreender se e como aspectos históricos relacionados ao trauma intergeracional da escravidão impactam na vida e na saúde emocional de mulheres afrodescendentes, bem como a qualidade da experiência emocional das mães enlutadas em decorrência da perda violenta de seus filhos. Para tanto, realizou-se uma pesquisa exploratória qualitativa por meio de entrevistas de história de vida. Participaram quinze mulheres afrodescendentes que tiveram um ou mais filhos(as) mortos pela ação da força de segurança do Estado. As informações foram analisadas por categorias temáticas depreendidas do conjunto de entrevistas. Os resultados evidenciam a presença de processos intergeracionais na experiência do luto e na vida psicossocial das mães pretas participantes. Apontaram, ainda, que a morte violenta de seus filhos se soma a diversas situações de violência e abandono que perpassam a vida das narradoras, bem como de suas antepassadas. Propõe-se que os traumas vivenciados por mulheres pretas precisam ser reconhecidos e integrados à consciência individual e coletiva a fim de possibilitar a cicatrização das feridas históricas que se repetem diariamente em situações de extrema violência e desumanização de pessoas negras. Este estudo é de extrema relevância para o campo científico e social, pois traz à luz um tema que permanece invisível em diversos contextos, mas vivo na história psíquica do povo brasileiro.

Palavras-chave: Trauma. Trauma intergeracional. Trauma intergeracional da escravidão. Complexo cultural. Luto materno. Memória.

ABSTRACT

DE SOUZA, L. A. **Intergenerational trauma of slavery**: emotional experience of Afro-descendant mothers who lost their children by the State's violent action. 2013. Dissertation (Master in Clinical Psychology) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

The trauma from slavery and the generational transmission of its psychosocial, political, economic, cultural, and educational consequences are legacies of contemporary society. In this context, this study aimed to identify and reflect on the narratives of Afro-descendant women about the violent loss of children killed by the action of the State and its relationship with the intergenerational trauma of slavery. Specifically, it sought to understand whether and how historical aspects related to the intergenerational trauma of slavery impact the life and emotional health of Afro-descendant women, as well as the quality of the emotional experience of bereaved mothers resulting from the violent loss of their children. For that, qualitative exploratory research was carried out through life history interviews. Fifteen Afro-descendant women participated who had one or more children killed by the action of the State. The information was analyzed by thematic categories deduced from the set of interviews. The results showed the presence of intergenerational processes in the experience of mourning and in the psychosocial life of the participating black mothers. They also pointed out that the violent death of their children adds to various situations of violence and abandonment that pervade the lives of the narrators, as well as their ancestors. It is proposed that the traumas experienced by black women need to be recognized and integrated into individual and collective consciousness to enable the healing of historical wounds that are repeated daily in situations of extreme violence and dehumanization of black people. This study is extremely relevant for the scientific and social field, as it brings to light a theme that remains invisible in different contexts, but alive in the psychic history of the Brazilian people.

Keywords: Trauma. Intergenerational trauma. Intergenerational trauma of slavery. Cultural complex. Maternal grief. Memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Imagem do Sankofa.....	19
Figura 2 – Imagem da escrava Anastácia.....	29
Figura 3 – Amas de leite.....	31
Figura 4 – Fluxograma da revisão integrativa.....	58
Figura 5 – Rede de conexões para captação de participantes.....	75
Figura 6 – Dendograma de classes da Classificação Hierárquica Descendente.....	85
Figura 7 – Gráfico da Análise Fatorial de Correspondências.....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização das participantes.....	79
---	-----------

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categoria temática: Experiência emocional da mãe.....	87
Quadro 2 – Categoria temática: A dor que não passa.....	89
Quadro 3 – Categoria temática: Premonição de morte.....	92
Quadro 4 – Categoria temática: O filho perdido.....	93
Quadro 5 – Categoria temática: Ciclo repetitivo da violência.....	94
Quadro 6 – Categoria temática: Perdas e danos.....	96
Quadro 7 – Categoria temática: No tempo da minha bisavó ainda tinha escravidão.....	97
Quadro 8 – Categoria temática: A gente só trabalhava.....	98
Quadro 9 – Categoria temática: O Luto de uma vida inteira.....	99
Quadro 10 – Categoria temática: Solidariedade na luta.....	101
Quadro 11 – Categoria temática: O mundo nada me deu.....	102
Quadro 12 – Categoria temática: Impressionante falta de humanidade.....	103

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	13
1 INTRODUÇÃO	16
2 A ESCRAVIZAÇÃO NO BRASIL – UMA HISTÓRIA SILENCIADA	21
3 DESVENDANDO O MUNDO DO TRAUMA	38
4 A INVISIBILIDADE DO LUTO DAS MÃES PRETAS	49
5 REVISÃO DE PESQUISAS	55
5.1 Método e procedimentos da revisão	55
5.2 Contexto socio-histórico-político	57
5.3 Traumas intergeracional, transgeracional e histórico	61
5.4 Pesquisas sobre Luto materno	63
5.5 Síntese da revisão	65
6 OBJETIVOS	67
6.1 Objetivo geral.....	67
6.2 Objetivos específicos	67
7 MÉTODO	68
7.1 Caracterização do estudo	68
7.2 Participantes	68
7.3 Local.....	68
7.4 Instrumentos	69
7.4.1 Questionário sociodemográfico	69
7.4.2 Entrevista-piloto.....	69
7.4.3 Entrevista de História de Vida.....	69
7.4.4 Gravador.....	72
7.4.5 Diário de campo	72
7.5 Procedimentos.....	72
7.5.1 Captação de participantes	72
7.5.2 Procedimento de coleta	74
7.5.3 Procedimento de análise das informações	76
7.5.4 Procedimento ético.....	77
8 RESULTADOS.....	78
8.1 Caracterização e apresentação das participantes.....	78
8.2 Análise lexical.....	84

8.3 Análise temática	86
8.3.1 <i>Experiência emocional da mãe.....</i>	86
8.3.2 <i>A dor que não passa</i>	88
8.3.3 <i>Premonição de morte.....</i>	90
8.3.4 <i>O filho perdido</i>	91
8.3.5 <i>Ciclo repetitivo da violência</i>	93
8.3.6 <i>Perdas e danos</i>	95
8.3.7 <i>No tempo da minha bisavó ainda tinha escravidão</i>	96
8.3.8 <i>A gente só trabalhava</i>	97
8.3.9 <i>O luto de uma vida inteira</i>	98
8.3.10 <i>Solidariedade na luta</i>	100
8.3.11 <i>O mundo nada me deu</i>	101
8.3.12 <i>Impressionante falta de humanidade</i>	102
8.4 Síntese interpretativa dos resultados	105
9 DISCUSSÃO	109
9.1 O luto das mães negras e possíveis transformações pela luta	109
9.2 Experiências traumatizantes ao longo da vida	112
9.3 Transmissão geracional de traumas da escravidão: narrativas de uma história coletiva	114
10 CONCLUSÃO	117
REFERÊNCIAS.....	122
APÊNDICE A – Questionário sociodemográfico	132
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	133

PRÓLOGO

Não sou descendente de escravos. Eu descendo de seres humanos que foram escravizados. (VALDINA, 2012¹)

Inspirada pela herança ancestral da sabedoria africana e abençoada por meus orixás, empreendo essa jornada de narrativas e memórias silenciadas. Ao me deparar com o tema que escolhi pesquisar e desenvolver neste trabalho de dissertação de mestrado, deparei-me também com a minha história marcada pela história de minha mãe, história essa que não é somente dela, mas também de centenas de milhares de mulheres afrodescendentes no Brasil.

Sou filha de uma mulher que foi escravizada no período pós-abolição e, profundamente marcada pela perda de um filho, assassinado pela força de segurança do Estado. Minha mãe, aos cinco anos de idade, tornou-se órfã de mãe. Em consequência dessa perda, foi entregue por seu pai a uma família italiana, classe média, do interior do estado de São Paulo. Essa família recebeu-a e foi incumbida de dar-lhe moradia e alimentação e, em troca, a menina órfã e apartada de sua família ajudaria nos serviços domésticos. – Esse era, ou talvez ainda seja, um modelo de exploração de pessoas negras, escamoteado pela ideia de adoção ou caridade. Esse modelo, prosperou por décadas após a abolição, até ser substituído pelo trabalho mal remunerado e nomeado atualmente como empregadas domésticas. A exploração de um humano sobre o outro, também pode ser chamada de escravidão. Nessa perspectiva, o explorado é transformado em expectador, está a serviço de outrem que é livre para realizar seus projetos de vida e prosperar, enquanto o outro atua como visor passivo da vida alheia.

Curiosamente, no entanto, não há queixas na narrativa de minha mãe, é apenas uma história na qual **ela triunfa como sobrevivente**, apesar das circunstâncias. Ela repete um episódio de doença aos 12 anos de idade, em que quase morreu, e foi salva pelo médico da família italiana, isso a conforta e a deixa próxima da ideia de ter sido parte daquela família. Frequentou escola por um ano e apesar do apelo da professora em dar continuidade, isso lhe foi negado. A ideia predominante é a de ter aprendido bons modos, alimentava-se bem e aprendeu tudo

¹ A educadora Valdina de Oliveira Pinto, mais conhecida como Makota Valdina, foi uma das principais ativistas contra o racismo e a intolerância religiosa no Brasil. O nome *Makota* vem da função que exercia como conselheira da mãe de santo, no terreiro de candomblé Tanuri Junsara (ALMEIDA, T., 2019).

sobre a cozinha italiana. Mesmo quando mencionava que comia da mesma comida que os *patrões* – essa é a denominação recorrente – era na cozinha que ela se alimentava com a empregada adulta, a mesma pessoa com quem dividia o quarto de dormir.

Sistematicamente teve a cabeça raspada até a adolescência, interpretado por ela como uma forma de desestimular a saída para a rua, entendido por ela como uma prática natural da época, por não saber ela própria cuidar dos seus cabelos. Essas narrativas diferenciam-se em pequenos detalhes na vida das quatro irmãs maiores, igualmente entregues a outras famílias para trabalhar sem remuneração.

O tom resignado, também justifica a atitude do pai, homem negro, na segunda década após a abolição, em renunciar às suas cinco filhas pequenas, por não reunir recursos para cuidar delas e prover sozinho as necessidades da casa. A submissão e aceitação diante do irrevogável como condições de vida, contexto da época, parece ter sido a estratégia possível para garantir a sobrevivência individual e familiar. O casamento de minha mãe com o meu pai foi a ruptura dessa condição de exploração. Desse casamento foram gerados cinco filhos. A minha mãe nunca mais saiu para trabalhar e o meu pai manteve, por décadas, dois empregos para garantir o sustento da família. Ambos carinhosos, empenhados em oferecer aos filhos estudo, boa alimentação, moradia, condições seguras de vida, a família vivendo em casa própria de cinco cômodos e um quintal espaçoso, foi a maior conquista de trabalho conjunto de ambos, referência de acolhimento e moradia para muitos familiares aportados em São Paulo, buscando melhores condições de vida e sobrevivência.

As reuniões familiares eram oportunidades de contação de histórias, sempre com uma moral, algo que as crianças deveriam aprender sobre a vida. Lembro-me de ouvir dos adultos: Nós negros temos de nos esforçar mais do que os brancos! Se tiverem oportunidade estudem, terão mais chances de prosperar e se integrar à sociedade. Valores como trabalho, estudo e honestidade eram sempre sustentados por esse grupo. Mas, a vida mostra, também, um outro lado. O que os meus pais jamais poderiam supor e imaginar, **na tentativa de integração**, é que seriam atingidos pela dor e sofrimento da perda de um filho pela ação da força de segurança do Estado. Meu irmão teve a vida interrompida aos 19 anos de idade, assassinado com um tiro na cabeça, sem chance de defesa, era um alvo nos anos 1970.

Essa experiência traumática marcou as nossas vidas para sempre, nunca mais fomos os mesmos. A minha mãe silenciou toda a sua dor, enterrou as histórias e as

lembranças do meu irmão, nunca mais falamos sobre o que aconteceu. O meu pai foi tomado pela tristeza e arrebatado pela dor, não tinha palavras para expressar qualquer sentimento. O medo, a raiva, a culpa e a vergonha **nos calaram a todos**. Na ocasião, muitas famílias negras tiveram que enterrar seus filhos sem condições de reagir, questionar, protestar, era perigoso demais, como hoje, continua sendo. O luto de pais por um filho, talvez seja um dos mais dolorosos, mas nessa circunstância não foi reconhecido e a memória de uma vida foi apagada.

Meu irmão era protetor, gentil e divertido. Tinha a pele preta e os olhos castanhos vivos e um sorriso contagiante. Odeio o fato de ele ter se transformado em estatística de jovem negro assassinado pela polícia e a minha mãe ter sido silenciada em sua dor. Resgatar esse acontecimento traumático, não diz respeito, exclusivamente, à dor e ao sofrimento pessoal, mas sim, ao sentimento autêntico e genuíno de compaixão e empatia com mães que perderam seus filhos por diversos motivos e, especialmente, raciais.

Assim, esse trabalho é dedicado ao estudo do trauma intergeracional de perda de filhos e filhas de mulheres afrodescendentes, do luto, por vezes, não reconhecido e das memórias silenciadas. Falar sobre o que aconteceu é um primeiro passo para romper o processo de silenciamento, amplificar vozes e tentar curar as feridas.

1 INTRODUÇÃO

Nem tudo que é encarado pode ser mudado, mas nada pode ser mudado até ser encarado. (EU NÃO SOU SEU NEGRO, 2017)

Homens e mulheres pretos e pretas do Brasil, vocês existem e são valiosos para nós. (ALMEIDA, 2023)

Durante o longo período entre os séculos XVI e XIX, aconteceu o grande “holocausto africano” (BREWSTER, 2018). Aproximadamente, 11 milhões de homens, mulheres e crianças foram retirados de seus países de origem e levados, na condição de escravos, para as Américas. Cerca de um milhão de africanos(as) morreram na travessia do Atlântico. Nenhuma outra tragédia humana é comparável, em número de vítimas, duração e残酷. Africanos embarcados nos navios negreiros nunca mais voltariam à África, nem recuperariam a sua liberdade, arrancados do convívio de suas famílias, impedidos de praticar sua religião e despojados de toda bagagem de valores e significados que confere identidade e sentido de pertencimento ao sujeito.

O período de escravização foi determinante para o desenvolvimento econômico do Brasil Colônia e do Brasil Império, gerando riqueza e poder herdados por seus descendentes e que duram até hoje. A vantagem adquirida com o sacrifício de milhões de vidas humanas é parte da história do Brasil, assim como o legado psicossocial deixado à sociedade contemporânea. De acordo com Ribeiro (1995, p. 161): “Calcula-se em 160 milhões de libras-ouro o custo pago pela economia brasileira para a aquisição de escravos africanos nos trezentos anos de tráfico”.

Estima-se que 46% desses africanos foram trazidos para o Brasil (REIS; GOMES, 2021). Uma das consequências dessa presença volumosa de africanos no Brasil é a importante e fundamental influência, ao longo do tempo, na constituição racial e cultural brasileira, pois o Brasil é o país com a maior população negra fora da África, em função do tráfico de pessoas africanas (RIBEIRO, 1995).

O poder outorgado aos proprietários de escravos, amparados por leis da época, conferia-lhes o direito de dispor dos corpos negros de homens, mulheres e crianças, incluindo o poder de decidir sobre suas vidas e mortes. Desde a pós-abolição até os dias de hoje, esse poder de determinar quem vive ou morre passou a ser, em certa medida, atributo da força de segurança do Estado, responsável por quase 80% das mortes de jovens negros no Brasil.

Dados divulgados no *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil* (UNICEF BRASIL; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021), chamam a atenção para os números da violência contra crianças e adolescentes no período de quatro anos, entre 2016 e 2020, no Brasil: 35 mil crianças e adolescentes entre 0 e 19 anos foram mortos de forma violenta no país, uma média de 7 mil por ano. Dentre os 35 mil mortos, a maioria era constituída por adolescentes de 15 a 19 anos. As mortes violentas têm alvo específico: mais de 90% das vítimas são meninos, e 80% são negros. Esses meninos, pretos e pardos, morrem fora de casa, por armas de fogo e, em proporção significativa, são vítimas de intervenção policial (UNICEF BRASIL; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021).

Esses dados evidenciam o racismo estrutural que se manifesta na desigualdade social e racial. Segundo Silvio Almeida, ministro dos Direitos Humanos:

O racismo é sempre estrutural, ou seja, é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. De tal sorte, todas as outras classificações são apenas modos parciais – e, portanto, incompletos – de conceber o racismo. (ALMEIDA, 2019, p. 15)

A ameaça permanente de aniquilação, o ataque à integridade física, emocional, moral e cívica, causada pelo racismo estrutural, faz da vida dos afrodescendentes um exercício de sobrevivência em um cenário estressante e de experiências traumáticas (BOYNTON, 2020; COSTA *et al.*, 2017; GALÁN *et al.*, 2022; MARQUES JUNIOR, 2020; VERGNE *et al.*, 2015).

A história de dor e sofrimento da escravidão não acabou. As circunstâncias mudaram, mas essa continua sendo, em essência, uma história de opressão e dominação. Trata-se de uma experiência que está enronhada na identidade nacional. O trauma histórico não reconhecido, manifesta-se no tempo presente como uma carga de tensão e opressão que todos os afrodescendentes da diáspora africana têm que carregar, porque ainda não houve, no presente, um reconhecimento do impacto, das consequências psicossociais vividas em razão da escravidão (KIMBLES, 2021).

De outro lado, mães pretas são, irrefutavelmente, a maioria das vítimas secundárias da violência estrutural que mata jovens negros no Brasil. O luto é uma

experiência de rompimento de um vínculo significativo, e a perda de um filho torna essa experiência ainda mais dolorosa, principalmente, quando a causa é a violência. Todavia, ainda que exista uma vasta produção científica sobre o impacto da ação violenta das forças institucionalizadas sobre esses jovens e suas comunidades, são raros os artigos que abordam o impacto na saúde emocional de mulheres negras que experimentaram, ou ainda experimentam, o luto por filhos assassinados pelo Estado. Ainda mais escassos são aqueles que mencionam as questões raciais que possam estar implicadas no modo como mães pretas lidam com esse luto. Assim, por exemplo, termos como “mulheres negras”, “mulheres pretas”, “mulheres pretas enlutadas”, entre outros, não constam como descritores utilizados na produção científica, o que acentua a lacuna existente em termos de pesquisas que tratem desse tema.

No campo da psicologia analítica, todavia, encontramos Fanny Brewster (2018), que se dedicou a compreender a experiência de mulheres negras que perderam seus filhos, desde o período da escravidão até os dias de hoje. A autora propõe o conceito de “luto arquetípico”, sofrimento transmitido de modo intergeracional e decorrente da vivência das mulheres negras escravizadas, abusadas e forçadas a abdicarem de seus filhos para alimentar o comércio escravo. O medo e a raiva seriam sentimentos presentes no luto arquetípico, um legado fruto de um trauma cultural tão profundo que se estende por várias gerações, com efeitos psicológicos sobre as mulheres negras na sociedade contemporânea.

Temos, assim, que o trauma, o luto e o impacto emocional da perda de filhos por mães pretas experimentados ao longo de séculos de escravização se repetem na contemporaneidade, como espólio social e psicológico da escravidão. Esse espectro do passado, quando os filhos de escravizadas eram delas separados, mortos e/ou vendidos, continua assombrando a realidade de hoje.

Tendo em vista essas considerações, o presente trabalho teve como objetivo principal identificar e refletir sobre as narrativas de mulheres afrodescendentes acerca da perda violenta de filhos mortos pela ação da força de segurança do Estado e sua relação com o trauma intergeracional da escravidão. Especificamente, buscou compreender se e como aspectos históricos relacionados ao trauma intergeracional da escravidão impactam na vida e na saúde emocional de mulheres afrodescendentes, bem como entender a qualidade da experiência emocional das mães enlutadas em decorrência da perda violenta de seus filhos e o impacto na vida e na saúde.

Refletir sobre o trauma intergeracional da escravidão, de modo geral e, particularmente, sobre a experiência traumática da perda de filhos por mães negras, é uma incursão em um território pouco conhecido e, por esse motivo, se faz relevante como objeto de estudo. A pergunta que se apresenta é: na atualidade, a narrativa de mães enlutadas pela perda de filhos mortos pela força de segurança do Estado daria voz às suas ancestrais silenciadas?

Propomo-nos a empreender, esse estudo, a partir da perspectiva simbólica representada pelo *Sankofa* – símbolo africano do grupo de *Adinkras*, conjunto de ideogramas originários da África Ocidental. Tais símbolos expressam valores tradicionais, ideias filosóficas, códigos de conduta e normas sociais da cultura daqueles povos (TECNOLOGIA ANCESTRAL AFRICANA..., 2022).

Segundo o Dicionário de Símbolos, o termo *Sankofa* pode ser traduzido como “volte e pegue” (san – voltar, retornar; ko – ir; fa – olhar, buscar e pegar) – uma atitude ética para com a história e sua transcendência. Esse *adinkra* é representado pela figura de um pássaro estilizado, que caminha para frente e tem a cabeça voltada para trás (Figura 1).

Figura 1 – Imagem do *Sankofa*



Fonte: Zazzle (c2020-2022)

O pássaro apresenta os pés firmes no chão e a cabeça virada para trás, segurando um ovo com o bico. O ovo simboliza o passado, demonstrando que o pássaro voa para frente, para o futuro, sem esquecer do passado (DICIONÁRIO DE SÍMBOLOS, c2008-2022).

É uma interpretação antropológica, artística e filosófica de provérbios cultivados por gerações nas regiões do Togo, de Gana e da Costa do Marfim. Como símbolo da sabedoria, representa a atitude que leva a rememorar o passado para ressignificar o presente e, daí, prospectar um futuro desejado. Na atualidade, a força simbólica de *Sankofa* emerge como farol sinalizador, ou seja, como uma lente potente capaz de criar uma arqueologia histórica da memória e da força da herança ancestral africana, incluindo, nessa memória, o legado traumático dos horrores da escravidão.

Para além da contribuição que se pretende oferecer ao campo de pesquisas que inclui a experiência de mães negras que perderam seus filhos, acreditamos que desenvolver este trabalho, sob a égide do *Sankofa*, implica voltar o olhar na direção do passado histórico da escravidão como caminho possível para tentar compreender o sofrimento dessas mulheres. Pretende-se, desse modo, criar um campo emocional que favoreça o acesso às memórias consciente e inconsciente, bem como à escuta empática das vozes do passado e do presente.

Silenciadas e soterradas no passado estão as narrativas e as memórias ancestrais que se referem aos abusos e à negligência praticados contra os corpos negros e, especialmente, à separação de famílias, de mães e filhos. Contar as histórias do passado, no tempo presente, resgata a humanidade, a dignidade e o direito à voz. Um direito que foi sequestrado e negado por séculos.

Para apresentar o trabalho realizado, esta dissertação está organizada da seguinte forma: o capítulo 2 aborda os aspectos silenciados da história de escravização no Brasil e suas consequências; o capítulo 3, trata da conceitualização do trauma psicológico, complexo cultural e transmissão geracional do trauma; o capítulo 4, abarca aspectos relacionados ao luto materno, chamando a atenção para a invisibilidade do luto de mães pretas; o capítulo 5, dedica-se a revisão sistemática de pesquisas publicadas sobre o tema; em seguida, os capítulos 6 e 7, ilustram, respectivamente, os objetivos e método da pesquisa; o capítulo 8, descreve os resultados encontrados; e, por fim, os capítulos 9 e 10 expõem a discussão dos resultados e a conclusão do trabalho.

2 A ESCRAVIZAÇÃO NO BRASIL – UMA HISTÓRIA SILENCIADA

Este capítulo se concentra em pontuar aspectos silenciados do sistema de colonização portuguesa adotado no Brasil e a experiência traumática causada pela escravização, particularmente a experiência emocional das mães escravizadas que vivenciaram a perda violenta de seus filhos, em quase quatrocentos anos de escravidão. Trata-se, ainda, de refletir sobre as consequências psicossociais deixadas como legado intergeracional da escravidão para a sociedade contemporânea.

“Pobreza é escravidão”²

A palavra “escravidão”, de acordo com o Dicionário Aurelio Buarque de Holanda Ferreira, significa: condição de escravo, cativeiro, servidão; regime social de sujeição do homem e utilização de sua força para fins econômicos, e como propriedade privada (FERREIRA, 2009). A partir do significado conceitual, pode-se falar do silenciamento da história de escravização/colonização como uma questão muito importante para entender a opressão e a luta do povo negro ao longo da história. O silêncio impede que a sociedade contemporânea tenha uma compreensão completa e precisa do que aconteceu durante o longo período de escravização, um processo político, econômico e intencional de desumanização (KILOMBA, 2019). Esse evento, teve um efeito traumático na vida de milhões de pessoas. Ignorar ou minimizar esta parte da história contribui para perpetuar padrões de opressão e dominação contra os descendentes de escravizados. O mecanismo de negação é opressivo e alienante, fere a sociedade e, particularmente, os afro-brasileiros.

No entanto, é possível que, para muitas pessoas no Brasil e no mundo, a escravidão seja apenas uma história do passado, acabada e enterrada e que, portanto, assim deva permanecer. Entretanto, essa não é a percepção da totalidade dos afrodescendentes da diáspora africana nas Américas, e de estudiosos negros brasileiros, como por exemplo: Luiz Gama (1830-1882), advogado abolicionista e autor de vários artigos, ensaios e discursos denunciando a escravidão e defendendo

² O nome dado a esta seção é um provérbio africano acessado por meio do site *Wikiquote*, uma coletânea online de citações livres. As seções seguintes deste capítulo escritas com aspas foram retiradas do mesmo local e sua referência completa está descrita na lista de referências no final desta dissertação.

os direitos dos escravizados (FERREIRA, 2008); Abdias do Nascimento (1914-2011), ativista político e escritor, uma das vozes mais proeminentes na luta contra o racismo (NASCIMENTO, 1978); Nei Lopes (1942-), escritor, compositor e pesquisador da cultura afro-brasileira, da diáspora africana no Brasil e da escravidão (LOPES, 2011); Joel Rufino dos Santos (1941-2015), historiador, professor e escritor, aborda a escravidão e suas consequências no contexto brasileiro (SANTOS, 1983); Lélia Gonzalez (1935-1994), escritora, antropóloga, filósofa, ativista política e feminista brasileira, abordou temas como racismo estrutural, interseccionalidade, identidade negra, resistência cultural e ancestralidade (GONZALEZ, 2020); Conceição Evaristo (1946), escritora, explora temas como a condição da mulher negra, a história da população afro-brasileira, a escravidão e as lutas enfrentadas pelos afrodescendentes (EVARISTO, 2015), entre muitos outros temas afins.

Outra ideia que vem sendo agregada à questão da escravização de africanos no Brasil é a intenção de igualar e ou criar equivalência entre o “holocausto africano” e outras formas de escravidão que existiram na antiguidade ao redor do mundo. No entanto, a escravidão na antiguidade era uma prática comum em muitas comunidades da época, enquanto a escravidão na África e no Brasil ocorreu em um período histórico mais recente, no qual os ideais de liberdade e igualdade já eram discutidos e defendidos em outras partes do mundo (NABUCO, 2000). Na antiguidade, a escravidão era um ato de guerra, dívida, condição social e/ou acontecia por conflitos entre diferentes comunidades, quando os derrotados eram convertidos em escravos, ou seja, não se tratava de uma escravidão baseada na raça. Por outro lado, a escravização de africanos no Brasil foi marcada por uma crueldade particularmente intensa, pela desumanização dos escravizados e, por ser uma instituição hereditária, a condição de escravidão era transmitida de pais para filhos (NABUCO, 2000). A escravidão, para estudiosos do tema, foi um sistema social e econômico que fundamentou as relações de poder e dominação, estabelecendo uma hierarquia distinta entre senhores e escravizados, pautada na violência e exploração. O modelo de dominação instalado pela colonização portuguesa se reflete nas relações raciais, na construção da identidade nacional e nas desigualdades socioeconômicas persistentes (FERNANDES, 1964; RIBEIRO, 1995).

À escravização de africanos, ao longo do tempo, foi atribuída a ideia de inferioridade racial dos africanos, uma construção dos colonizadores para legitimar e justificar a sua sujeição e exploração. Dessa forma, estabeleceu-se uma hierarquia

racial, uma assimetria na qual os africanos e seus descendentes foram estigmatizados e tratados como inferiores, enquanto os brancos colonizadores se autodenominaram superiores (MBEMBE, 2014).

Com a abolição de 13 de maio de 1888, os grilhões, os símbolos visíveis da escravidão foram retirados, mas não o efeito emocional dessa experiência. Nesse período, famílias foram separadas, mulheres africanas perderam os seus filhos das mais variadas e violentas maneiras e nada do que aconteceu pode ser desfeito. As cicatrizes no corpo, na alma e na mente dos escravizados e seus perpetradores não desapareceram.

Segundo Wangari Maathai, que analisa o efeito da colonização inglesa no Quênia, seu país de origem, as pessoas em situação de opressão são forçadas a aceitar crenças e valores do opressor para sobreviver e, depois, tentar a sua integração. Quando um nome é substituído, compulsoriamente, por outro sem significado, quando uma língua estrangeira é imposta e os direitos humanos são sequestrados, inevitavelmente, acontece a expressão mais dura e cruel que os humanos já produziram: a colonização das mentes. Para a autora: “Traumas como esse nunca são mencionados. Na verdade, há quase um desejo de negar a existência de tais atrocidades. Ainda existe a necessidade de cura, da reconciliação, do perdão” (MAATHAI, 2007, p. 90).

O prefácio do livro *Post Traumatic Slave Syndrome*, da Dra. DeGruy, escrito por Randall Robinson, afirma, como tese importante dessa obra, que o sistema escravocrata foi a mais brutal e mais lucrativa das instituições dos Estados Unidos. O acúmulo de riqueza e poder durante “o holocausto africano” dura até os dias de hoje, assim como as consequências psicológicas e sociais da escravidão. Essa afirmação também serve para a realidade brasileira e de qualquer outro país que tenha escravizado, lucrado e, depois, silenciado a história e as consequências herdadas. Nesse trabalho, DeGruy argumenta que nem africanos e nem europeus saíram ilesos do trauma histórico da escravidão e todos necessitam de cura. Assim, ela se expressa:

Pois quem pode ser verdadeiramente humano sob o peso da opressão que os condena a uma vida de tormento, rouba-lhes um futuro e mina o seu livre-arbítrio? Além disso, quem pode se tornar verdadeiramente humano quando ganha tanto com a dor e o sofrimento daqueles a quem opõe e/ou tira vantagem? (DEGRUY, 2005, prólogo, tradução nossa)

No sentido comparativo, no Brasil, o pacto de silenciamento da história da escravidão criou estratégias e embaraços na ciência e na narrativa oficial de governantes para justificar e naturalizar a escravização de africanos. No período pós-abolição, logo no início da industrialização, a imigração patrocinada de europeus cumpria o propósito de alavancar o processo de industrialização e de fazer o branqueamento da população brasileira. E houve, ainda, a construção do mito da miscigenação e o uso sistemático do termo “raça” na literatura, a partir do século XIX. Por fim, a ciência e os cientistas foram atravessados por essas questões de raça e identidade nacional, temas brilhantemente descritos no livro *O Espetáculo das Raças*, da historiadora Lilia Schwarcz (1993).

O silenciamento não convém às vítimas do “holocausto africano”, mas favorece, exclusivamente, ao sistema de dominação criado pelo colonialismo e atualizado pelo sistema de racismo estrutural – uma forma particular de existir, a exploração de um grupo por outro. “É por isso que, na maioria das vezes, a opressão militar e econômica precede, possibilita e legitima o racismo” (FANON, 1969, p. 42). Esse modo de funcionamento social, político e econômico mantém a engrenagem perversa da desigualdade social e racial, negando a uma parcela significativa da população as condições de acesso e inclusão na sociedade. Além disso, o silenciamento da história impede que sejam discutidas e enfrentadas as questões que ainda afetam a população afro-brasileira, como a **violência policial**, a discriminação no mercado de trabalho, a falta de acesso à educação de qualidade e à saúde física e mental. Talvez, para os negacionistas, seja um verdadeiro incômodo reconhecer que o privilégio de alguns custa a vida mal vivida ou mesmo a morte de outros, como no caso dos jovens negros sistematicamente assassinados pela força de segurança do Estado. Enfrentar a verdade e quebrar as barreiras de silenciamento sobre a história da colonização no Brasil é testemunhar o lado sombrio dos colonizadores, que permitiu atrocidades, o massacre e o sacrifício de milhões de vidas durante séculos de exploração, além do efeito traumático desse massacre e o abandono social dos afro-brasileiros no pós-abolição. Um crime contra a humanidade.

Na análise da pesquisadora de traumas Judith Herman (1992), quando acontece uma agressão inter-humana, intencional e prolongada como foi a escravidão no Brasil, é fundamental o estudo do conflito de ponto de vista da vítima, do perpetrador e do espectador. Para Herman:

É moralmente impossível permanecer neutro neste conflito. O espectador é forçado a tomar partido. Para escapar da responsabilização por seus crimes, o perpetrador faz de tudo para promover o esquecimento. O sigilo e o silêncio são a primeira linha de defesa do perpetrador. Se o sigilo falhar, o perpetrador ataca a credibilidade de sua vítima. Se ele não pode silenciá-la absolutamente, ele tenta garantir que ninguém ouça. Para tanto, ele reúne uma impressionante gama de argumentos, desde a negação mais flagrante até a racionalização mais sofisticada e elegante. Depois de cada atrocidade, pode-se esperar ouvir as mesmas desculpas previsíveis: nunca aconteceu; a vítima mente; a vítima exagera; a vítima o trouxe sobre si mesma; e de qualquer forma é hora de esquecer o passado e seguir em frente. (HERMAN, 1992 p. 18, tradução nossa)

A partir do conceito proposto por Herman (1992), a vítima precisa buscar a ajuda e o engajamento do espectador, além de procurar manter viva a lembrança do que aconteceu. O perpetrador quer o silêncio do espectador. A vítima, por sua vez, requisita que o espectador compartilhe esse fardo de dor. Sem um ambiente social que sirva de apoio, o espectador, geralmente, não sustenta sua posição de testemunha e se cala. Desse modo, manter a consciência sobre a realidade dos eventos traumáticos causados pela escravidão e as consequências para os afrodescendentes requer um ambiente social capaz de afirmar e proteger as vítimas, de forma que o espectador faça parte dessa aliança. Nessa relação, a vítima destituída de poder (mulheres, crianças, indígenas, afro-brasileiros, entre outros) necessita da força mediadora dos movimentos políticos que garantam espaços de fala e representação de poder.

O legado da escravidão

A mensagem concreta e simbolicamente transmitida aos escravizados era de opressão, tentativa de desumanização e apagamento cultural, exploração extrema da força de trabalho, inferiorização da sua origem através de práticas violentas que visavam mantê-los aterrorizados e em uma posição de submissão para, assim, perpetuar a escravização. Os africanos escravizados foram considerados sub-humanos, destinados ao trabalho servil, enquanto os colonizadores se colocavam como superiores e detentores do poder.

Para Frantz Fanon (1952/2020), as consequências psicológicas dessa opressão colonial incluem a internalização de estereótipos racistas, de identidade racial, alienação e o sentimento de ser constantemente marginalizado e excluído,

resultando no estranhamento em relação a si mesmo e aos outros. Ele argumenta que a luta por uma identidade autêntica e o reconhecimento da humanidade negra são fundamentais para a superação do racismo e da opressão (FANON, 1952/2020). A colonização é um sistema que desumaniza, tanto o colonizado quanto o colonizador. Recuperar valores culturais, a sua identidade, modos de vida, conscientizar-se politicamente, desafiar a elite nativa e lutar contra a opressão colonial são formas de descolonização (FANON, 1969).

Em acréscimo, DeGruy (2005) argumenta que, após séculos de escravização, os perpetradores garantiram prosperidade e privilégios, enquanto as vítimas receberam o legado do trauma. Um legado que se revela em muitos comportamentos e crenças limitantes, necessários para a sobrevivência no passado, mas que, na atualidade, presta-se tão somente a minar a capacidade de prosperar e ser bem-sucedido (DEGRUY, 2005). Para Fanon (1969), a cultura de um povo não morre, vive encapsulada, soterrada pela opressão e, mais tarde, oportunamente, o oprimido se descobre na sua alienação e retoma, entusiasticamente, a cultura abandonada, desprezada.

Os descendentes de africanos devem curar, primeiramente, as suas feridas psíquicas, **quebrar o ciclo intergeracional**, assim como os descendentes dos perpetradores que praticaram crimes graves devem buscar a cura. Compreender o impacto psicossocial desse legado na sociedade contemporânea é uma responsabilidade e oportunidade para os descendentes de africanos e europeus (DEGRUY, 2005).

“Lágrimas são melhor enxutas com nossas próprias mãos”

As histórias orais e alguns livros e documentos testemunham o contexto e o espírito aterrorizante da época da escravidão, como as obras da romancista e abolicionista negra Maria Firmina dos Reis, que são um registro vivo e testemunhal do “holocausto africano” e da saga das mulheres escravizadas que perderam os seus filhos. Maranhense, nasceu em 1822, filha de escrava e pai branco, com o qual não conviveu e foi criada pela tia que lhe deu a oportunidade de estudo. Tornou-se professora concursada no Estado do Maranhão e, aos 54 anos, fundou a primeira escola mista gratuita. Seu primeiro romance, editado em 1859 e intitulado *Úrsula*, foi uma importante contribuição à causa abolicionista. Em 1887, publicou o conto

Escrava, um ano antes da abolição. Nesse conto, a protagonista é uma mulher branca abolicionista que frequentava as altas rodas da sociedade escravocrata e levantava o tema *desconfortável* da abolição, utilizando argumentos bíblicos para sensibilizar seus pares e chamar atenção para as contradições entre a religiosidade e o regime cruel da escravidão. Maria Firmina conta a história da escrava Joana, cuja alforria foi comprada pelo pai, mas que fora enganado com um pedaço de papel com palavras sem sentido. Assim, a menina Joana, após a morte dos pais, permaneceu escravizada. Mais tarde, ela e seu filho Gabriel, em um momento de fuga, conta a sua saga para a protagonista, a branca abolicionista, dizendo:

A hora permitida ao descanso, concheguei a mim meus pobres filhos, extenuados de cansaço, que logo adormeceram. Ouvi ao longe rumor, como de homens que conversavam. Alonguei os ouvidos; as vozes se aproximavam. Em breve reconheci a voz do senhor. Senti palpitar desordenadamente meu coração; lembrei-me do traficante... Corri para meus filhos, que dormiam, apertei-os ao coração. Então senti um zumbido nos ouvidos, fugiu-me a luz dos olhos e creio que perdi os sentidos. Não sei quanto tempo durou este estado de torpor; acordei aos gritos de meus pobres filhos, que me arrastavam pela saia, chamando-me: mamãe! Mamãe!

Ah! minha senhora! abriu os olhos. Que espetáculo! Tinham metido adentro a porta da minha pobre casinha, e nela penetrado, meu senhor, o feitor e o infame traficante. Ele e o feitor arrastavam, sem coração, os filhos que se abraçavam a sua mãe. Gabriel entrava nesse momento. Basta, minha mãe, disse-lhe, vendo em seu rosto debuxados todos os sintomas de uma morte próxima.

– Deixa concluir, meu filho, antes que a morte me cerre os lábios para sempre... deixa-me morrer amaldiçoando os meus carrascos.

– Por Deus, por Deus, gritei eu, tornando a mim, por Deus, levem-me com meus filhos!

– Cala-te! Gritou meu feroz senhor. – Cala-te ou te farei calar.

– Por Deus, tornei eu de joelhos, e tomando as mãos do cruel traficante: – Meus filhos!... meus filhos!

Mas ele, dando um mais forte empuxão, e ameaçando-os com o chicote, que empunhava, entregou-os a alguém que os devia levar... Aqui a mísera calou-se; eu respeitei o seu silêncio que era doloroso, quando lhe ouvi um arranco profundo, e magoado:

Curvei-me sobre ela. Gabriel ajoelhou-se, e juntos exclamamos:

– Morta! (DOS REIS, 1887/2018, p. 173-174)

Na atualidade, a voz da professora Ana Maria Gonçalves se sobressai com o romance histórico *Um defeito de cor*³, que trata sobre escravidão, luto e trauma pela

³ Essa obra conquistou o Prêmio Casa de las Américas na categoria literatura brasileira, em 2007, e foi considerada por Millôr Fernandes o livro mais importante da literatura brasileira do século XXI (SANTANA, 2017).

perda de filhos, uma contribuição importante para esse tema. Outro expoente dessa temática é o livro *Luto arquetípico*, da junguiana estadunidense Fanny Brewster. Seu estudo é uma referência a respeito do luto de mães negras pela perda de filhos, no passado e no presente. Segundo a autora:

Mulheres de cor têm dado à luz a filhos por séculos, criando-os e amando-os nas circunstâncias mais árduas e humanamente dolorosas. Dar à luz e criar filhos através da escravidão, ser uma escrava maternal, é uma dessas circunstâncias em que milhões de mulheres africanas da diáspora sobreviveram e morreram durante a época do Holocausto Africano. (BREWSTER, 2018, p. xx, tradução nossa)

No Brasil, há registros de anúncios de compra e venda de crianças, como citado no livro do maranhense Agenor Gomes, *Maria Firmina dos Reis – o cotidiano da escravidão no Brasil*:

As leis, herdadas das Ordenações Filipinas, davam ao escravo a natureza de coisa. Nos inventários, o escravizado integrava a lista de bens inventariados no mesmo rol dos animais. Os anúncios de compra e venda de escravos pulavam nos jornais da capital. E neles ficava exposta uma das práticas mais nefastas da escravidão: a venda de crianças escravizadas. Não dava nos jornais, porém, o momento dramático em que a criança escravizada se via arrancada de sua mãe, com olhos de pavor. Nem o momento de loucura da mãe pela perda de sua criança: Compra-se um moleque de 8 a 10 nos que seja sadio e sem vício algum; quem tiver dirija-se a esta tipografia; No Hotel Porto vende-se uma escravinha de 9 anos, retinta e bonita, quem a pretender comprar dirija-se ao referido hotel, no qual encontrará com quem tratar. A proibição da venda de crianças escravizadas separadas de seus pais somente se concretizaria com o advento da Lei do Ventre Livre, em 1871. (GOMES, 2022, p. 209)

Ninguém, nem escravizados torturados e senhores torturadores conseguiram sair ilesos dessa experiência brutal e desumanizadora (DEGRUY, 2005).

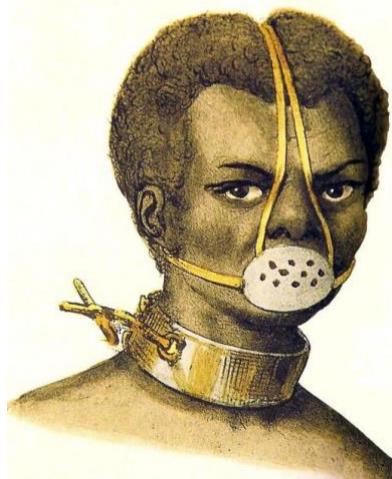
“Imagens valem mais que mil palavras”

Uma imagem que deve ter impressionado muitas pessoas durante a escravidão e, mais tarde, como exemplo nos livros didáticos de história do Brasil é a imagem da escrava Anastácia ou Santa Escrava Anastácia, a mulher africana que carrega no rosto uma máscara de ferro. Conta-se que a mãe de Anastácia teria sido

Delmira, desembarcada no Brasil em 1740, que fora vendida e estuprada por um homem branco de olhos claros, característica herdada pela escravizada. O ato de agressão e violência sexual contra mulheres africanas e indígenas por homens brancos, no período da colonização, marca o início populacional do território brasileiro. A biografia de Anastácia está registrada no livro *Encyclopédia Negra*, um trabalho primoroso, de grande valor histórico e cultural que resgata 550 personagens negras silenciadas pela história (GOMES; LAURIANO; SCHWARCZ, 2021).

Para Kilomba (2019), em seu livro *Memórias da Plantação*, ela comenta a imagem de Anastácia com a seguinte frase: “a boca é um órgão muito especial. Ela simboliza a fala e a enunciação. No âmbito do racismo, a boca se torna órgão da opressão por excelência, representando o que as/os brancas/os querem e precisam controlar e, consequentemente o órgão que, historicamente, tem sido severamente censurado” (KILOMBA, 2019, p. 33-34).

Figura 2 – Imagem da escrava Anastácia



Fonte: Jacques Etienne Arago (1839)

Nota: Título original da obra “Castigo de Escravos”

Uma outra possibilidade de leitura e análise dessa imagem tão comovente e expressiva é a frase do cientista social e analista junguiano Roberto Gambini, no livro *Outros 500 – uma conversa sobre a alma brasileira*, que diz:

‘Não fale! Não diga quem você é. Você não tem voz, você é só um corpo, fique aí. Você tem direito de viver nesta sociedade, faz parte da economia, mas você não fala.’ Mas se a alma não pode se expressar através da fala, ela se manifesta por outros meios. (GAMBINI; DIAS, 1999, p. 69)

Outras imagens que expressam o ambiente de servidão e opressão são as pinturas de mulheres escravizadas obrigadas a cuidar, prioritariamente, dos(as) filhos(as) dos colonizadores. O artigo *Amas de Leite* faz parte da coletânea *Dicionário da Escravidão e Liberdade* e foi escrito por Lorena Féres da Silva Telles (2018), relatando a pesquisa que descreve a maternidade negra no século XIX, atravessada pelo abuso e violência da escravidão. O mundo do trabalho e, especialmente, o trabalho doméstico reservado às mulheres, converteram-nas na *mão da limpeza*, em cozinheiras, lavadeiras, amas de leite, babás e mães substitutas. As mulheres grávidas ou recém-paridas eram levadas para a Casa Grande para alimentar as crianças dos colonizadores, pois havia uma crença de que o leite das negras era mais forte e abundante. Por essa razão, eram afastadas das suas famílias e de seus filhos biológicos, muitas vezes negligenciados, abandonados e mortos. Essa relação de convivência íntima entre opressor e oprimido, dentro da Casa Grande era, muitas vezes, ambivalente, com sentimentos de ódio e desprezo e, ao mesmo tempo, de prazer e desejo. Mulheres africanas foram violentadas, humilhadas, rendidas e hiper sexualizadas ao longo da história. A forma de resistência mais frequente a essa opressão eram as tentativas de fugas.

A teoria do apego descrita pelo psiquiatra britânico John Bowlby (2002) e, mais tarde, aprofundada pelo neurocientista Allan Schore (2003), explica a importância do vínculo entre criança e cuidador para a regulação dos afetos e do desenvolvimento cerebral de ambos. Essa teoria explicita, então, que a regulação e a desregulação dos afetos se dão na relação, na diáde cuidador-bebê, responsável pela formação do Ego e da resiliência. Assim, explica Schore:

Ao longo do primeiro ano de vida, as experiências visuais desempenham um papel primordial no desenvolvimento social e emocional. Em particular, o rosto emocionalmente expressivo da mãe é, de longe, o estímulo visual mais potente no ambiente do bebê, e o intenso interesse da criança em seu rosto, especialmente em seus olhos, leva-o a rastreá-lo no espaço e a se envolver em períodos de intenso olhar mútuo. O olhar do bebê, por sua vez, evoca de maneira confiável o olhar da mãe, e esse sistema diádico forma um canal interpessoal eficiente para a transmissão de influências mútuas recíprocas. (SCHORE, 2003, p. 20, tradução nossa)

O estudo de Schore afirma a importância do cuidador principal, da mãe e do bebê, da regulação dos afetos e desenvolvimento de ambos. Essa afirmação também é válida no sentido contrário, ou seja, ambientes desfavoráveis, desprovidos de

atenção e afeto são inibidores do desenvolvimento e maturação das funções regulatórias do afeto. O que leva a concluir que a escravidão esfacelou as relações de afeto entre mães e filhos escravizados, caracterizando mais uma das formas de dominação. Famílias inteiras foram separadas, mães e bebês cerceados do direito natural de convívio.

A esse respeito, Brewster (2019) traça um paralelo entre mulheres africanas escravizadas nos Estados Unidos que perderam seus filhos e mulheres afro-americanas que vivenciam, no seu cotidiano, o medo de perder os filhos por motivos raciais. Diz a autora:

Existem relatos suficientes de testemunhas da escravidão e daqueles que viveram depois daqueles tempos para compartilhar a verdade sobre a vida de uma mãe. No final das contas, as mulheres negras que trabalhavam como criadas na *casa grande* ainda eram escravas. Elas podiam ter conseguido obter comida um pouco melhor para compartilhar com aqueles que viviam em barracos na plantação ou podiam receber rejeitos para vestir, mas elas não tinham liberdade e estavam ligadas à vida de uma família branca - uma família que não era sua. O apego que essas mulheres podem ter sentido por suas famílias brancas, imagino, deve-se ao medo, à tristeza e à necessidade de sobreviver. (BREWSTER, 2019, p. 64)

Figura 3 – Amas de leite



Fonte: Compilação de Viva a História, 2018.

Nota: Da esquerda para a direita: (1) João Ferreira Villela com a Ama-de-Leite Mônica (1860); (2) foto da coleção de Randolph Linsky Simpson "Collection of African American History" (sem data); (3) Serra da Mantiqueira (sem data); (4) foto de Alberto Henschel "Eugen Keller e sua Mãe Preta em Pernambuco" (1874); (5) foto de Alberto Henschel "José Eugênio Moreira Alves e ama-de-leite" (1866-1877).

Nessas imagens, as crianças parecem confiantes e à vontade, no colo de suas amas de leite, e elas não parecem indiferentes, mas, é possível se defrontar com a tristeza em seus olhares. Ou, nessa relação, olho no olho, cérebro a cérebro conectados em desenvolvimento, o espaço do afeto genuíno, apesar da dor e sofrimento, a humanidade de ambos tenha sido preservada.

O sofrimento humano

O regime escravocrata se estabeleceu pela força e pela violência, sendo esse o aspecto mais conhecido e naturalizado com o tempo. Caracterizou-se pela imposição do trabalho forçado e sem remuneração, pela supressão de direitos e liberdades. Todavia, **o domínio do corpo e da vontade** do ser escravizado teve um papel crucial no sentido de tentar desumanizar, coisificar, dispor desses corpos para além de sua vontade, como era possível dispor de animais e objetos. Desse ponto de vista, a escravidão foi um período sombrio que cedeu espaço ao esmaecimento ético, ao rebaixamento da condição humana, à incapacidade de empatia e a monstruosidades. Seres humanos foram assassinados, brutalizados, violentados, abusados de todas as formas, vendidos e trocados como mercadoria.

Pessoas tratadas como mercadoria, coisificadas na relação com o outro que as possuem, quando não morrem, ficam marcadas pela experiência do abuso, da humilhação, da vergonha e da culpa. Podem sucumbir ao trauma por um lado e, por outro, podem lutar e resistir, apesar do que aconteceu. A experiência de abandono, desamparo, negligência e abusos são, reconhecidamente, promotores de **traumas individual e de grupos**, com potencial para serem transmitidos como herança para as gerações futuras.

É importante ressaltar a pulsão de vida e resistência ao regime escravocrata. As pessoas que foram escravizadas lutaram e organizaram revoltas, criaram incontáveis quilombos e buscaram conquistar a sua autodeterminação no Brasil. Embora tenham sido mecanismos insuficientes para colocar fim à escravidão, foram suficientemente capazes de manter viva a esperança e não sucumbir ao sofrimento. O livro *Revoltas Escravas no Brasil* traz, ao conhecimento público, aspectos negligenciados da história nesse período e contribuiu para desfazer o mito de uma suposta acomodação frente à violência da escravidão (REIS; GOMES, 2021).

“Se subir numa árvore, você deverá descer essa mesma árvore”

Lamentavelmente, a abolição da escravatura não pôs fim ao estresse contínuo de ameaça à integridade física e emocional dos afrodescendentes. Mulheres pretas são assombradas pela memória traumática da perda de seus filhos. Todos os dias, a realidade violenta mantém a população negra, em especial a juventude, sob constante ameaça. A opressão, a perseguição e o genocídio dos descendentes de africanos escravizados perduram na contemporaneidade.

O trauma resulta de experiências de ameaça à vida e à integridade física e emocional; é uma ferida interna insuportável e muitas vezes indizível sobre algo catastrófico que aconteceu (KALSCHED, 2013); o luto, sobretudo o luto materno, é uma experiência emocional arquetípica, compartilhada por todas as culturas ao longo da história, que decorre do rompimento de um vínculo significativo, uma perda que afeta a todos de modo sistêmico (FRANCO, 2021). O complexo cultural se constitui no pano de fundo das polarizações, dos conflitos grupais e representa a psique no nível do grupo e do inconsciente cultural (KIMBLES, 2021). Temas que serão aprofundados nos próximos capítulos.

A análise dos complexos culturais e intergeracionais são essenciais para entender quais valores e crenças compõem a dinâmica cultural ao longo do tempo e o potencial de transmissão geracional dos traumas de grupo.

Na perspectiva de Sankofa, voltar ao passado histórico tem uma importância profunda de reconhecimento das vidas perdidas e as histórias não contadas das pessoas que foram escravizadas e silenciadas. Para Hartman (2021), as histórias do passado não são apenas uma experiência de sofrimento e opressão, são também uma experiência de saudade, sonho e resistência. Em seu livro *“Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão”*, Saidiya Hartman explora como as memórias e as perdas da escravidão ainda estão presentes nas vidas de afrodescendentes.

Conhecer as histórias de vida de mães pretas que perderam seus filhos assassinados pela força de segurança do Estado tem a importância de reconhecer um crime de genocídio, a humanidade da vítima e o luto da mãe.

Silêncio e impunidade

Os dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre trabalho, renda e moradia confirmam a realidade de que o Brasil ocupa o nono lugar em desigualdade no mundo, sendo o **racismo um fator determinante** dessa desigualdade (SARAIVA, 2020). Os índices de educação, saúde e segurança são melhores para os brancos, enquanto os números do encarceramento, da violência e da morte são mais altos para os negros.

Estatísticas sobre a violência são reiteradas, anualmente, pelo Atlas da Violência⁴, que reafirma serem os **jovens negros, majoritariamente, os alvos da polícia** (CERQUEIRA *et al.*, 2021). Mortos sem justiça, presos e encarcerados, desempregados e sem opção de futuro, engrossam o número de miseráveis e marginalizados, com menor ou nenhuma escolaridade. Tudo isso agravado pelo pacto de silêncio da **branquitude**, termo que explica a manutenção, proteção e preservação de privilégios da sociedade branca e que mantém a desigualdade racial, segundo o estudo da psicóloga e escritora Cida Bento, em seu livro *O pacto da branquitude* (2022). O silêncio e a impunidade, juntos, mantêm a engrenagem do racismo estrutural atualizada, responsáveis por traumatizar gerações e gerações de afrodescendentes.

Conforme mencionado neste trabalho, os *fantasmas* da escravidão estão enraizados no inconsciente pessoal, coletivo e cultural da sociedade brasileira, como um teatro psíquico de imagens, ideias e afetos em movimento, capazes de recriar e transmitir, por gerações, os efeitos traumáticos da relação de dominação e opressão presentes em todo o período da escravidão. Kimbles (2021) em suas publicações, chama a atenção para a importância de o trabalho clínico levar em conta as violências, o racismo e as injustiças sociais, políticas econômicas que diferem em função da raça, gênero e orientação sexual e ressalta, principalmente, como a psique opera no nível do grupo e como o grupo opera dentro do indivíduo, para melhor entender as dinâmicas do complexo cultural racial.

O assassinato de George Floyd, nos Estados Unidos, em maio de 2020, causou um impacto na sociedade mundial. As imagens da crueldade e violência aplicadas sobre um homem negro desarmado e dominado, por um policial branco determinado

⁴ O Atlas da Violência é um documento elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em parceria com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e que retrata o cenário da violência estrutural no Brasil.

a executar o seu prisioneiro, trouxe o debate sobre as relações raciais e o complexo cultural racial. Kimbles, analisando o trauma histórico, considera que:

Assim como na psicologia individual podemos pensar sobre a imagem de um complexo materno ou paterno, nos complexos culturais podemos pensar em termos de fantasmas como constelações de imagens que representam a psique no nível do grupo, expressas por meio de atitudes e estruturas sociais que são vivos em eventos atuais. Por exemplo, a história de eventos culturais traumáticos que destruíram e perturbaram os padrões sociais e culturais, causando rupturas na família e no funcionamento social, criaram sintomas de traumas culturais que podem ser vistos nas variedades de desamparo aprendido, passividade e falta de eficácia no relacionamento para o próprio ambiente ou mundo. (KIMBLES, 2021, p.11, tradução nossa)

Assim sendo, a morte de um homem negro, nessas circunstâncias, toca no complexo cultural e racial, alcançando, emocionalmente, todas as pessoas que vivenciaram ou testemunharam situações semelhantes. Os grupos reagem, negros e brancos, conforme suas crenças e sustentam posições que confirmam ideias pré-concebidas sobre a realidade. Singer e Kaplinsky (2010, p.19, tradução nossa), em seu trabalho sobre complexo cultural, contribuem com a seguinte afirmação:

Complexos culturais podem ter memórias longas e emoções muito poderosas embutidos neles. Eles adquirem um forte senso de história com a passagem do tempo de uma geração para outra e ao longo de várias gerações. Não é um exagero da imaginação geopolítica, psicológica e espiritual dizer que estamos vivendo em uma época em que uma rara configuração de complexos culturais giratórios se alinhou em combinação certa para desencadear forças destrutivas maciças.

Como exemplo de luta, podem ser citados o movimento *Black Lives Matter*, dos Estados Unidos, e o Movimento *Vidas Negras Importam*, do Brasil, como rede de apoio e proteção às vítimas do racismo. São grupos organizados que se propõem a criar estratégias sistêmicas e intencionais de colaboração e afirmação de práticas antirracistas. Visam combater, denunciar e lutar contra o racismo, além de informar e esclarecer a população sobre como as práticas racistas promovem a desigualdade e condenam os afrodescendentes ao *apartheid* social.

Brewster (2019), em seu estudo sobre complexo racial a partir da teoria dos complexos de Jung, observa serem raras ou quase inexistentes as discussões sobre o racismo na sociedade estadunidense, especialmente entre negros e brancos, exceto

quando um complexo cultural racial é ativado. Negar o conflito racial, não o faz desaparecer. Tanto nos Estados Unidos como no Brasil, esse importante tema não tem sido enfrentado o suficiente nas relações cotidianas e, sobretudo, no mundo acadêmico. Em seu livro *O complexo racial* (2019), a autora dialoga com as ideias de Jung, reservando, para o último capítulo, a reflexão sobre o que é paradoxal:

Jung afirmou que devemos ser capazes de viver com o paradoxo e que este é um aspecto de permanecer 'sãos' em um mundo 'insano'. [...] O racismo é inherentemente paradoxal de várias maneiras, começando e incluindo sua demanda de que diferentes grupos étnicos 'sejam' de diferentes raças quando, na verdade, somos apenas uma raça. Uma discussão dos paradoxos do racismo mostra como é psicologicamente difícil viver com complexos raciais enquanto comprehende e vive dentro de uma estrutura social americana paradoxal de racismo. (BREWSTER, 2019, p. 5, tradução nossa)

A desvalorização da vida, especialmente de jovens negros periféricos e o luto das mães negras, nem sempre valorizado pelos serviços de saúde e pela sociedade, figuram como realidade, naturalizado na sociedade brasileira. O luto pela perda de filhos é uma experiência única, diferenciada de qualquer outra perda, vivida por mulheres pretas desde a escravidão. O fantasma está em toda parte, diluído nas relações cotidianas e atravessados pelo racismo estrutural. Maria Helena Franco (2021, p. 67) assim se expressa sobre o assunto:

A experiência de ter seu mundo alterado substancialmente após uma perda apresenta ao enlutado a necessidade de recriá-lo, por meio dos significados que podem ser obtidos. Perguntas como *por que eu? Como minha vida será daqui para a frente? E quem sou eu depois dessa perda?* procuram dar novo significado à pessoa e à sua vida.

“Eles não podem me matar duas vezes, eu já morri quando mataram o meu filho” (informação verbal) – este é o relato de uma mulher participante do grupo de mães enlutadas da periferia da cidade de São Paulo, ao desabafar que seu medo de represália da polícia não é maior que sua coragem de continuar na luta por justiça. Estamos lidando com uma dor permanente que vai além do chamado “luto saudável”. Uma dor que, a cada jovem negro assassinado, alimenta e faz crescer o fantasma da impunidade oficializada, sem a percepção humana de que, a cada ato de barbárie, uma sociedade inteira perde algo de sua humanidade.

O reconhecimento da história de opressão e dominação, assim como foi trabalhado na África do Sul na Comissão da Verdade e Reconciliação (CVR), em 1995, tornou-se exemplo e inspiração para a construção de futuros, a partir da admissão da verdade e responsabilização pelo que aconteceu no passado. O objetivo principal da CVR era investigar e descobrir a verdade sobre os crimes de violação de direitos humanos e assassinatos durante o regime do *apartheid*, em vigor no período de 1948 a 1994. A Comissão da Verdade e Reconciliação foi conduzida pelo arcebispo e articulador político pelo fim do *apartheid*, Desmond Tutu. Segundo Johan Galtung (2006), Mandela sentia que “as vítimas tinham o direito de dar a conhecer o seu sofrimento, depositando-o na memória coletiva da sociedade”. Na África do Sul, existiu um perdão, mas a memória foi preservada.

Na Alemanha, apesar dos horrores praticados pelo nazismo, segundo Kilomba (2019), a sociedade vivenciou um longo processo coletivo de reconhecimento e reparação, que teve passagem pela negação, depois culpa e vergonha do acontecido. Responsabilização e criação de espaço novo que permite novas configurações de conhecimento histórico e de poder (KILOMBA, 2019).

Com o reconhecimento da verdade, as vítimas do apartheid e do holocausto deixaram de ser a parte silenciada da história (GALTUNG, 2006).

3 DESVENDANDO O MUNDO DO TRAUMA

Trauma é uma palavra de origem grega e significa ferida. A escravização de africanos, o holocausto de judeus, os sobreviventes das duas grandes guerras mundiais são denominados, em diferentes estudos, como traumas de grupo, histórico, transgeracional, intergeracional, multigeracional ou entre gerações. Caracteriza-se por uma ferida traumática experienciada e compartilhada por um grupo e por seu aspecto de transmissão geracional. Aqui, iremos adotar o termo intergeracional.

O estudo recente do trauma envolve diferentes áreas de conhecimento: a neurociência com estudos do cérebro; a psicopatologia do desenvolvimento que investiga processos de desenvolvimento da mente e do cérebro; a psicossomática que estuda mente e corpo como unidade; e a psiconeuroimunologia, que investiga experiências de afeto e função imunológica. São áreas que atuam de forma complementar e permitem a compreensão do impacto do trauma no corpo, no cérebro e na mente.

Para Carl Gustav Jung (1933-1934/2013, para. 315):

Quando olhamos para a história humana, vemos apenas o que acontece na superfície, e mesmo isso é distorcido no espelho desbotado da tradição. Mas o que realmente tem acontecido escapa ao olhar indagador do historiador, pois o verdadeiro acontecimento histórico está profundamente enterrado, vivenciado por todos e não observado por ninguém. É a experiência psíquica mais privada e subjetiva. Guerras, dinastias, convulsões sociais, conquistas e religiões são apenas os sintomas superficiais de uma atitude psíquica secreta, desconhecida até pelo próprio indivíduo e transmitida por nenhum historiador.

O que é trauma?

Para o analista junguiano Donald Kalsched (2013), o trauma é uma experiência de dor ou ansiedade psíquica **insuportável**. Acrescenta, ainda, que o trauma pode seguir existindo mesmo com a interrupção da violência externa e continuar com a mesma intensidade no mundo interior da pessoa traumatizada. São duas dimensões interrelacionadas, o que acontece na exterioridade e o que acontece no interior da pessoa que vivenciou uma situação adversa. Kalsched tem especial interesse pelo que ele chama de mundo interior em relação à experiência traumática ocorrida no

mundo exterior e faz a seguinte pergunta: “o que acontece no mundo interior quando a vida no mundo exterior se torna insuportável?” (KALSCHED, 2013 p.11).

A partir dessa base conceitual, depreende-se que o rompimento de um vínculo significativo entre mãe e filho de forma abrupta e violenta pode ter uma consequência traumática. Considerando a perda de filhos por mulheres pretas, desde a colonização, duas perguntas podem ser feitas: o que aconteceu no mundo interior das mulheres escravizadas que perderam os seus filhos pela violência do sistema escravagista? O que acontece no mundo interior de mulheres pretas que perderam e ainda perdem os seus filhos na atualidade, pela ação violenta do Estado?

Segundo Bessel Van der Kolk e d'Andrea (2010), um dos principais aprendizados sobre trauma, nas últimas cinco décadas, é a nítida compreensão de que o trauma que acontece no ambiente social se aloja como experiência interna e impacta o organismo, o cérebro e a mente da vítima – o trauma, em geral, não é armazenado como uma história, mas sim como imagens, sons, odores, sensações e representações. “Embora o trauma nos deixe mudos, saímos dele por um caminho pavimentado de palavras, reunidas aos poucos, com cuidado, até que a história possa ser revelada” (VAN DER KOLK, 2020, p. 275).

O trauma é um acontecimento desorganizador por seu efeito duradouro e transforma a vida da pessoa devido ao sofrimento causado pela violência física e ou psicológica. São feridas que não cicatrizam e sempre podem voltar a sangrar mediante situações que remetem ao trauma.

Para Judith Herman (1992), o trauma psicológico tem uma história curiosa composta por períodos de maior investigação e outros de quase esquecimento. Ela argumenta que, “em cada época, a investigação do trauma somente avançou quando associada a um movimento social e/ou político” (HERMAN, 1992, p. 33). Os estudos e pesquisas sobre o trauma ganharam maior atenção a partir dos trabalhos com os ex-combatentes do Vietnã. Desvendar os caminhos do trauma psicológico é descobrir acontecimentos aterrorizantes e encarar, tanto a vulnerabilidade quanto a capacidade de o ser humano ser cruel. Herman (1992) define o trauma como o efeito de uma experiência violenta, de ameaça à vida ou à integridade física e emocional da pessoa. Ela argumenta que o trauma resulta de uma situação em que a pessoa se sente desamparada e incapaz de lidar com a ameaça iminente.

Desse modo, podemos entender o trauma psicológico como uma aflição daqueles que são destituídos de poder. As mulheres pretas pobres que perdem seus

filhos pela violência do Estado, historicamente, não encontram o apoio social e político de que necessitam. Ao contrário, suas perdas são invisibilizadas e a sua dor e sofrimento reprimidos.

Bessel Van der Kolk (2020) deu início aos estudos do trauma com veteranos do Vietnã, no final da década de 1970, período em que também iniciava sua carreira como psiquiatra, na clínica de veteranos em Boston. Ele descreve a dor e o sofrimento como **experiências do insuportável**, que deixam marcas no corpo, na mente e na alma. O autor argumenta que, depois do trauma, o sistema nervoso funciona de forma diferente, prejudicando a espontaneidade na vida cotidiana. O esforço de tentar manter o controle frente ao que é intolerável pode gerar inúmeros sintomas físicos, como a fadiga, doenças autoimunes e fibromialgia. Observou que os veteranos eram atormentados por pesadelos, *flashbacks*, medo de perderem o controle e sofriam com a insônia, ausência, ansiedade e depressão. Perturbados por esses sintomas, eram incapazes de refazer suas vidas junto às suas famílias e comunidade. O efeito da experiência traumática não pode ser desfeito, mas a pessoa traumatizada pode encontrar um lugar de segurança dentro de si, apesar do que aconteceu. O tratamento do trauma deve compreender o corpo, a mente e a alma (VAN DER KOLK, 2020). A pessoa traumatizada pode ser beneficiada com terapias não verbais, uma vez que o trauma é armazenado na região não verbal do cérebro. O paciente necessita conectar-se com o corpo e as emoções, melhorando a regulação emocional e a consciência corporal.

Para Van Der Kolk (2020), o ser humano é uma espécie com extrema capacidade de adaptação, capaz de se recuperar de guerras, de desastres, sejam eles naturais ou provocados, e da violência presente no cotidiano. Entretanto, as **experiências traumáticas** deixam marcas, seja em grande escala (na história dos países e nas culturas), seja em nossos lares e famílias, com seus segredos tenebrosos que passam de uma geração a outra.

Os traumas devidos à escravidão simbolizam um trauma colonial e tiveram início com o sequestro do povo africano de seu continente, afetando de forma traumática as pessoas que foram capturadas e as que sobreviveram no continente (KILOMBA, 2019).

Para os neurocientistas Bruce Perry e Allan Schore, a regulação ou equilíbrio dos afetos é a chave para compreender o impacto do trauma na saúde mental, física e social. Ambos concordam que **experiências adversas**, nos primeiros dois anos de

vida, têm um impacto devastador no processo de desenvolvimento do cérebro (PERRY; WINFREY, 2022; SCHORE, 2003).

Schore (2003) destaca que o desenvolvimento e a maturação do cérebro, desde o período pós-natal até os dois anos, dependem do relacionamento com outro eu, outro cérebro. A mãe ou o cuidador primário, na relação com o bebê, cria uma **díade** e atua como um regulador psicobiológico, ou seja, transforma a regulação externa em interna. Esse cuidador desempenha um papel muito importante na regulação dos afetos do bebê. A comunicação interpessoal e recíproca entre a mãe e o bebê, por meio do olhar, é fundamental no desenvolvimento socioemocional da criança. As falhas de apego comprometem o desenvolvimento do sistema de enfrentamento do estresse e de maturação dos sistemas reguladores cerebrais. Denomina-se “tipo D” o padrão de apego desorganizado/desorientado – trauma relacional precoce e uma predisposição ao Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), um modelo neurobiológico de dissociação (SCHORE, 2003, p. 147).

Quando o vínculo entre mãe e filho é interrompido por uma perda inesperada e violenta, a mãe poderá vivenciar um processo de luto passível de traumatização. Para Perry e Winfrey (2022), o trauma se constitui em três espectros – o **evento**, a **experiência** e os **efeitos**. O TEPT é um dos efeitos do trauma. São quatro os conjuntos de sintomas que definem o diagnóstico de TEPT, no Manual de Diagnóstico e Estatístico (DSM-5) (AMERICAN PSYCHIATRIC ASOCIATION, 2014). O **primeiro** conjunto de sintomas são os **intrusivos** – pensamentos e imagens indesejáveis do evento traumático, independente do tempo em que o evento aconteceu. O mundo presumido, conhecido e familiar foi despedaçado pela experiência traumática, e a pessoa afetada terá que reconstruir o seu mundo interior. O **segundo** conjunto diz respeito à **evitação** – esforço de distanciar-se de pessoas, lugares e/ou lembranças relacionadas ao evento traumático. A evitação é uma tentativa de recuperar o controle e buscar uma resposta dissociativa à ameaça, implicando em perda de confiança nos relacionamentos. O **terceiro** grupo é sobre **mudança de humor e pensamento** – envolve os sintomas de depressão, estado de tristeza, perda do prazer, culpa, negatividade, cansaço emocional e físico. Por fim, o **quarto** conjunto é caracterizado por **alterações na ativação e na reatividade**, como respostas ao estresse de natureza hiperativa e hiper-reativa. Engloba ansiedade, hipervigilância, sobressaltos, batimento cardíaco acelerado e distúrbio do sono. Entretanto, é possível que esses sintomas sejam percebidos e não relacionados ao que aconteceu com o sujeito. Um

evento traumático pode ser transmitido para as gerações futuras, do mesmo modo que absorvemos informação das gerações anteriores (PERRY; WINFREY, 2022).

DeGruy (2005), psicóloga clínica estudiosa do período da escravidão de africanos nos Estados Unidos, leva em conta os saberes atuais sobre o trauma psicológico na sua argumentação, ao considerar provável que um número expressivo de escravizados tenham vivenciado traumas, o suficiente para obter um diagnóstico de TEPT. A autora utiliza o parâmetro e critérios formulados pelo Manual Diagnóstico Estatístico de Transtorno Mentais (DSM-4), que descreve características e condições que podem originar o transtorno e a lista dos sintomas característicos, tais como: ameaça e dano à vida e à integridade física; ameaça e dano aos filhos e cônjuge; ver outra pessoa ferida ou morta; ameaça séria a um parente, amigo; entre outros. (DEGRUY, 2005). A história contada por escravos, ex-escravos e filhos de ex-escravos são histórias de sofrimento humano, como correntes amarradas no corpo, surras de chicote, tortura, morte e mutilação. No caso de mulheres, o estupro foi uma prática constante, tanto como forma de abuso sexual de seus corpos gerando procriação, separação de famílias, de mães e filhos, tendo sido uma forma usual de manter o controle por meio do terror sobre mulheres escravizadas (DEGRUY, 2005). O estudo da autora indica que os efeitos do TEPT foram transmitidos como herança para as gerações contemporâneas.

Efeitos do trauma

Muitos vícios e doenças autoimunes são causados por traumas vivenciados na infância, os denominados traumas precoces (GABOR MATE..., 2020). Maté entende que o trauma não é a coisa ruim que aconteceu no ambiente social. O trauma é o que acontece no mundo interior da pessoa, como resultado do que aconteceu. Significa, principalmente, uma desconexão da pessoa consigo mesma, como tentativa de evitar a dor causada pelo trauma. Portanto, o trauma modifica a forma de lidar com o estresse, de interagir consigo mesmo e com os outros, interferindo na capacidade de perceber a realidade e de manifestar empatia e compaixão (GABOR MATE..., 2020). Essa desconexão altera a consciência da realidade, fazendo com que a parte ferida fique segregada no mundo do trauma, enquanto a parte preservada vai para o mundo, tentando a ele se adaptar e evitar a dor.

Para Van Der Kolk (2020), o desafio de cura do trauma consiste em a pessoa traumatizada aprender a lidar com as emoções, reações e sensações físicas perturbadoras pois, em algum momento, haverá a necessidade de confrontá-las.

O trauma lhe rouba a sensação de que você é o senhor de si [...]. O desafio da recuperação está em estabelecer a propriedade do corpo e da mente – do self. Sentir-se livre para saber o que você sabe e sentir o que sente sem ficar arrasado ou sucumbir à raiva, à vergonha ou ao colapso. (VAN DER KOLK, 2020, p. 242-243)

Em entrevista, a pesquisadora Ana Maria Galdini Oda abordou a questão do *banzo* como efeito do trauma, uma nostalgia mortal, um sintoma vivenciado pelos africanos escravizados. A pesquisadora destaca alguns achados de sua pesquisa documental que corroboram os conceitos de trauma apresentados, anteriormente, sobre a experiência do indizível. De acordo com Oda, ao longo do período da escravidão, o *banzo* foi percebido como a manifestação emocional da dor do mundo interior, apresentando-se como uma enfermidade provocada pelo sentimento de saudade semelhante ao estado mental depressivo (HAAG, 2010).

Para Mendes (2007), o *banzo* resulta de múltiplas situações e experiências emocionais vivenciadas pelos escravizados. O autor aponta:

Uma das principais moléstias crônicas que sofrem os escravos, a qual pelo decurso do tempo os leva à sepultura, vem a ser o banzo. O banzo é um ressentimento entranhado por qualquer princípio, como por exemplo: a saudade dos seus e da sua pátria; o amor devido a alguém; à ingratidão e aleivosia que outro lhe fizera; a cogitação profunda sobre a perda da liberdade; a meditação continuada da aspereza [da tirania] com que os tratam; o mesmo mau trato que suportam; e tudo aquilo que pode melancolizar. (MENDES, 2007, p. 370)

A pesquisa sobre o *banzo*, mencionada acima, talvez seja o primeiro estudo de interesse científico relacionado ao trauma devido à escravidão no Brasil e, por essa razão, foi valorizado para integrar este trabalho. O sofrimento social de uma parcela significativa da população afro-brasileira causado por sua condição de vulnerabilidade, desamparo, desesperança e exposição às violências estruturais remete à experiência do estado de ***banzo***.

Na atualidade, o conceito de resiliência elaborado por Boris Cyrulnik tem sido evocado para falar da capacidade do ser humano se refazer, após um traumatismo psíquico. Para Cyrulnik (2009), a resiliência não é uma habilidade que impede a dor

ou o sofrimento, mas uma habilidade que permite às pessoas lidarem com a dor e o sofrimento de maneira construtiva, encontrando significado e propósito na vida, de modo a poder construir relacionamentos positivos com os outros.

A dimensão psicossomática do trauma

A psicossomática é uma área de estudo que observa o fenômeno mente e corpo como unidade, e busca compreender como os fatores psicológicos afetam a saúde física e vice-versa. *A psique do corpo*, livro da Profa. Dra. Denise Ramos, aborda o histórico evolutivo da conceitualização dessa área de estudo, nas últimas décadas. Apresenta a ideia de símbolo como um terceiro no fenômeno psique-corpo, ou seja, de que a doença física pode ter um significado, um símbolo (RAMOS, 2006). À medida que há uma compreensão consciente, o quadro do paciente muda para melhor. De acordo com a autora, corpo e mente estão interligados. Portanto, as experiências emocionais e psicológicas podem alterar o funcionamento do corpo, gerando sintomas físicos, da mesma forma que fatores físicos podem impactar a saúde mental, afetando a maneira como as pessoas pensam e sentem. Sintomas físicos podem ser uma manifestação do estresse emocional causado pelo trauma, sem que haja, necessariamente, uma origem orgânica. A traumatização pode se dar por experiências de abuso, abandono, negligência, privação, perdas, morte, separação, mudanças frequentes, doenças, testemunhar atos violentos, acidentes, descaracterização cultural, acidente ambiental, guerras, entre outros. Quanto mais cedo ocorrer a experiência traumática, maior será o dano no desenvolvimento físico e mental.

Transmissão geracional do trauma

A transmissão geracional diz respeito à transmissão inconsciente de características culturais, sociais, emocionais e psicológicas de uma geração para outra. Isso inclui comportamentos, valores, crenças, tradições, história familiar, segredos e traumas. A transmissão geracional pode desempenhar um papel importante na formação das identidades individual e coletiva, na manutenção de tradições e valores familiares e comunitários (KIMBLES, 2020; DEGRUY, 2005).

O mecanismo de transmissão geracional remete a uma experiência traumática não processada. O exemplo de Perry e Winfrey (2022) é sobre o “medo de cachorro”. O medo de cachorro pode ter sido cultivado por uma experiência pessoal de ter sido atacado por um cão na infância. O cérebro da criança teria construído associações entre cachorro e ameaça, do mesmo modo que os combatentes de guerra criaram associações entre barulho do escapamento de uma moto e fogos de artifício com o som de bombardeios. Entretanto, o que explicaria uma pessoa que nunca teve a experiência de ataque de cães e, mesmo assim, demonstrarem medo de cão? O autor sustenta que esse medo pode ter sido transmitido por gerações anteriores. Durante a escravização, cães foram utilizados para rastrear, perseguir, capturar e atacar africanos escravizados. Parry e Yingling (2020) argumentam que os símbolos primários do sofrimento físico e psicológico guardados na memória dos escravizados são o chicote e a algema. No entanto, os registros de relatos de escravizados e descendentes identificam que, talvez, o mais aterrorizante instrumento disciplinar tenha sido o cachorro (PARRY; YINGLING, 2020). Na marcha pelos direitos civis nos EUA, na década de 1960, cães foram usados, novamente, para atacar, intimidar e aterrorizar os afro-americanos, reforçando, nesse grupo, um **medo transgeracional**. Perry (2022) acrescenta, ainda, o conceito de **contágio emocional** para o medo de cães. Uma criança pode vivenciar o medo dos seus pais quando atravessam a rua ou acelera os passos para evitar a aproximação de um cão durante um passeio. “O medo do avô pode tornar-se o medo do pai, que se torna o medo da criança” (PERRY; WINFREY, 2022, p. 130).

Trauma intergeracional da escravidão

A psicologia analítica entende e reconhece o trauma intergeracional como fenômeno de transmissão inconsciente de experiências traumáticas de uma geração para outra. Para o junguiano Samuel Kimbles (2021), o trauma intergeracional pode levar ao desenvolvimento de complexos intergeracionais, padrões repetitivos de comportamentos entre gerações de uma mesma família, por influência de eventos históricos, culturais e familiares. O complexo intergeracional é composto por três elementos: padrões comportamentais repetitivos, regras de relacionamentos disfuncionais e crenças e valores negativos que afetam a dinâmica familiar (KIMBLES,

2021). Esse ciclo repetitivo, ao ser transmitido por gerações, afeta drasticamente a saúde emocional e o bem-estar das pessoas e grupos.

Complexo cultural e a elaboração do trauma da escravidão é o tema de estudo apresentado por Ramos (2023), com habitantes do Pelourinho, Salvador, Bahia, em 2009. Trata do complexo cultural devido à escravidão da população brasileira, afetada por complexos de superioridade e inferioridade. Ela contribui aqui com a seguinte afirmação:

Se o trauma liga o passado ao presente por meio de representações e imaginação, então o que testemunhamos como representação da escravidão pode indicar que esse trauma está atuando no presente, na forma de comportamentos repetitivos e compulsivos de submissão inconsciente e baixa estima, que podem explicar a situação sociocultural dos afrodescendentes na maior parte do Brasil. (RAMOS, 2023, p.158-159)

O movimento que liga o trauma do passado ao presente é descrito por Kimbles (2021), a partir do conceito do trauma intergeracional e do complexo cultural. Para o autor, o complexo cultural remete à história psicológica e cultural do indivíduo e do seu grupo de identificação. É uma dinâmica que carrega a perspectiva sociocultural, uma forma ampliada de olhar a psicologia do grupo com o seu inconsciente cultural e campo emocional. Ele é preciso ao dizer que, mesmo quando algo é invisível, não é exatamente que ele não esteja lá. São como fantasmas, o efeito da sua presença é perceptível – o legado psicossocial, político, econômico, cultural e educacional da escravidão. São forças que movem nossas vidas na sociedade contemporânea. Consequentemente, a realidade social foi dividida em duas partes: a realidade dos negros e a realidade dos brancos. Ambas foram construídas por narrativas dominantes de supremacia branca e inferiorização dos negros, por uma atitude psicológica que se expressa no nível arquetípico da psique, com sua maneira própria de responder aos processos culturais. O nível cultural da psique, que reina entre o inconsciente pessoal e o coletivo, e articula os conceitos de fantasma, narrativa fantasma e sofrimento social são elementos constituintes do processo intergeracional.

São os aspectos presentes na cultura, tanto os visíveis quanto os não percebidos, que tornam invisíveis as pessoas negras. Não ser visto e respeitado como uma pessoa é desumanizante. O autor denomina como fantasmáticos o

silenciamento, apagamento, a negação dos horrores causados pela escravidão e seus efeitos no presente. Quanto ao sofrimento social, faz a seguinte referência:

Gosto do termo sofrimento social da antropologia médica, introduzido por Arthur Kleinman, Venna Das e Margaret Lock. O sofrimento social resulta do que o poder político, econômico e institucional faz às pessoas e, reciprocamente, de como essas próprias formas de poder influenciam as respostas aos problemas sociais. Incluem-se, na categoria de sofrimento social, as condições geralmente divididas em campos distintos, condições que envolvem simultaneamente questões de saúde, bem-estar, jurídicas, morais e religiosas. Outra forma de traduzir isso é que o trauma é perpetuado não apenas pelas vítimas, mas também por aqueles que são herdeiros dos benefícios e privilégios dos espólios, pois eles perpetuam atitudes, rituais e a máquina social que torna essas condições manifestas e recorrentes. Eu chamo esses efeitos fantasmáticos (KIMBLES, 2021, p. 12, tradução nossa).

Tornar visível e dar voz às pessoas que foram invisibilizadas no ambiente cultural é um esforço necessário para toda a sociedade, uma reparação psicológica que pode ter uma contribuição intencional da psicologia analítica, por meio de mudanças na psique individual e coletiva. Kimbles (2021) considera a branquitude como um complexo cultural social associado ao privilégio e poder. Nesse sentido, as pessoas brancas têm o papel importante de assumir a sua contribuição e responsabilidade na condição de vida das pessoas negras, o que significa reconhecer o processo histórico (KIMBLES, 2021).

O exercício da memória, por meio de narrativas, torna possível vislumbrar o futuro e a percepção do passado, no presente (WORCMAN, 2021). Para Brewster (2018), o passado continua, na condição de fantasma, a viver e assombrar a sociedade contemporânea. Por esse motivo, não há como seguir em frente sem recuperar a memória do que aconteceu no passado e reconhecer seu efeito intergeracional no presente. Segundo Jung (1912/2014, para. 118, grifo do autor):

[...]o inconsciente coletivo, porém, contém o tempo pré-infantil, isto é, os restos da vida dos antepassados. As imagens das recordações do inconsciente coletivo são imagens não preenchidas, por serem formas não vividas pessoalmente pelo indivíduo. Quando, porém, a regressão da energia psíquica ultrapassa o próprio tempo da primeira infância, penetrando nas pegadas ou na herança da vida ancestral, aí despertam os quadros mitológicos: os arquétipos. Abre-se, então, um mundo espiritual interior, de cuja existência nem sequer suspeitávamos.

Falar sobre o que aconteceu para ser testemunhado é um primeiro passo na direção da cura individual, coletiva e cultural do trauma intergeracional da escravidão (BREWSTER, 2018). O complexo racial se esconde na sombra individual e coletiva. É uma estrutura social e cultural que se baseia na ideia de que existem diferentes raças e que essas raças possuem atributos e características que as tornam superiores ou inferiores umas às outras (BREWSTER, 2019).

O crescimento de grupos neonazistas no Brasil nos últimos anos, a ideia eloquente de uma supremacia branca, a escalada na manifestação do ódio e hostilidade racial são, inegavelmente, manifestações do complexo cultural racial. Assim como o assassinato de jovens pretos por agentes públicos de segurança, identificados com raça e poder dominante, fazem parte deste complexo cultural racial no Brasil. Em contrapartida, cresce, entre a população negra, o nível de consciência sobre a propagação de mentiras e as verdades encobertas sobre a história de colonização/escravização, e a produção acadêmica de temas de interesse da comunidade afrodescendente. Ampliam-se a organização e a luta por direitos humanos e equidade racial, o sentimento de autoestima e de resistência ao racismo estrutural. A presença, no sentido forte de representantes públicos no Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Igualdade Racial e Povos Indígena, são forças que equilibram e influenciam a dinâmica do complexo cultural.

Os complexos culturais evoluem e mudam ao longo do tempo, influenciados por mudanças na política, economia, justiça social, e/ou por inovações tecnológicas, resistência e adaptação, e estão no centro do conflito entre grupos. A dinâmica dos complexos culturais evidencia as diferenças culturais e as formas como as pessoas percebem e atuam no mundo (KIMBLES; SINGER, 2004).

O estudo do trauma intergeracional da escravidão e dos complexos culturais, complexo racial e do complexo intergeracional são instrumentos capazes de criar um ambiente favorável de enfrentamento, de reconhecimento da história traumática da escravidão e das consequências psicossociais que afetam, profundamente, as vítimas e os perpetradores. E todos necessitam de cura.

4 A INVISIBILIDADE DO LUTO DAS MÃES PRETAS

O luto é uma experiência complexa e, como tal, pode ser mais bem compreendida quando estudada de forma multidisciplinar. Trata-se de uma vivência emocional, na qual a tristeza desempenha um papel central e persistente. Em alguns casos, a tristeza pode durar muitos anos, e até por toda a vida. O trabalho da tristeza é transformar a perda em separação (KELEMAN, 1992). Outras emoções como a raiva, medo, culpa, hostilidade, indignação e desprezo também estão associadas ao estado de luto (BONANNO, 2008).

Ao longo dos anos, diferentes classificações e conceituações foram dadas ao processo de luto (ANDERY, 2021). Independentemente das diferentes abordagens, o que podemos considerar consensual é que o luto é um estado pessoal de intensa tristeza e angústia – um fenômeno com muita variedade de perturbações emocionais, psíquicas e somáticas (RAMOS, 2016).

Morte e luto são temas que, na vida cotidiana da sociedade brasileira, são considerados quase como tabus. Evita-se falar, pensar e admitir que a morte e a perda de entes queridos são experiências inevitáveis que fazem parte do viver. Quando, então, a morte e luto se concretizam, nem sempre se sabe como lidar com a tristeza e a angústia, como acolher todas as emoções, como receber e viver esse período da vida. A morte, como perda, provoca, na representação parental, o rompimento de uma relação de vínculo – um filho perdido e uma mãe que lamenta uma parte de si que se foi de forma irreversível (KOVÁCS, 1992).

Alguns enlutados podem desenvolver um quadro de Transtorno do Luto Prolongado, caracterizado por um luto intenso e prolongado que interfere, significativamente, na capacidade de adaptação à perda, com sintomas de depressão, ansiedade, ideação suicida, transtorno do sono, entre outros (FRANCO, 2009). Esses casos, requerem ajuda profissional e especializada para recuperar a qualidade de vida. Cabe destacar que não é objetivo do presente estudo identificar quadros patológicos, portanto, uma descrição mais detalhada desse transtorno não será abordada.

No âmbito deste trabalho, consideramos o luto como um processo dinâmico de oscilação saudável entre enfrentamento e evitação. Franco (2009) descreve concepções teóricas e práticas inovadoras na forma de pensar o trabalho do luto, identificando duas dimensões: a perda e a restauração. A dimensão de perda concerne à necessidade de enfrentar e lidar, diretamente, com a dor da perda. Nessa

dimensão, a pessoa enlutada experimenta emoções intensas, como tristeza, raiva, saudade e desespero. É um momento de confronto com a realidade da perda e de adaptação emocional ao vazio deixado pelo ente querido. Por outro lado, a dimensão de restauração é referente aos esforços de reconstrução e adaptação à vida, agora sem a pessoa do vínculo – a pessoa enlutada foca nos aspectos práticos e funcionais da vida, como assumir novas responsabilidades, criar rotinas novas, buscar apoio social, retomar atividades de bem-estar pessoal. Faz parte da busca de sentido e reconstrução de uma identidade sem a presença física da pessoa perdida.

Para Franco (2021), além da morte e da perda do vínculo em si, há toda uma história de vida vivida com quem partiu que também se perde.

A morte do outro configura-se como a vivência da morte em vida. É a possibilidade da experiência da morte que não é a própria, mas é vivida com se uma parte nossa morresse, uma parte ligada ao outro pelos vínculos estabelecidos. (KOVÁCS, 1992, p. 149)

A identidade muda – quem eu era e quem eu sou. Pode haver, ainda, outras perdas, por conta dessa morte. A mãe que perde um filho, perde esse papel maternal ao ficar órfã daquele filho. A cultura, a religião e a espiritualidade são mediadores desse processo de luto.

Luto de morte violenta

Quando a perda de um filho acontece por homicídio, a vítima é, frequentemente, desqualificada, enquanto a mãe é desacreditada. Nesses casos, os processos de luto e morte exigem uma compreensão diferente, levando em conta outros fenômenos (FEDRI, 2014). Circunstâncias como essa fazem, da morte e do luto, processos negados e invisibilizados. Alencar (2011) argumenta que, antes da elaboração do luto, uma vez que não houve reconhecimento da morte, faz-se necessário recuperar a condição e a humanidade das vítimas. Em relação ao luto materno, Sonoda (2018) considera que a experiência de vida, a habilidade resiliente, o apoio familiar e a religião são fatores que contribuem para a elaboração do luto.

A ideologia racista de supremacia branca produziu a inferiorização do negro e sua associação à criminalidade, sendo parte significativa do problema. Uma questão que, em algum momento, teremos que enfrentar (ARAUJO; SOUZA; SILVA, 2022).

A invisibilidade tangível

A supremacia branca é uma forma de hegemonia, ou seja, uma forma de dominação que é exercida não apenas pelo exercício bruto do poder, pela pura força, mas também pelo estabelecimento de mediações e pela formação de consensos ideológicos. A dominação racial é exercida pelo poder, mas também pelo complexo cultural em que as desigualdades, a violência e a discriminação racial são absorvidas como componentes da vida social. (ALMEIDA, 2019, p.76)

A pesquisa, publicada no Anuário Brasileiro de Segurança Pública confirma que o Brasil é o país com maior índice de homicídios do mundo (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023). No ano de 2019, os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios. Nesse estudo, estima-se que os negros têm 2,6 vezes mais probabilidade de morte que os brancos (CERQUEIRA *et al.*, 2021).

Segundo a pesquisa *O uso da força letal por policiais de São Paulo*, realizada pela Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, em 2017, sobre o perfil das vítimas, 99% são do sexo masculino; 65% são negros; 16% têm idade até 17 anos; 49,34% têm de 18 a 25 anos; 23.81% têm de 26 a 35 anos e 10% estão acima de 35 anos. A situação das vítimas, no momento da ocorrência, nos casos em que não estava objetivo o ato ilícito ou em que as pessoas eram consideradas suspeitas, 63% eram negras (OUVIDORIA DA POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2018).

Um artigo descreve uma chacina no Rio de Janeiro, no ano de 2015, na qual os jovens Wilton, Wesley, Cleiton, Carlos Eduardo e Roberto, de 16 a 25 anos, foram assassinados pela polícia com 111 tiros, sem nenhuma razão aparente (MARTÍN, 2016). Roberto saiu com os amigos para comemorar a conquista de uma vaga de emprego. No retorno ao bairro, foram sumariamente fuzilados. O crime foi considerado homicídio culposo, aquele que teve intenção de matar. A mãe de Roberto faleceu meses depois e o pai descreve um vazio no coração, por sepultar o filho perfurado por 16 tiros pelo corpo (MARTÍN, 2016).

Todos os dias, jovens pretos pobres são vítimas da força de segurança do Estado. O estresse pode ter sido a causa da morte do irmão de Wilton, meses mais tarde, vítima de aneurisma cerebral, aos 16 anos. Ele foi a principal testemunha da chacina. A mãe de Carlos relata que não desejava mais viver depois de ter visto o filho

sem vida. Tentou suicídio por duas vezes. Em sua jornada resiliente, ela encontra consolo na ideia de um julgamento justo e da punição dos responsáveis (MARTÍN, 2016).

A tragédia familiar, comunitária e social, de tão presente e impune, se torna, por um lado, um pesadelo recorrente, uma ameaça aterrorizante, uma realidade cruel de desvalorização da vida dos corpos negros. Por outro lado, de tão naturalizada, a tragédia se torna invisível. Conviver com a sensação de insegurança e medo é estressante, traumático e faz parte da realidade social dos afrodescendentes, dos mais vulneráveis, dos que não têm poder. São muitas perdas em um único evento: a perda do filho, perda da confiança no Estado, na segurança pública, nos seus direitos como cidadão, perda de confiança na vida.

Judith Butler (2015) coloca em pauta reflexões sobre as vidas que são consideradas humanas e as vidas que não o são. Ou seja, algumas vidas não são merecedoras de luto por não serem consideradas suficientemente humanas. A autora usa o termo *enquadramento* para explicar que, dependendo da moldura define-se o valor do quadro. Estamos sujeitos ao enquadramento pela polícia, por autoridades, instituições e por uma política que, em última instância, define e atribui maior ou menor valor às vidas humanas. O racismo pode ser interpretado como a moldura que enquadra jovens negros na categoria de vidas não-humanas, ou seja, não dignas de viverem a vida plena.

O genocídio de jovens negros e o luto de suas famílias, em especial das mães, se enquadra nessa política que arbitra sobre as vidas que são passíveis de luto, ou não. É a mesma lógica utilizada para escravizar e matar africanos, durante séculos, sem culpa ou constrangimento. O discurso de ódio validado torna possível a prática: “nós somos os humanos e vamos protegê-los dos não-humanos”. A escritora Toni Morrison, em seu livro *A origem dos outros*, trata do **conceito do estrangeiro** e constrói uma ponte para análise entre as relações raciais construídas na escravização e no racismo estrutural. Ela diz:

A necessidade de transformar o escravizado numa espécie estrangeira parece ser uma tentativa desesperada de confirmar a si mesmo como normal. A urgência em distinguir entre quem pertence à raça humana e quem decididamente não é humano é tão potente que o foco se desloca e mira não o objeto da degradação, mas seu criador. Mesmo supondo que os escravizados exagerassem, a sensibilidade dos senhores é medieval. É como se eles gritassem: ‘Eu não sou um animal! Eu não sou um animal! Eu torturo os indefesos para provar que não sou fraco’. O risco de sentir empatia pelo estrangeiro é a

possibilidade de se tornar estrangeiro. Perder o próprio status racializado é perder a própria diferença, valorizada e idealizada. (MORRISON, 2017, p. 54)

Mbembe (2014) e Butler (2015) apresentam dois conceitos fundamentais a discussão proposta: biopoder e necropolítica. O biopoder é o exercício do poder sobre os corpos que são encarcerados, torturados, escravizados e mortos. A necropolítica, sem a pretensão de aprofundar o conceito, é quando o Estado influencia e arbitra, por meio de políticas, na decisão de quem merece viver e de quem merece sobreviver ou morrer (BUTLER, 2015). Sobreviver não é o mesmo que viver!

O líder indígena e filósofo Ailton Krenak, em seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo*, critica o conceito de humanidade que não leva em conta a natureza e a diversidade. Ele responde perguntas sobre o modo de pensar dos seus ancestrais:

Vi as diferentes manobras que os nossos antepassados fizeram e me alimentei deles, da criatividade e da poesia que inspirou a resistência desses povos. A civilização chamava aquela gente de bárbaros e imprimiu uma *Guerra sem fim* contra eles, com o objetivo de transformá-los em civilizados que poderiam integrar o clube da humanidade. Muitas dessas pessoas não são indivíduos, mas 'pessoas coletivos', células que conseguem transmitir através do tempo suas visões de mundo. (KRENAK, 2019, p. 28)

Assim como os indígenas, os afrodescendentes não podem renunciar à memória histórica sobre o que aconteceu no passado, pois ela está diretamente relacionada com as mortes e assassinatos no contexto presente.

As formas de violência

Lamentavelmente, e não por acaso, todas as formas de violência e negação da vida como um direito afetam, majoritariamente, a população negra, em particular os jovens negros. A interseccionalidade diz respeito a múltiplos fatores de exclusão que recaem sobre a população afrodescendente, de forma a haver uma sobreposição (CRENSHAW, 2016). Por exemplo: ser negro e ser pobre, ou ser negro, pobre e mulher, ou homossexual. A interseccionalidade amplia de forma exponencial as possibilidades de enfrentamento das vítimas de violência. O mesmo ocorre com as mães pretas com a experiência de luto – na condição de sobreviventes e na urgência

de garantir a própria sobrevivência e muitas vezes a familiar, mulheres periféricas enlutadas são levadas a reprimir o processo de luto e seguir em frente.

Para Galtung (1969), é necessário visibilizar as formas de violência para, então, transformar e construir uma cultura de não violência. Considera-se como “violência direta” as violências naturalizadas no cotidiano, como espancamento, estupro, violência doméstica, genocídio dos povos originários e afrodescendentes. Já a “violência estrutural” se manifesta pela desigualdade social, racial, econômica, política, cultural e educacional, atuando como violação de direitos e da dignidade humana. Por fim, a mais invisível é a “violência cultural”, transmitida e reproduzida por meio dos preconceitos de raça, etnia, gênero, classe social e religião. Manifesta-se na cultura, na forma de pensar, sentir e agir, cotidianamente, sendo legitimada por narrativas dominantes de menosprezo, rechaço e opressão (GALTUNG, 1969).

O luto presente na literatura

Histórias sobre o luto vivenciado pelas mães pretas que perderam filhos de forma inesperada e em situação de violência são histórias que podem ser contadas, em livros como: *Na mira do fuzil*, da escritora Rachel Gouveia Passos, publicado em 2023. A autora estuda o impacto da violência na saúde de mães enlutadas por seus filhos, mortos pela polícia, no Rio de Janeiro. Toni Morrison (2007)⁵ descreve, no seu romance *Amada*, o desespero de uma mãe escravizada que mata sua própria filha para que não seja levada e transformada em escrava. Maryse Condé⁶, em seu livro de ficção *Eu, Tituba: bruxa negra de Salém*, ambientado no século XVI, relata a situação dolorosa de aborto provocado pela escravizada, para evitar que seu filho também se tornasse escravizado. O livro *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves (2009), é um romance histórico que registra a busca desesperada de uma mãe por seu filho separado e vendido. Maria Firmina dos Reis, que viveu o período da escravidão, narra histórias e dores da perda e separação de mães e filhos (DOS REIS, 1887/2018).

⁵ Toni Morrison recebeu o prêmio Nobel de Literatura de 1993. Seu romance *Amada* ganhou o prêmio Pulitzer de 1988 e, em 2006, foi eleita pelo *New York Times*, a obra de ficção mais importante dos últimos 25 anos nos Estados Unidos. Em 1998, a obra recebeu uma adaptação cinematográfica – *Bem-amada* –, com Oprah Winfrey no papel principal.

⁶ Maryse Condé é uma das mais prolíficas escritoras do Caribe e talvez mais poderosa voz de mulher na literatura contemporânea das Américas.

5 REVISÃO DE PESQUISAS

Este capítulo trata da revisão de pesquisas publicadas a respeito do luto de mães afrodescendentes por filhos assassinados pelo Estado. Buscou-se averiguar o que a literatura científica tem produzido a esse respeito, bem como trabalhos que abordassem o tema a partir de uma perspectiva que considerasse aspectos relacionados ao trauma intergeracional da escravidão, complexo cultural racial e/ou racismo estrutural.

5.1 Método e procedimentos da revisão

O método utilizado foi o de revisão integrativa, segundo o qual a etapa de busca por artigos nas bases de dados é detalhadamente descrita (HOHENDORFF, 2014; COSTA; ZOLTOWSKI, 2014), e permite-se a inclusão de artigos com diferentes abordagens metodológicas a fim de compreender o estado da produção científica sobre determinado tema e apontar possíveis lacunas (TORONTO, 2020).

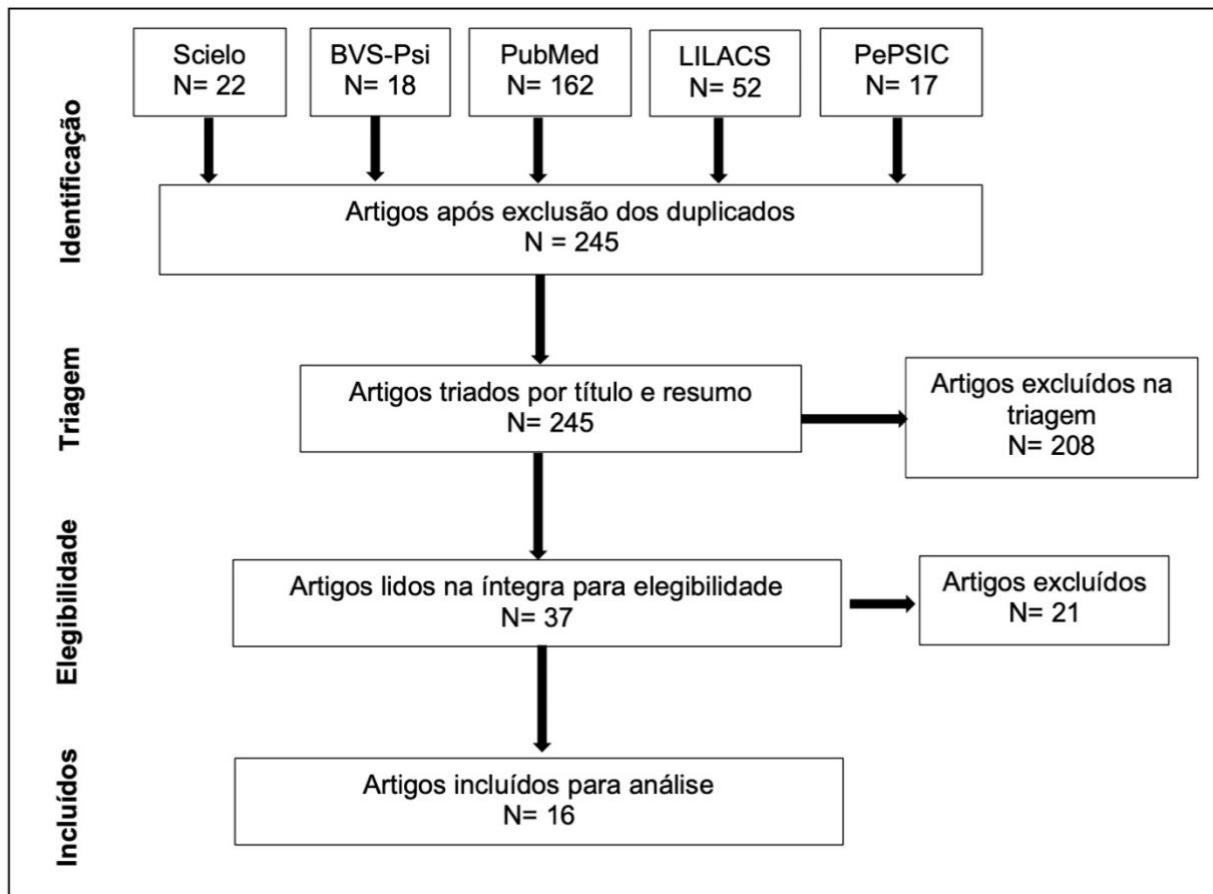
Inicialmente, foi realizada uma busca de palavras-chaves nos bancos terminológicos *Medical Subject Headings* (MeSH) e Terminologia em Psicologia (BVS-Psi) para a definição dos termos de busca que melhor correspondessem àqueles utilizados com mais frequência nas pesquisas acadêmicas. A partir disso, foram definidos os descritores: luto, mulheres, mães, racismo, negros, grupo com ancestrais do continente africano, população negra, população de ascendência africana, genocídio, relação entre gerações, trauma histórico, trauma intergeracional, trauma psicológico histórico, polícia, abuso dos direitos humanos, violação aos direitos humanos, violação dos direitos humanos, escravidão, pessoas escravizadas, escravização, luto materno, assassinato. Todos esses termos foram pesquisados nos idiomas português e inglês, combinados entre si de diferentes maneiras, utilizando os operadores “AND” e “OR”. As bases de dados pesquisadas foram: Scielo, BVS-Psi, PubMed, LILACS e PePSIC. Devido à limitação de trabalhos publicados sobre a temática investigada o ano de publicação não foi utilizado como filtro.

A respeito da busca por descritores nos bancos terminológicos, cabe destacar uma dificuldade inicial encontrada para definir o tema de acordo com termos próprios das ciências da saúde e psicologia. Aventra-se que essa dificuldade esteja relacionada aos poucos trabalhos produzidos a respeito do luto vivenciado por mulheres

afrodescendentes que tiveram seus filhos assassinados pelo Estado. Alguns termos foram utilizados, como “mulheres negras”, “mulheres pretas”, “mulheres pretas enlutadas”, entre outros, não constam como descritores utilizados na produção científica, o que revela uma lacuna no campo a respeito desse tema. Além disso, diversas combinações de termos que melhor definiriam o tema pesquisado não tiveram nenhum resultado de busca em diferentes bancos de dados (e.g., [Women AND Mothers AND Bereavement AND Blacks AND Intergenerational Trauma], [Violações aos Direitos Humanos AND População Negra], [Intergenerational Trauma AND Slavery AND Mothers], [Mães AND Negras AND Luto], entre outras combinações). Chamou ainda a atenção, que dos trabalhos encontrados no cruzamento das palavras “mães” AND “luto”, poucos abordavam o luto materno por filhos assassinados pelo Estado e nenhum mencionava questões raciais. Por esses motivos, optou-se por empreender uma busca que abarcasse uma variedade de termos que, combinados de diferentes maneiras, pudessem compor uma aproximação relevante ao tema desta pesquisa.

Um total de 271 artigos foram encontrados nas bases de dados Scielo (N= 22), BVS-Psi (N=18), PubMed (N=162), LILACS (N=52) e PePSIC (N=17). Após a exclusão dos artigos duplicados (N=26), teve início a primeira etapa da triagem, que envolveu a leitura dos títulos e resumos dos artigos, excluindo-se aqueles que não se adequavam aos objetivos propostos nesta revisão (N=208). Assim, 37 artigos foram lidos na íntegra e avaliados para elegibilidade. Foram excluídos os trabalhos que tinham como foco populações de imigrantes, questões relativas a desigualdades na assistência médica, análise de filmes, questões relacionadas à crise imposta pela pandemia da COVID-19 e impacto de mortes negras em jovens negros. A Figura 4, a seguir, ilustra o fluxograma do levantamento dos artigos e as etapas realizadas nesta revisão integrativa.

Figura 4 – Fluxograma da revisão integrativa



Fonte: Adaptado de Moher *et al.* (2009)

A leitura dos 16 artigos incluídos permitiu depreender três categorias temáticas que ajudam a compor uma ideia do tema, considerando o tripé contexto sociohistórico-político, traumas e luto.

5.2 Contexto socio-histórico-político

Foram incluídos, nesta categoria temática, oito artigos que abordavam noções fundamentais para a compreensão do cenário no qual o presente trabalho está inserido, tais como o genocídio de afrodescendentes, necropolítica, práticas racistas e violência estrutural.

Uma pesquisa realizada no Brasil abordou o entrelaçamento do sofrimento individual da perda de filhos e a luta política por justiça nas narrativas de mães pretas (ARAÚJO; BIAR; BASTOS, 2020). O artigo analisou o discurso de uma mãe, integrante de um movimento social contra a violência, durante uma manifestação em

frente ao Ministério Público do Rio de Janeiro, quando relatou a perda de seu filho de 19 anos, assassinado por um policial da Unidade de Polícia Pacificadora (UPA). As autoras apresentam como cenário de reflexão as noções de necropolítica e racismo estrutural, que dizem respeito às políticas de morte e de desigualdade social e racial que criminalizam e matam determinados membros de um grupo social e privilegiam outros. Essas noções ficam explicitadas no caso estudado no artigo, que revela a circunstância do assassinato do jovem: morto pelas costas, em situação indefensável. A narrativa do fato se contrapõe à versão oficial da polícia e pede por justiça. O estudo destaca que a dor do luto materno reforça a resistência e o engajamento por justiça. Por fim, conclui que as narrativas são atualizadas pela emoção e repetição das histórias de perda relacional entre mães e filhos, e, que essa morte é passível de luto.

Outro estudo realizado no Brasil corrobora a visão de necropolítica e genocídio da população negra do Rio de Janeiro e região (MARQUES JUNIOR, 2020). A pesquisa analisou as narrativas de policiais e familiares em reportagens que abordavam seis casos de assassinatos de jovens negros por agentes de segurança do Estado. O estudo mostrou que as localidades em que as mortes ocorreram eram territórios enegrecidos e as mortes tinham indício de racialização, confirmando os dados oficiais do Atlas da Violência. O autor chama a atenção para a naturalização dessas mortes, construída, em parte, pela mídia, e para as narrativas que tentam justificar que as vítimas tinham ligação com o crime organizado e que estavam em lugar errado na hora errada. A análise das reportagens revela um processo de naturalização da violência letal especialmente contra a juventude negra e remete às origens do passado colonial que estão presentes nas relações de poder que definem quem vive e quem morre (MARQUES JUNIOR, 2020).

Ainda a respeito do genocídio da população negra, o artigo teórico de Vergne *et al.* (2015) analisou as raízes históricas do genocídio contra a população negra. Para os autores, o termo genocídio se enquadra na prática de assassinatos contra pessoas pobres e especialmente, pobres e negros. A partir de uma perspectiva psicanalítica, os autores consideram os fatos históricos, a cultura, a política e os efeitos negativos na saúde da população negra. Afirmam a importância da produção de conhecimento acerca das estratégias do pensamento genocida como forma de enfrentamento ao racismo estrutural, as práticas de discriminação, tipificação e desumanização do grupo étnico e racial.

Os trabalhos de Marques Junior (2020) e Vergne *et al.* (2015) permitem a reflexão a respeito do cenário sociopolítico e cultural que cria as condições traumáticas de luto e insegurança da população afrodescendente, aspecto fundamental para o estudo do trauma intergeracional. Outro estudo, empreendido por Costa *et al.* (2017), corrobora essa perspectiva, evidenciando que a morte violenta de jovens em todo o país impacta a sociedade como um todo e deve ser tema de debate entre profissionais da saúde, assistência social e justiça. Para as autoras, essas mortes têm um impacto significativo na vida e na saúde dos sobreviventes das vítimas fatais com potencial de desencadear “transtornos psicológicos, traumas, medo, insegurança, isolamento, enfraquecimento dos laços familiares e comunitários, revolta e sofrimento” (COSTA *et al.*, 2017, p. 685).

Outro estudo realizado na periferia de São Paulo analisou a permanência de marcas autoritárias e ditatoriais pós-transição democrática no Brasil por meio de dois estudos psicossociais (BESEN; ANSARA, 2021). O primeiro deles, abordou a construção narrativa e elaboração de memórias de nove jovens moradores da região sobre as violências perpetradas por e pelo Estado. O segundo, investigou a reconstrução de memórias de violação de direitos humanos por meio das narrativas de mães de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e técnicos do serviço. Para as pesquisadoras, a violência e a violação de direitos, em especial, da população negra e vulnerável, estão presentes mesmo em períodos denominados democráticos. A violência estrutural e a violação de direitos humanos são parte integrante do cenário psicossocial e cultural que fomenta conflitos e mantém a engrenagem repetitiva do complexo cultural racial.

O contexto de risco ao trauma racial e a interseccionalidade é o tema de estudo de Galán *et al.* (2022), que por meio de um artigo teórico discutem dados alarmantes que mostram que os jovens negros norte-americanos são mais discriminados racialmente do que outros grupos raciais. De acordo com os pesquisadores, os jovens negros sofrem uma média de cinco experiências de discriminação por dia e tais experiências estão ligadas à pior saúde mental (depressão, ansiedade e suicídio). Com base na literatura recente, o artigo destaca que os efeitos gerais e a longo prazo da discriminação racial estão relacionados aos sintomas de trauma, incluindo pensamentos intrusivos e hipervigilância. Os autores aplicam o termo “trauma racial” para explicar como o racismo se constitui como um fator de risco para experiências adversas e de saúde mental entre jovens negros.

Na mesma linha, o estudo de Boynton (2020) complementa a discussão a respeito da relação entre a violência por motivos raciais e o impacto na saúde mental dos afro-americanos, ressaltando que a realidade histórica dessa população, especialmente de homens jovens e adultos, é atravessada pelo trauma racial. O autor destaca uma lacuna no conjunto de estudos sobre o trauma que, de maneira geral, abarca as vítimas do holocausto, violência doméstica e outras formas de violência, mas não contempla o trauma gerado pela violência repetitiva no cotidiano dos afro-americanos ao longo da vida, impingida pelo racismo estrutural, ou seja, pela desigualdade racial e social. Assim, o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas e estudos clínicos sobre o trauma racial e seu impacto na saúde mental são extremamente necessários. Esse estudo permite tecer considerações e apontamentos importantes a respeito do trauma racial: primeiramente, o trauma racial existe e requer atenção profissional; deve ser cuidado como qualquer outro trauma para evitar o Transtorno de Estresse pós Traumático; profissionais da saúde mental devem estar atentos para a força devastadora do racismo e suas consequências negativas na vida e na saúde das minorias; terapeutas afrodescendentes podem ajudar na atenção e cuidado do trauma racial e afastar a desconfiança em relação ao atendimento.

A contextualização temática inclui a dimensão comunitária e social, para tanto, Jones, Anderson e Stevenson (2021) discutiram em seu artigo teórico a socialização como um recurso capaz de atenuar os efeitos negativos do racismo. A ideia construída na maior parte da literatura a respeito da socialização racial, conhecida como *The Talk*, está centrada no conteúdo da comunicação entre pais e filhos, a partir da qual, os primeiros provocam a socialização racial dos segundos. Essa perspectiva é reformulada em alguns estudos que propõem a ideia de *Walking The Talk*, enfatizando a importância de preparar os pais para que tenham a competência necessária para realizar essa socialização. Jones, Anderson e Stevenson (2021) avançam essa discussão propondo a ideia da socialização racial como *The Dance*, a qual considera a complexidade do conjunto de normas comportamentais e emocionais do sistema familiar em interação com todo o contexto histórico e social que as envolve (e.g., práticas e políticas racistas que atuam como eventos que desequilibram o sistema familiar). Por meio da imagem da dança, os autores concluem que o sistema familiar deve estar atento ao clima “da pista de dança” que a rodeia e não apenas às suas próprias habilidades.

5.3 Traumas intergeracional, transgeracional e histórico

Além das noções a respeito da necropolítica, práticas racistas e trauma racial que descrevem o contexto político e social no qual o fenômeno do genocídio de afrodescendentes está inserido, faz-se importante retomar aspectos históricos fundantes à essa problemática. Para tanto, esta categoria temática inclui os trabalhos que se dedicaram à conceitualização do trauma psicológico, transmissão geracional do trauma, trauma intergeracional e transgeracional. O conceito de trauma histórico foi igualmente incluído, com a finalidade de aclarar a escolha conceitual deste trabalho.

O estudo de Mendes (2015) utiliza conceitos da psicanálise para construir uma análise da linha do tempo e origem da sociedade brasileira, destacando os marcos traumáticos anteriores e posteriores a escravidão. De acordo com a autora, a história de povoamento, reinados e república, ditaduras e o frágil processo democrático do país, deixaram traumas que se configuraram como uma herança arcaica na identidade brasileira. Nesse cenário, o Estado se edifica em uma base traumática na qual prevalece a lei do pai primevo e ausente que somada a um pacto social perverso mantém os filhos desprotegidos, sem cuidado e atenção. De particular interesse para o presente estudo, Mendes (2015) enfatiza uma história de quase quatro séculos de colonização e escravização no Brasil, que custou ao povo africano escravizado incontáveis e indizíveis experiências de abuso, negligência e desamparo. O trauma histórico da escravidão deixou um legado psicossocial para a sociedade contemporânea, material importante a ser estudado.

Ainda no campo da psicanálise, Trachtenberg (2017) propõe uma reflexão acerca da herança transgeracional no interior das famílias decorrente de traumas, segredos, vergonha e lutos não elaborados. A autora diferencia a transmissão geracional em duas modalidades: intergeracional e transgeracional. A primeira, diz respeito, a transmissão geracional que permite transformação e diferenciação do material herdado, há um espaço poroso entre o que é transmitido e o que é herdado, preservando os limites da subjetividade. A transgeracional, no entanto, não tem o benefício da transformação, a parte alienada e clivada do sujeito que foi capturada pelo trauma, passa direto de uma geração para outra, e não pode ser simbolizada. Na linguagem psicanalítica, a herança transgeracional do trauma configura uma cripta ou sujeitos criptóforos, os quais estão impossibilitados de vivenciar o luto, valem-se da

desmentida ou cisão do ego, negam o que aconteceu, varrem da consciência o que lhe é insuportável. Dessa forma, a cripta ganha potencial para ser transmitida a outras gerações e ser o fantasma familiar. Assim, os descendentes, tornam-se gerações fantasmas, que vivem sob o efeito inconsciente da cripta dos seus antepassados.

A transmissão psíquica geracional também foi abordada no artigo de revisão narrativa da literatura psicanalítica elaborado por Rehbein e Chatelard (2013). Nesse trabalho, os autores apresentam inicialmente a fundamentação conceitual do pensamento psicanalítico a respeito transmissão psíquica geracional, e em seguida expõem como esse tema tem sido abordado por psicanalistas brasileiros. O estudo chama a atenção que todos os trabalhos incluídos na revisão tratam de casos clínicos relacionados à transmissão geracional e são fortemente influenciados pelo pensamento Freudiano, notadamente no que diz respeito a noções fundamentais aos processos de transmissão psíquica, tais como inconsciente, recalcamento, pulsões, narcisismo, identificações, entre outros. O achado dessa revisão revela uma lacuna na produção de base psicanalítica brasileira quanto a perspectiva grupal da transmissão psíquica geracional do trauma que perpassa grandes grupos étnicos, tais como a população afrodescendente.

Rehbein e Chatelard (2013) descrevem ideias de autores que são importantes para a compreensão conceitual do tema da transmissão psíquica geracional. Dentre eles, estão os psicanalistas húngaros Nicolas Abraham e Maria Török, que conceituaram noções como os efeitos dos segredos familiares que são transmitidos por gerações, a clínica do fantasma, o luto não passível de elaboração, a cripta, que expressa o sepultamento intrapsíquico de uma vivência vergonhosa e inenarrável, e outras. Outro autor referido no artigo é o psicanalista francês Pierre Benghozi, cujo trabalho teve como foco catástrofes humanitárias e seus efeitos traumáticos. Esse autor propõe que a transmissão inter e transgeracional pode ser transformada e atualizada por meio da cultura, linguagem e organização da ordem social e política. Propõe, ainda, o tratamento precoce de crianças a fim de prevenir a ressonância psíquica sobre as gerações seguintes, possibilitando a reconstrução genealógica de grupos familiares e comunitários. Benghozi fala de uma noção essencial para a abordagem proposta no presente trabalho, a vergonha, a qual estaria na base da transmissão geracional do indizível e que não pode ser revelado porque constitui um ataque à dignidade e existência humana, mas que permanece vivo e presente em diversas gerações.

Por fim, dentre os trabalhos incluídos nesta categoria temática está a revisão sistemática empreendida por Bohigas *et al.* (2015) sobre o trauma histórico, compreendido pelos autores como um trauma coletivo imposto a um grupo, comunidade ou sociedade, que compartilham igual identidades e ou organização. Essa noção está frequentemente relacionada à herança transgeracional decorrente de traumas e manifesta por meio de inúmeras respostas psicológicas e sociais. Segundo Bohigas *et al.* (2015), a noção de trauma histórico é proposta em contraposição ao Transtorno de Estresse Pós-traumático (TEPT) tendo em vista a sua limitação diagnóstica ao tratar do trauma de grupos em situações de opressão e dominação. Os autores concluem que existem diversas lacunas na produção do conhecimento científico atual a respeito do trauma histórico, e que o conceito de TEPT, o qual é amplamente abordado na literatura, é limitado para abordar aspectos relativos ao trauma coletivo cumulativo.

5.4 Pesquisas sobre Luto materno

Em relação ao tema do luto, quatro artigos foram selecionados, dos quais dois são de autores brasileiros e dois de autores norte-americanos. O artigo de Sonoda (2018), resultado de pesquisa no Distrito Federal, embora não trate diretamente do tema do luto materno decorrente da violência perpetrada pelo Estado, traz algumas reflexões sobre os impactos da violência urbana na saúde dos sobreviventes de vítimas fatais. Essa pesquisa qualitativa abordou, por meio do método de História de Vida, a vivência do luto de treze pessoas que tiveram familiares ou pessoas próximas mortas pelo trânsito, por assaltantes ou gangues de rua e acidentes de trânsito. O estudo conclui que a história de vida e a capacidade de resiliência influenciam no impacto da experiência adversa e na elaboração do luto, além de confirmar que o apoio das instituições tradicionais (e.g., família, religião) contribui na forma dos sobreviventes lidarem com a experiência e retomarem suas vidas. Embora esse estudo refira aspectos importantes sobre a elaboração do luto, ele deixa de considerar fatores étnicos, históricos e sociais que interagem com cada história biográfica e merecem ser considerados para a compreensão de como cada sujeito elabora e ressignifica as suas experiências de perda.

A importância da rede de apoio social no processo de luto é corroborada por outra pesquisa, também realizada no Distrito Federal, sobre luto e enfrentamento em

famílias vitimadas por homicídio (DOMINGUES; DESSEN; QUEIROZ, 2015). Nesse estudo, as autoras investigaram o impacto na saúde mental e as formas de enfrentamento de mães e irmãos de jovens assassinados durante o primeiro ano de luto. Todas as famílias que participaram tinham nível socioeconômico baixo e os jovens vitimados tinham em média 18,7 anos de idade, eram em sua maioria de cor parda, sexo masculino e não haviam completado o ensino fundamental. Embora a pesquisa não tivesse como foco específico as questões raciais entrelaçadas ao fenômeno investigado, as autoras destacam que afrodescendentes vivenciam mais perdas por violência, apresentam níveis elevados de estresse psicológico e quase não utilizam os recursos públicos de saúde mental, em comparação com os caucasianos. A religiosidade, a forte ligação com a pessoa falecida e a dissimulação do sentimento relacionados à perda são estratégias preferenciais dos afrodescendentes. As autoras concluem que as famílias vítimas de violência letal vivenciam adversidades que podem ser percebidas no início do processo de luto ou a longo prazo, e faz-se necessário criar políticas de acompanhamento e acolhimento a essas pessoas.

Seguindo o viés da afrodescendência, o artigo de McDevitt-Murphy *et al.* (2021) investigou o uso abusivo de álcool, TEPT e luto complicado em afro-americanos que perderam entes queridos por homicídio. A maioria dos participantes desse estudo eram mães, irmãs ou esposas das vítimas e tinham média de idade de 48,6 anos. Os resultados mostraram altas taxas de sintomas de TEPT e luto complicado nos participantes, contudo, apenas 7% demonstraram nível de consumo de risco para álcool. Apesar da baixa prevalência do consumo de risco, o uso de álcool se correlacionou a níveis mais altos de TEPT, luto complicado e gravidade da depressão. Os autores discutem esses resultados considerando o contexto mais amplo no qual a perda por homicídio na comunidade afro-americana se insere: uma complexa rede que entrelaça o sofrimento e processo de luto individual a uma cultura que também carrega o peso de gerações de perdas e traumas históricos. Esse estudo aponta para a necessidade de que mais pesquisas sobre o impacto do homicídio de jovens negros na saúde dos sobreviventes sejam realizadas, validando, assim, o esforço deste trabalho em torno do trauma e do luto pela perda de filhos de mães afrodescendentes.

A perspectiva acerca do luto coletivo é abordada no artigo teórico de Volkan (2007), que chama a atenção para a necessidade do campo psicológico de empreender esforços para ampliar o conhecimento específico a respeito desse tema. O autor define que o luto é uma reação psicobiológica obrigatória do indivíduo em

resposta a uma perda significativa, e quando vivido por grandes grupos que partilham perdas por entes queridos, terras e notoriedade, em caso de guerras, conflitos entre nações e ditaduras, configura-se num processo social. Ancorado numa perspectiva psicanalítica, Volkan (2007) entende a identidade de grandes grupos como um sentimento de afinidade que é compartilhado por milhares ou milhões de pessoas, unidas pela afirmação da identidade grupal que, quando ameaçada, pode gerar um processo de violência. O *trauma de grandes grupos* define-se pela representação mental compartilhada sobre o que aconteceu na sua história, cuja experiência foi de perda, humilhação e desamparo. Quando essas experiências não podem ser pranteadas pelos membros do grupo vitimado, as imagens da individualidade lesionada são passadas para os seus descendentes, que, por sua vez herdam as tarefas psicológicas que precisam ser concluídas. Assim, a representação mental do evento traumático torna-se uma marca identitária do grupo, configurando-se como um trauma transgeracional. Desta forma, o *trauma representa a perversão do processo de luto do grupo* e a reativação do trauma promove uma nova dinâmica no movimento social. O estudo conclui que, quando a identidade de um grupo é ameaçada, ele vivencia um processo de regressão, que pode resultar em experiências desastrosas e mortais para muitas pessoas, e custosa, do ponto de vista da saúde pública.

5.5 Síntese da revisão

A ampliação do escopo temático foi um recurso necessário para abranger a complexidade e a escassez de pesquisas sobre esse tema. O conceito recente de transmissão geracional abre uma perspectiva importante para o estudo do trauma e do luto pela perda de filhos, da separação violenta, forçada e silenciada durante o regime escravocrata. Séculos de opressão e sofrimento humano, material farto para estudo e pesquisa acadêmica, sobretudo, do ponto de vista da herança geracional para a sociedade contemporânea.

Investigar o impacto da perda de filhos na vida e na saúde emocional de mães afrodescendentes como um trauma intergeracional é um caminho de exploração e aproximação do que aconteceu no passado e que continua no presente na forma de um fantasma. Compreender a dimensão do conceito de interseccionalidade ajuda na conformação de que o fator raça, gênero, classe social e território somam e determinam os números da violência, sem, no entanto, serem percebidos e ou

reconhecidos como fatores de risco, estresse, tensão e adoecimento do grupo étnico/racial pelo sistema de saúde, justiça e políticas públicas.

6 OBJETIVOS

6.1 Objetivo geral

Identificar e refletir sobre as narrativas de mulheres afrodescendentes acerca da perda violenta de filhos mortos pela ação da força de segurança do Estado e sua relação com o trauma intergeracional da escravidão.

6.2 Objetivos específicos

- Compreender se e como aspectos históricos relacionados ao trauma intergeracional da escravidão impactam na vida e na saúde emocional de mulheres afrodescendentes;
- Buscar entender a qualidade da experiência emocional das mães enlutadas em decorrência da perda violenta de seus filhos e o impacto na vida e na saúde.

7 MÉTODO

7.1 Caracterização do estudo

Este trabalho caracteriza-se como um estudo exploratório de delineamento qualitativo que, de acordo com Creswell (2010), busca trazer à luz os significados e perspectivas dos participantes a respeito de uma rede complexa de fatores que envolvem um fenômeno. O método proposto ancora-se, ainda, numa abordagem biográfica que prioriza o compromisso com a história como um processo de rememoração da vida pelo sujeito que a narra e a revisita. O método História de Vida, conforme descreve Silva *et al.* (2007) objetiva apreender as articulações entre a história individual e a história coletiva. Para tanto, considera-se a memória como um valioso artefato que permite o resgate cuidadoso e ético da história humana.

Este trabalho está em consonância com o paradigma pós-junguiano inserido no campo da Psicologia Clínica da Cultura que considera como objeto de estudo as relações estabelecidas entre “o trauma intergeracional, o complexo cultural no sujeito e na cultura e as formas de resiliência e até mesmo de superação” (GOMES, 2017, p. 114).

7.2 Participantes

Participaram do estudo 15 mulheres afrodescendentes que tiveram um ou mais filhos(as) mortos pela ação da força de segurança do Estado. Os critérios de inclusão foram: (a) ser mulher, (b) ser afrodescendente e (c) ter tido um ou mais filhos(as) mortos pela ação da força de segurança do Estado. Não houve critério de exclusão quanto à idade das participantes e tempo de morte dos seus filhos(as).

7.3 Local

O local para a realização da pesquisa foi determinado de acordo com a conveniência das participantes. Das 15 entrevistas realizadas, sete ocorreram nas residências das próprias participantes, três no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Sapopemba (CEDECA Sapopemba), duas no SENAC Tatuapé, duas em um consultório clínico e uma no Capes Vila Prudente.

7.4 Instrumentos

7.4.1 Questionário sociodemográfico

Foram coletadas informações sobre idade, região onde vive, estado civil, número de filhos, escolaridade, com quem mora e renda familiar (Apêndice A).

7.4.2 Entrevista-piloto

Duas entrevistas semiestruturadas foram realizadas no ano 2021, com roteiro elaborado pela pesquisadora. O roteiro contemplou a coleta de alguns dados sociodemográficos e a história de vida das participantes, especialmente a narrativa sobre a perda do filho. Ambas foram informadas sobre o objetivo da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B). A primeira entrevistada foi indicada por uma profissional da saúde residente do mesmo bairro em que vive a pesquisadora, e a segunda participante, indicada pela primeira. Cada entrevista durou em média 90 minutos.

O roteiro inicialmente proposto foi importante e suficiente para orientar a coleta de informações, mas não para explorar com profundidade a vivência subjetiva de como cada fato foi sentido e percebido pelas participantes, e como as suas vidas foram impactadas pelas experiências ao longo da vida. Assim, optou-se pela reformulação do roteiro semiestruturado e adoção da metodologia da entrevista de história de vida, uma vez que esta privilegia a vivência, a narrativa do que se viveu e se conheceu. A entrevista de história de vida funciona como um retrato do momento, e, embora não defina a totalidade do sujeito e da sua história, captura a emoção da experiência.

7.4.3 Entrevista de História de Vida

A entrevista de história de vida conforme descrita pelo Museu da Pessoa, foi aplicada nesta pesquisa como uma metodologia geradora de conhecimento, compreensão e conexão entre pessoas. Segundo Worcman (2021), fundadora e idealizadora do Museu, histórias de vida são um antídoto contra a intolerância, um direito e uma oportunidade de reconhecimento de uma vida e fonte de conhecimento

para a sociedade. A história de vida de uma pessoa é também uma história do seu grupo sociocultural, e, portanto, poderá existir como um patrimônio da humanidade. Toda história importa e vale a pena.

A entrevista de história de vida como instrumento metodológico é a evocação da memória atravessada por emoções, imagens e sensações que são transformadas em narrativa. Um recurso autobiográfico, de autoconhecimento, uma experiência singular que contribui com a valorização da pessoa e o reconhecimento da sua existência e trajetória.

Para guiar a pesquisadora, orientando a construção de sentido e garantindo que os objetivos da pesquisa fossem contemplados, o seguinte roteiro semiestruturado foi utilizado durante as entrevistas:

Identificação/Família

- Qual é seu nome, local e data de nascimento?
- Quais os nomes dos pais?
- O que os seus pais faziam?
- Quais eram os principais costumes da sua família?
- Você gostava de ouvir histórias? Quem te contava?
- Você sabe a origem da sua família?
- Você tem irmãos? Quantos são?

Infância

- Você lembra da casa onde passou sua infância? Como era?
- E o bairro e a cidade?
- Quais eram as suas brincadeiras favoritas? Você tinha muitos amigos?
- O que você mais gostava de fazer quando era criança?
- O que você queria ser quando crescesse?

Educação

- Qual a primeira lembrança que você tem da escola?
- Você teve algum professor que te marcou?
- Como você ia para a escola?

Juventude

- Quando e como você começou a sair sozinho ou com amigos? O que vocês faziam?

Trabalho

- Quando começou a trabalhar e qual foi seu primeiro trabalho?
- O que você fazia com o dinheiro que ganhava?
- Que outros trabalhos você fez?

Faculdade/Especialização/Curso Técnico

- Você fez faculdade? Qual? Por quê?
- O que mudou na sua vida nesse momento?
- Quais foram os momentos mais marcantes desse período?
- Como isso te influenciou profissionalmente?

Migração/Imigração

- Você (ou sua família) se mudou? Por quê?
- Por que foi para tal cidade/estado/país?
- Como foi a viagem?
- Onde vocês chegaram?
- Qual foi a sua primeira impressão?
- O que mais chamou sua atenção?
- Quais foram as primeiras dificuldades?

Casamento/Filhos

- Você é casada?
- Como conheceu seu marido (esposa)?
- Você lembra do dia do seu casamento? Como foi?
- Vocês tiveram filhos? Quais os nomes dos filhos?
- Como foi ser mãe?

Perguntas conclusivas

- O que você faz hoje?
- Quais são as coisas mais importantes para você hoje?

- Quais os seus sonhos?
- Como foi contar a sua história?

7.4.4 Gravador

Um aplicativo de gravação de áudio instalado no celular da pesquisadora foi utilizado durante as entrevistas, mediante a autorização das participantes. O uso desse instrumento é indicado para garantir a precisão do conteúdo narrado pelas participantes, bem como para permitir que a entrevistadora mantenha contato visual com elas, demonstrando interesse e atenção em suas narrativas (BELL, 2008). As gravações foram acessadas exclusivamente pela pesquisadora, que transcreveu seu conteúdo na íntegra para a sua análise e posteriormente as excluiu do seu aplicativo.

7.4.5 Diário de campo

Ao longo de todo o estudo, a pesquisadora manteve um diário pessoal, onde anotou suas ideias, reflexões e impressões pessoais acerca do tema de pesquisa e suas participantes. Esse instrumento possibilitou tecer considerações a respeito de processos menos evidentes relacionados a vivência individual das mulheres entrevistadas, bem como dos processos coletivos que perpassam as suas narrativas. Além disso, serviu como espaço reflexivo para a pesquisadora avaliar os procedimentos e resultados encontrados a cada etapa do estudo permitindo, por vezes, redirecionar os procedimentos seguintes.

7.5 Procedimentos

7.5.1 Captação de participantes

Apesar do grande número de mulheres afrodescendentes que perderam filhos pela ação da força de segurança do Estado, esta é uma população invisibilizada, caracterizada por Dewes (2013) como uma população escondida, difícil de ser encontrada e não distinguível no grupo social. Desta forma, foi utilizada uma estratégia de bola de neve, também nomeada como método de cadeia de referências (DEWES, 2013), para a identificação de participantes para a pesquisa.

O processo foi iniciado com a indicação de uma doutoranda da PUC-SP, ativista no movimento de mães enlutadas. Por meio dela, outras mulheres do movimento foram identificadas. Duas lideranças de grupos de mães enlutadas da Zona Leste de São Paulo, tiveram um papel fundamental na captação de participantes. Além disso, elas contribuíram com a pesquisadora ao compartilharem suas perspectivas sobre a problemática das vítimas de violência, o sofrimento emocional das mães, a falta de acesso à saúde mental, o esforço individual e coletivo para dar visibilidade a luta por justiça e o combate à violência policial nas periferias. Essa conexão inestimável e inesperada com mães ativistas, ressaltou a importância desta pesquisa para o movimento com potencial de amplificar as vozes silenciadas pelo contexto da desigualdade e interseccionalidade.

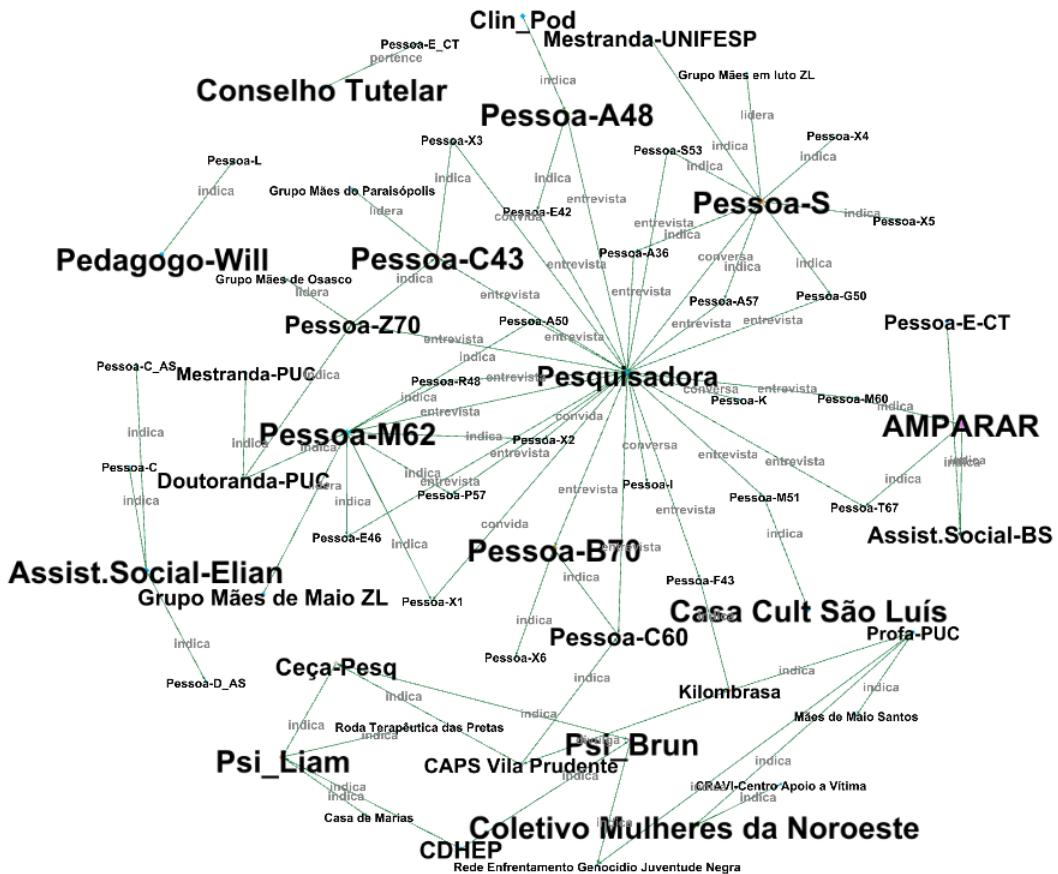
Cabe destacar que mulheres brancas, periféricas e marcadas pela perda de seus filhos mortos pela polícia, ainda que não tenham sido incluídas neste estudo, foram muito importantes para a composição da amostra.

Dentre as organizações que foram contactadas no período de captação de participantes, estavam:

- Centro de Referência e Apoio à Vítima – CRAVI, Programa da Secretaria da Justiça e Cidadania;
- Centro de Direitos humanos e Educação Popular – CDHEP
- Rede KILOMBRASA – Movimento de Profissionais da Saúde e organizações de prática Antirracistas nas práticas do SUS.
- Capes Vila Prudente
- Casa de Cultura São Luís
- Coletivos de Mães enlutadas da Zona Leste, Osasco e Barueri.
- Coletivo Mulheres da Noroeste
- Mães de Maio da Zona Leste
- Mães do Paraisópolis
- Grupo de Mães de Osasco
- Casa de Marias
- Roda Terapêutica das Pretas
- AMPARAR – Associação de Amigos e Familiares de Presos
- Conselho Tutelar de Cidade Tiradentes
- Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio

Profissionais da saúde conhecidos da pesquisadora também foram contatados via WhatsApp. A figura a seguir mostra a rede de conexões estabelecidas pela pesquisadora e ilustra o procedimento de bola de neve utilizado para a captação de participantes.

Figura 5 – Rede de conexões para captação de participantes



Fonte: dados da pesquisa.

7.5.2 Procedimento de coleta

A pesquisa de campo, considerando a identificação, captação de participantes e coleta de dados se estendeu entre os meses de dezembro de 2022 a fevereiro de 2023. Aproximadamente trinta mulheres foram contatadas pela pesquisadora por telefone. Nessa ocasião, a pesquisadora se apresentava e realizava o convite para a participação no estudo, explicando seus objetivos, procedimentos e esclarecendo eventuais dúvidas. Aquelas que aceitavam participar, já combinavam com a pesquisadora o dia, local e horário para a realização da entrevista.

Alguns fatores foram mencionados por algumas mulheres como dificuldades para a realização da entrevista, tais como: (a) medo de falar sobre o que aconteceu, pois sentem-se ameaçadas pela polícia; (b) não querem tocar no assunto por ser doloroso; (c) alegam não ter tempo livre para tratar do assunto, por estarem sobrecarregadas; (d) não conseguem falar sobre o que aconteceu, só choram; (e) não querem contato com pesquisas acadêmicas, pois referem experiências anteriores negativas. Além disso, algumas participantes demonstraram: (f) comportamento ambíguo de aceitar participar, mas não comparecer ao local combinado, sem retornar a tentativa de contato da pesquisadora; (g) nenhum retorno às ligações e mensagens; (h) marcar e desmarcar a entrevista indefinidamente.

O exemplo de uma das participantes entrevistadas enfatiza a dificuldade de acesso a essa população marcada pela violência e pelo medo. Após duas ausências aos encontros previamente combinados com a pesquisadora, a participante compareceu a entrevista. Tratava-se de uma jovem mãe fragilizada pela ideia aterrorizante de que os mesmos policiais que mataram o seu filho dentro da sua casa poderiam voltar para matar seus outros filhos que testemunharam a morte do irmão.

A pesquisadora buscou parcerias com equipamentos públicos de saúde, serviço social e/ou de educação que oferecessem espaços adequados para a realização das entrevistas em regiões próximas às residências das participantes. A cada contato, um local diferente e próximo foi oferecido como possibilidade para a realização do trabalho. Com essa rede de apoio, tentou-se evitar a geração de custo financeiro por deslocamento e algum prejuízo no trabalho em função do tempo gasto na entrevista.

O Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), cedeu espaço para a realização de três entrevistas com mulheres residentes na mesma região. O contato foi sugerido e facilitado por uma das entrevistadas que atua na região, na área social. O Serviço Nacional de Aprendizagem, (SENAC) cedeu espaço para outras duas entrevistas, em virtude boa da localização e proximidade do metrô. O Capes Vila Prudente, fez a indicação de uma usuária com o perfil para a pesquisa, e foi o local da entrevista. Por último, uma profissional da saúde, cedeu o espaço do seu consultório particular para a entrevista e indicou uma das participantes, e essa indicou uma segunda pessoa, da mesma região.

Além das 15 entrevistas que compuseram este trabalho, quatro entrevistas foram realizadas, mas não foram incluídas pois as participantes não se enquadram nos

critérios de inclusão. Três delas eram mulheres brancas que apesar de receberam a informação de que a pesquisa buscava mulheres afrodescendentes, se voluntariaram para contar as suas histórias de vida perpassadas pela perda de um filho morto pela polícia. Uma quarta entrevistada, era uma mulher afrodescendente, mas que teve o filho assassinado por um civil. Ainda que essas entrevistas não tenham sido incluídas neste trabalho, considera-se que toda história de vida é importante, merece ser compartilhada e validada como patrimônio da humanidade. Dessa forma, o material foi armazenado pela pesquisadora para uma futura análise e publicação em outras produções.

Cada entrevista durou aproximadamente 90 minutos. A experiência de realizar entrevistas de maneira presencial e em alguns casos na casa das participantes, viajar e conhecer bairros longínquos, circunstâncias singulares de cada região da cidade e conhecer a intimidade das pessoas, as condições em que elas vivem e lutam para sobreviver, trouxe um sentido maior de solidariedade e força a esta pesquisa. Conforme afirmou Frei Beto, “a cabeça pensa onde os pés pisam”.

7.5.3 Procedimento de análise das informações

O conteúdo das entrevistas foi integralmente transscrito, resultando em um material bruto de aproximadamente 180 páginas (média de 12 páginas por entrevista). Para possibilitar a melhor organização desse material para a sua análise, a pesquisadora fez uma sinopse de cada entrevista, resumindo o material para um total de 45 páginas (média de 3 páginas por entrevista).

Esse material foi inserido no software de análise textual IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), que utiliza algoritmos e técnicas estatísticas para organizar grandes volumes de dados textuais (lexicometria), por meio da identificação de padrões, tendências e relações entre diferentes variáveis (SOUZA, 2021). Esse recurso auxilia a organização do material coletado, entretanto não constitui a análise em si, pois não substitui o papel do pesquisador de analisar, interpretar e reportar os resultados considerando informações que não foram processadas pela ferramenta (CAMARGO; JUSTO, 2013). Por fim, foi realizada a análise temática conforme Ezzy (2002), por meio da qual foram depreendidas categorias temáticas envolvendo temas que permitiram uma

aproximação às narrativas das participantes e sua interpretação em um todo com sentido.

7.5.4 Procedimento ético

A pesquisa foi realizada de acordo com os requerimentos éticos em pesquisas que envolvem seres humanos, preconizados pela Resolução CONEP 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, pela Resolução CNS/MS 510/2016 e pelo Regimento dos Comitês de Ética em Pesquisa da PUC-SP, que aprovou a realização deste estudo (CAAE: 65896222.8.0000.5482). Consta em apêndice o modelo do TCLE (Apêndice B).

8 RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados da análise das informações coletadas. Inicialmente, descreve-se algumas características sociodemográficas das participantes e uma breve apresentação de cada uma delas. Em seguida, são apresentados os resultados da análise lexical realizada pelo programa IRAMUTEQ, a análise temática e, por fim, uma análise interpretativa sintetizando os resultados encontrados.

8.1 Caracterização e apresentação das participantes

A Tabela, a seguir, descreve a caracterização geral das participantes de acordo com a idade, estado civil, número de filhos, escolaridade e renda familiar informada.

Tabela 1 – Caracterização das participantes

Variável	n = 15	%
Idade		
30 a 39	1	6,7%
40 a 49	5	33,3%
50 a 59	5	33,3%
60+	4	26,7%
Estado civil		
Solteira	8	53,3%
Casada / União estável	4	26,7%
Divorciada	1	6,7%
Viúva	2	13,3%
Número de filhos		
1	1	6,7%
2	3	20,0%
3	2	13,3%
4	5	33,3%
5+	4	26,7%

Tabela 1 – Caracterização das participantes (continuação)

Variável	n = 15	%
Escolaridade		
Sem Escolaridade Formal	1	6,7%
Fundamental (incompleto)	7	46,6%
Fundamental	2	13,3%
Ensino Médio	3	20,0%
Superior	1	6,7%
Pós-graduação	1	6,7%
Renda familiar		
Até 1/2 SM	5	33,3%
De 1/2 a 1 SM	6	40,0%
de 1 SM a 3 SM	2	13,3%
3 SM +	2	13,4%

Fonte: Dados da pesquisa, 2023

Nota. SM: Salários-mínimos

Cada participante recebeu um nome fictício de origem africana para a sua identificação neste trabalho. Na filosofia africana a essência se fundamenta no valor das palavras, assim, cada nome tem uma força simbólica, abarcando aspectos da identidade cultural e individual. A seguir, cada uma delas é apresentada destacando aspectos de sua história de vida e observações da pesquisadora.

Sankofa, foi adotada e não sabe nada sobre a sua origem. A sua jornada foi marcada pelo abandono, desamparo e negligência. Durante a sua adolescência e juventude foi empregada doméstica e quando não teve emprego, morou na rua. Ela lutou para construir uma família, viveu uma separação devastadora e convive com a dor da perda do seu único filho. Ele foi assassinado em uma chacina, no ano de 2015. Sankofa é uma liderança no universo de mães órfãs de seus filhos, requisitada e lembrada pelos movimentos sociais que lutam por direitos e justiça. Ela aponta e estabelece relações entre a sua história de vida, a trágica morte do seu filho e o racismo estrutural.

Mudiwa, foi criada no seio da família, conviveu com bisavó e avós paterno, tem orgulho da sua origem e ancestralidade. Absorveu saberes de cuidados pessoais e da culinária de suas antepassadas. Vive com o marido, em casa separada, no mesmo quintal em que vive seus pais e irmãs. Após perda do seu único filho, ela encontra

prazer em participar ativamente da criação do neto, que nasceu depois do assassinato do pai. O filho de Mudiwa era muito querido por todos da família, foi o primeiro neto e sobrinho, era brincalhão, jogava bem futebol, tinha muitos relacionamentos e a sua morte causou adoecimento no grupo familiar. Ele foi assassinado aos 21 anos, dentro da casa da tia, após ter sido denunciado. Mudiwa encontrou conforto na religião, no amigo que se tornou seu marido e na sua grande família.

Kanoni, é uma mulher de estatura baixa, cabelo liso, pele escura e traços afro-indígenas. Ela foi criada pela avó após a morte do pai e rejeição da mãe quando denunciou a tentativa de abuso sexual pelo padrasto. Teve os dois primeiros filhos na adolescência e se mudou com eles para São Paulo em busca de melhoria de vida, local onde teve mais três filhos com diferentes companheiros. Ela vive com um filho dependente de drogas, a filha adolescente e a filha mais velha, com a qual tem muitos atritos e já foi agredida. O marido é recente e não é o pai de nenhum de seus filhos, cuida e compartilha a responsabilidade de prover a família. Ela não vê nada demais na sua vida, só sofrimento e amargura, entristecida com a morte injusta e impune do seu filho mais velho. Ele foi assassinado dentro do seu carro com 20 tiros, era açougueiro e segundo ela era a sua segurança financeira e afetiva.

Jamila, foi criada pela avó até os 11 anos de idade, depois foi morar com os pais. Assumiu a direção da casa aos 14 anos após a morte do pai e cuidou dos irmãos para que a mãe pudesse trabalhar. Ela teve uma primeira filha com um namorado e depois mais quatro filhos com o marido. O segundo filho foi morto aos 15 anos, durante perseguição policial, estava envolvido com a criminalidade. Ela não sabia do seu envolvimento, ele era bom para ela. O marido foi assassinado dois anos após a morte do filho. Ela vive e cuida dos dois filhos menores, não trabalha e recebe ajuda governamental.

Saada, tem orgulho da sua descendência africana, faz questão de dizer que é uma mulher preta e filha de pais pretos. No seu entendimento, o filho só foi assassinado por ser um jovem negro e periférico. Saada mora com o marido, a filha caçula do casal e a sua filha mais velha, estudante universitária. Saada tem origem pobre e foi por meio do ensino superior e concurso público que a sua vida foi modificada. A sua história de vida familiar foi marcada pela separação dos pais, alienação religiosa da mãe, a sua gravidez precoce, violência doméstica e a perda violenta do seu filho mais velho. Ele foi assassinado pela polícia aos 23 anos, juntamente com o seu melhor amigo de infância, ambos acusados de roubo.

Ashanti, é uma sobrevivente vítima de abuso, abandono, negligência e escravização. Nunca frequentou escola. A mãe de Ashanti, quando ficou órfã de pais, foi institucionalizada e depois levada para trabalhar em uma fazenda onde a sua mão de obra foi explorada. O mesmo aconteceu com Ashanti. A sua mãe foi orientada a institucionalizá-la, ainda bebê. Ashanti, aos 6 anos de idade, foi levada para a mesma fazenda onde a mãe trabalhou e viveu lá até os 14 anos de idade, em condição análoga à escravidão. Desconhecia a existência da família: sua socialização no grupo familiar e social ficou comprometida em decorrência dessa experiência brutal de exploração e alienação. Precisou de tratamento, tinha medo de gente branca. Teve cinco filhos, dois morreram quando bebês, um foi criado só pelo pai, o mais velho foi assassinado pela polícia aos 28 anos, deixou órfãs duas crianças. Ashanti é viúva do pai da filha caçula de 43 anos, graduada no ensino superior, o seu maior orgulho.

Minkah, teve uma infância conturbada, filha de mãe solteira, morou com a tia em momentos de maior dificuldade. Na infância, relata vários episódios de negligência e desamparo, por exemplo: dormir embaixo de uma árvore, sair e perder-se no caminho e depois ser encontrada dias mais tarde, ser rejeitada e maltratada pela mãe que prefere os filhos homens e de pele mais clara. Minkah, desejava mostrar para sua mãe, que apesar de ter sido criada sem atenção, teve êxito em criar uma família. A morte do filho a impede de viver esse momento de vencedora. O filho assassinado tinha 16 anos e perdeu a vida em uma chacina em 2019, era um bom menino e quase nem saia de casa.

Abayomi, tem na origem ancestral avós indígenas, negros e europeus. A sua mãe morreu ainda muito jovem e o pai ainda vive. Abayomi se casou, engravidou na adolescência e teve três filhos com o seu companheiro, que atualmente está doente e dependente de cuidados. Abayomi é uma ativista em direitos humanos, religiosa praticante, mestrande e trabalha em uma Organização Social de Defesa de Direitos. Ela perdeu dois de seus filhos: um assassinado em 2000 e outro depois 2003. Seu terceiro filho está com deficiência em decorrência de um AVC após ter saído da prisão.

Núbia, tem origem afrodescendente e indígena. Durante a sua infância os pais se separaram, passou por muitas privações e morou na rua. Na adolescência, foi trabalhar como catadora de reciclados para sustentar o seu primeiro filho e faz esse trabalho até os dias de hoje. Núbia perdeu dois filhos assassinados, o primeiro foi morto pela polícia por negar-se a mostrar seus documentos, estava embriagado e o segundo foi assassinado por marginais da região onde ela vive. Durante a narrativa,

diz que essa é a maior tristeza da sua vida, seria mais feliz se os filhos estivessem com ela, mesmo morando na favela. Núbia cuida da mãe idosa e adora cantar Rap.

Nyota, foi criada pela avó para que a mãe pudesse trabalhar. Os pais e a avó já são falecidos. Ela foi casada durante 22 anos e teve um casal de filhos. Vivenciou a violência doméstica com esse companheiro, que era alcoólatra e violento. O seu filho foi assassinado aos 17 anos de idade, durante o assalto de uma moto. O dono era um policial, atirou na nuca dele, teve morte instantânea. Nyota teve apoio de amigos e suporte terapêutico para lidar com a perda do filho, o choque foi tão violento que só pensava em morrer. Atualmente está fortalecida, sente o filho vivo no coração e pode cuidar e oferecer apoio para a filha que mora com ela.

Kieza, não conheceu os seus ancestrais, ela descreve a mãe como uma pessoa limitada e dependente, cuidava do lar e dos três filhos, enquanto o pai crescia e prosperava em sua marcenaria. O pai abandonou a família e foi viver com outra. Ela relata não ter recebido orientação familiar, não estava preparada para ser mãe, demorou para perceber que estava grávida aos 19 anos, e sem companheiro. Teve seis filhos com diferentes parceiros, vivenciou violência doméstica e, por ter filhos, achava que tinha de se submeter. Atualmente, vê que poderia ter sido diferente. O tempo do seu filho foi curto, só 16 anos, ele era um bom companheiro, tinham diálogo. Ele morreu em 2017, a polícia relata que ele abordou um rapaz de moto, um policial à paisana viu e deu alguns tiros, um desses tiros foi fatal. Ela busca conforto e sabedoria na religião e participa ativamente do Grupo de mães em luta e luto da sua região.

Mene, conheceu e conviveu com a bisavó, falecida aos 106 anos, e com a avó materna que cuidou dela e da irmã, enquanto a mãe ia trabalhar. O pai é falecido desde a sua infância, não guarda lembranças. Parou de estudar no ensino médio quando engravidou do seu primeiro filho. Foi morar com o pai dele na Bahia, a relação conjugal era muito conturbada, o companheiro era violento, usava drogas e foi preso algumas vezes por tráfico. Viveu dez anos com esse parceiro e tive 4 filhos, conseguiu se separar e teve mais dois filhos de outros relacionamentos. O seu filho mais velho tinha 16 anos quando foi assassinado. Ele teve algumas passagens pela Fundação Casa e foi assassinado dentro de casa, perfurado por 10 tiros. Os irmãos menores presenciaram o crime. Mene vive o terceiro ano de luto e não sabe como lidar com esses sentimentos, está aterrorizada, abalada e hiper vigilante. Tem medo de perder os outros filhos, que testemunharam a morte do irmão. O inquérito que apura a morte do filho está parado e ela não tem participado do grupo de mães da sua região.

Niara, conheceu alguns de seus ancestrais, pertence a uma numerosa família mineira e veio na infância para São Paulo. A mãe teve doze filhos, era uma mulher forte e costumava ser a pessoa a dar a última palavra. O pai, de agricultor teve que aprender ser servente de pedreiro em construção civil. A mãe costumava dizer que ela escapou da morte muitas vezes, não morre fácil, é uma guerreira. Niara teve a primeira filha aos 22 anos com um namorado com quem resolveu não se casar. Depois de dez anos, conheceu o companheiro de toda sua vida e tiveram um filho. Esse filho era uma pessoa especial, era maduro, evoluído, além desse tempo, ela acredita, talvez ele tenha morrido para ela viver. Ele foi assassinado, numa tentativa de assalto, junto com o amigo de infância. Niara conta que acha “que eles não queriam viver”.

Dandara, é baiana, de origem afrodescendente e indígena. O pai morreu quando era muito pequena e a mãe quando ela tinha 10 anos, acabou de ser criada pela irmã mais velha e o cunhado. Mudou-se para São Paulo para trabalhar como doméstica, as experiências foram amargas e foi trabalhar em lojas. Teve cinco filhos, com diferentes parceiros, passou pela experiência de violência doméstica e pela perda violenta do seu filho. O impacto dessa perda foi devastador, ele tinha 18 anos e foi assassinado durante um assalto, ele era o motorista. Ela pensava em tirar a própria vida, teve muitos sintomas físicos e crises de ansiedade. Recebeu apoio de uma amiga e ancorada na sua fé retomou a sua jornada e alegria para criar os filhos mais jovens. Atualmente é uma liderança no Movimento MST, no Movimento de trabalhadores ambulantes e camelôs de São Paulo e participa do Movimento de mães enlutadas.

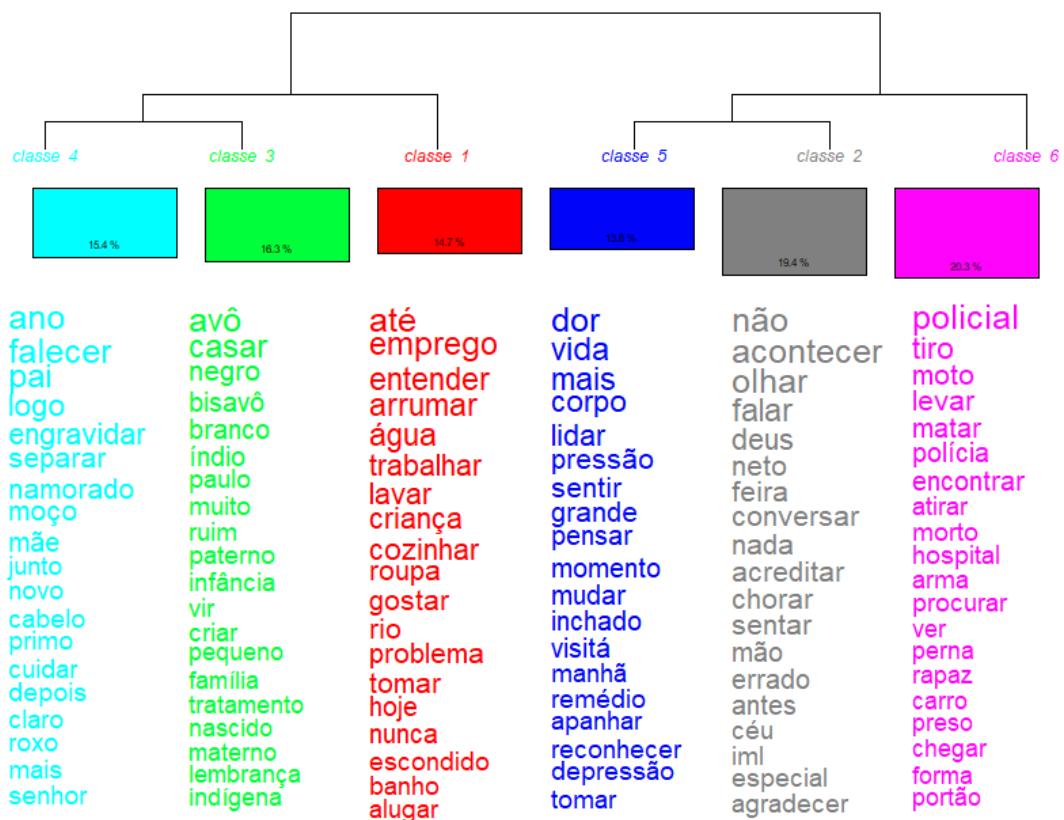
Amara, tem origem afrodescendente e os familiares são originários da Bahia. Cresceu sem a presença do pai e enfrentou constrangimentos na escola quando a professora perguntava sobre ele. Casou-se aos 16 anos e sofreu violência doméstica do marido, que era usuário de drogas e bebidas. Ele foi assassinado numa briga de bar quando seu filho mais novo tinha três anos. Após a morte do marido, ela desenvolveu síndrome do pânico e precisou de tratamento com psicóloga e psiquiatra. Seu filho mais velho morreu após levar dois tiros e ficar 15 dias hospitalizado. Estava envolvido com um grupo de jovens que roubavam. Amara sente-se culpada por não ter conseguido protegê-lo. Atualmente tem um companheiro com quem teve mais dois filhos. Hoje tem uma profissão, dois empregos e relatou sentir medo de que o filho menor seja alvo de violência.

8.2 Análise lexical

As técnicas utilizadas para a análise lexical no IRAMUTEQ foram Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e Análise Fatorial de Correspondências (AFC).

A Figura 6, a seguir, ilustra o dendrograma que resultou da CHD. Trata-se de um diagrama de árvore que agrupa os segmentos de texto em classes e subclasses de acordo com a frequência e co-ocorrência de palavras. As classes semelhantes entre si (i.e., que têm muitas palavras em comum) estão próximas umas das outras no dendrograma, enquanto as classes muito diferentes estão distantes uma das outras.

Figura 6 – Dendrograma de classes da Classificação Hierárquica Descendente

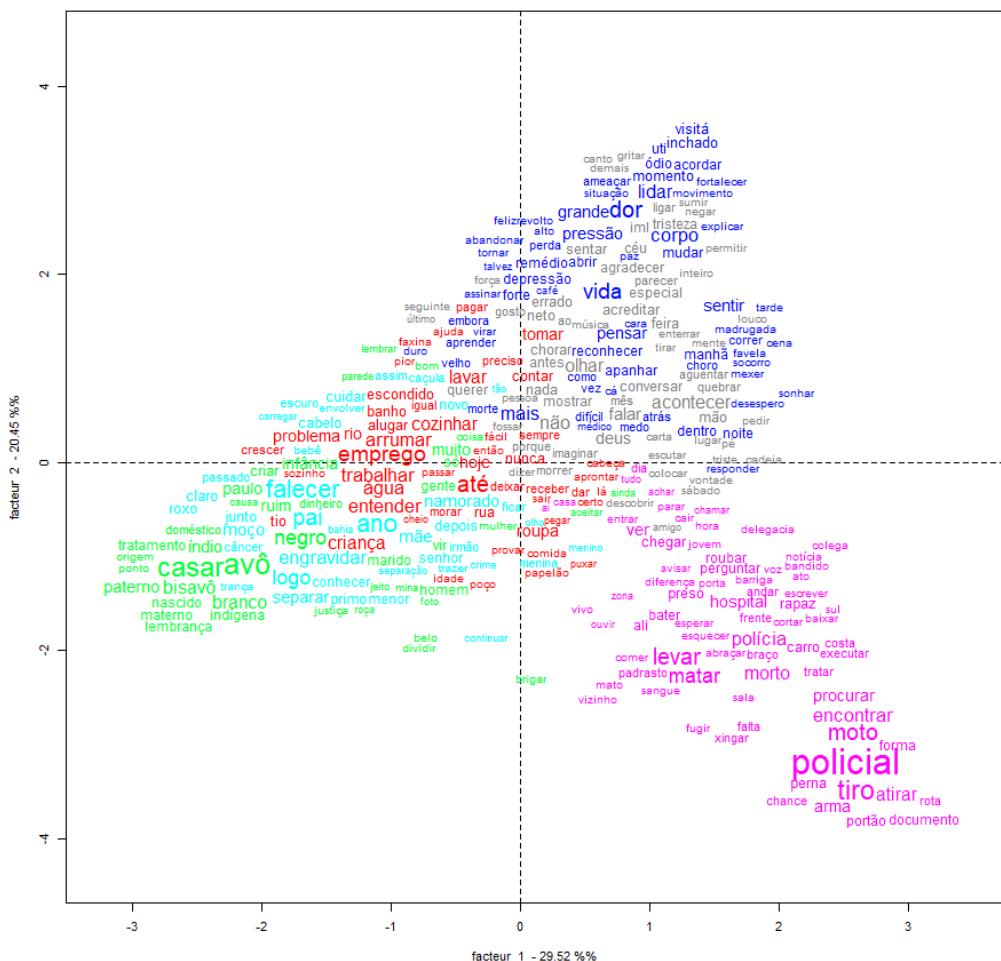


Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Nota: termos com $p < 0,0001$.

Outra maneira de visualizar as classes com mais detalhes é por meio do gráfico resultante da Análise Fatorial de Correspondências (AFC) (Figura 7). A AFC é uma técnica estatística multivariada que permite entrecruzar o vocabulário (considerando a frequência de incidência de palavras) e as classes, gerando uma representação gráfica em plano cartesiano.

Figura 7 – Gráfico da Análise Fatorial de Correspondências



Fonte: dados da pesquisa, 2023

As representações gráficas fornecidas pelo IRAMUTEQ foram utilizadas para facilitar a identificação de padrões nos dados. Por meio dessas análises, nota-se o agrupamento de seis classes representadas por diferentes cores. No dendrograma, observa-se que as três classes do lado esquerdo da figura representadas nas cores azul claro, verde e vermelho revelam aspectos relacionados à trajetória de vida das participantes, abarcando aspectos relacionados à sua família de origem, infância, trabalho e relações conjugais. Do outro lado da figura, as categorias representadas nas cores azul escuro, cinza e rosa abarcam os relatos relacionados à perda violenta do filho pela ação de força do estado, experiência emocional das participantes e impactos na sua vida. A partir das seis classes coloridas do dendrograma, a ferramenta gera um corpus textuais, com narrativas, correspondente a cada tema,

dando condições para a pesquisadora iniciar o minucioso trabalho de criação das categorias temáticas.

8.3 Análise temática

A organização das informações por meio da análise lexical permitiu vislumbrar diferentes formas de agrupar e combinar os temas que emergiram das entrevistas de diferentes maneiras. A partir disso, foi realizada a codificação do material seguindo o método de análise temática proposto por Ezzy (2002), por meio do qual foram depreendidas 12 categorias temáticas, descritas a seguir.

8.3.1 *Experiência emocional da mãe*

Esta categoria temática reúne um conjunto de emoções presentes nas narrativas das mães enlutadas, abarcando os temas: dor aguda e constante, desamparo e sentimento de impotência, medo, tristeza imensa, depressão maior com ideação suicida, culpa por não ter conseguido proteger o filho e raiva e indignação pelo maltrato e descaso das instituições.

Quadro 1 – Categoria temática: Experiência emocional da mãe

Temas	Trechos de narrativas
Dor aguda e constante	<p>“Percebi que mesmo a minha dor sendo grande não iria mudar.”</p> <p>“Não tem sofrimento maior nessa vida do que perder um filho.”</p> <p>“Hoje eu não choro mais, mas às vezes é difícil sair da cama.”</p> <p>“Pensava: ‘como que eu vou sair disso tudo?’.”</p> <p>“Chega o mês que ele morreu, aí vem a dor forte do luto, é uma coisa que acaba com sua vida também.”</p> <p>“Não deixo o momento da perda se tornar uma revolta que poderia me destruir bem mais.”</p> <p>“Eu no momento procuro não lembrar, procuro não lembrar. Mas tem dia que lembro muito e parece que ele está dentro de casa.”</p> <p>“A dor da perda é muito forte, perder um filho é morrer todo dia um pouco.”</p>

Quadro 1 – Categoria temática: Experiência emocional da mãe (continuação)

Desamparo e sentimento de impotência	<p>“Eu não sei lidar com essa situação ainda, às vezes eu penso que eu estou ficando louca.”</p> <p>“Eu não consigo ter mais uma vida totalmente normal.”</p> <p>“Não tenho uma saúde boa, tento me cansar bastante para cair na cama dormir e não ter nem tempo de sonhar.”</p> <p>“Não tenho mais nada para mostrar para minha mãe, eu tinha uma família inteira a qual tinha orgulho de apresentar.”</p> <p>“A minha história não tem nada demais, só sofrimento e do meu filho.”</p> <p>“A minha filha desabou, eu fiquei olhando sem acreditar no que estava acontecendo, era surreal. Eu fiquei assim desnorteada.”</p>
Medo	<p>“Não posso voltar pra minha casa, não vou ter paz, não poderei ir na casa da minha mãe e nem deixar ninguém lá dentro, porque não sei o que pode acontecer.”</p>
Tristeza imensa	<p>“A maior tristeza do mundo é ter perdido os meus filhos.”</p> <p>“Essa foi a maior tristeza da minha vida.”</p> <p>“Toda vez que eu pensava em desistir, em morrer, a minha filha se mexia na barriga. Eu tinha que lidar com a morte e com a vida.”</p> <p>“Quando eu estou triste lembrando dos meus filhos eu canto, no meio da música eu paro, porque eu começo a chorar.”</p>
Depressão maior com ideação suicida	<p>“Não conseguia lidar com a dor e pensava em como tirar a minha vida.”</p> <p>“Pensava que a morte colocaria fim ao meu sofrimento.”</p> <p>“A minha vida de lá para cá acabou.”</p> <p>“Tive depressão, fiquei internada, precisei fazer cateterismo, tinha crises de ansiedade, parecia que estava morrendo enforcada, tendo um infarto, aí eu voltava para casa pensava em me suicidar.”</p> <p>“Eu vi mães muito deprimidas, eu não me deparei com essa depressão.”</p>
Culpa por não ter conseguido proteger o filho	<p>“Pela primeira vez na vida eu não fiz nenhuma recomendação, sempre dizia para me avisar se fosse sair, se eu tivesse proibido, talvez isso não tivesse acontecido.”</p> <p>“Meu filho começou a ficar diferente, minha irmã me falou, seu filho está fazendo coisa errada e eu não conseguia ver nada.”</p> <p>“Quero saber onde eu errei, será que eu não tenho também algum erro nisso?”</p> <p>“Essa pilha aqui são processos de jovens com o mesmo perfil do seu filho, você vai querer seguir com essa investigação? não tive forças e disse não!”</p> <p>“Eu me revolto, daqui a pouco eu paro e penso, o que eu posso fazer, foi escolha dele.”</p> <p>“Eu não sabia do grau de envolvimento do meu filho, talvez se soubesse não tinha perdido ele, às vezes me culpo.”</p>
Raiva e indignação pelo maltrato e descaso das instituições	<p>“Foi para executar mesmo.”</p> <p>“Só reconheci o corpo do meu filho por fotografia e isso depois de muita pressão.”</p> <p>“O acidente ocorreu 1h da manhã e o socorro só foi 5h da manhã.”</p> <p>“Para acabar de vez, o processo foi arquivado e para desarquivar está difícil.”</p> <p>“Esse sofrimento não vai acabar, não consigo dizer que ele morreu, ele foi assassinado.”</p> <p>“Me seguraram a noite inteira na delegacia para assinar alguns papéis para liberar o corpo.”</p> <p>“Levasse ele de novo e prendia, deixasse ele lá guardado, quando eu sentisse saudade ia lá olhar para carinha dele e não levar embora.”</p>

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Dentre as emoções relatadas pelas entrevistadas, a tristeza apareceu como a emoção central, manifesta pela sensação profunda de vazio, dor e desamparo, chegando em alguns casos a se manifestar como sintomas depressivos e ideação suicida. A raiva surgiu com a percepção da perda como injusta e evitável, assim como a indignação mediante o desejo de justiça. O medo foi relatado como parte de sua experiência emocional, acompanhando-as diariamente na sensação de insegurança em relação ao futuro de forma geral e particularmente no temor de perder outros filhos. Sentimentos de culpa e vergonha também foram referidos, acompanhados de questionamentos quanto ao que poderiam ter feito para evitar a morte do filho. Marcadas pela dor e indignação, as participantes parecem ficar, por vezes, aprisionadas nas suposições condicionais de um passado que já não pode ser alterado (“talvez se soubesse [...]” / “se eu tivesse [...]”).

8.3.2 A dor que não passa

Esta categoria temática abarca os temas: luto prolongado, intenso e doloroso, reações físicas, emocionais e sensações perturbadoras, choque e impacto da morte violenta, a marca do trauma fica para sempre, enfrentamento: o que me fortalece é a luta, e, luto presente na vida atual. Esses temas estão relacionados à vivência contínua da dor emocional decorrente da perda violenta dos filhos que faz parte da narrativa das mulheres entrevistadas.

Quadro 2 – Categoria temática: A dor que não passa

Temas	Trechos de narrativas
Luto prolongado, intenso e doloroso	<p>“Ele não vai voltar mais.”</p> <p>“Aí eu comecei a me tratar, eu não aceito, mas eu tenho que sobreviver, nada vai apagar o que aconteceu.”</p> <p>“Acho que essa dor não passa, até pensei que se tivesse mais um filho essa dor passaria, mas já tinha operado para não ter mais filho.”</p> <p>“É incrível, já se passaram seis anos e quando me lembro a emoção é a mesma.”</p> <p>“A morte dele aconteceu no domingo, dia de lavar janela, quintal e tapete. Ele levantou foi comprar pão, tomamos café juntos. São as cenas que eu tenho na cabeça.”</p>

Quadro 2 – Categoria temática: A dor que não passa (continuação)

Reações físicas, emocionais e sensações perturbadoras	<p>“Não consigo sentir saciedade, eu como mesmo sem fome, é como se eu tivesse um nervoso dentro de mim.”</p> <p>“Tenho insônia de uns anos para cá, não tinha isso, às vezes tenho dor de cabeça e tomo remédios para controlar a pressão alta.”</p> <p>“Tenho pressão alta, veias do coração entupidas e muita dor no corpo.”</p> <p>“Eu tive depressão muito forte após a morte do meu filho, tomei vários medicamentos.”</p> <p>“Vai fazer três anos que eu fiz uma cirurgia de endometriose tinha sete miomas estou bem agora, só ando tendo muita insônia.”</p> <p>“Eu entrei em desespero, choro.... vai fazer três anos que ele foi embora.”</p>
Choque e impacto da morte violenta	<p>“Quando cheguei no pronto socorro meu filho estava na maca dentro do saco plástico. A minha pressão subiu, fiquei lá a noite inteira.”</p> <p>“Pelo menos do segundo filho eu consegui fazer um enterro digno, no caso do outro não, quando nós descobrimos no IML já tinha enterrado como desconhecido.”</p> <p>“Aí eu pensei assim, meu Deus do céu eu não tenho direito de sofrer o meu luto.”</p> <p>“Não tirasse a vida dele e dentro da minha casa um lugar onde ele se sentia seguro.”</p> <p>“Querendo ou não, eles presenciaram o irmão deles morrer.”</p> <p>“A gente nunca imagina acontecer isso dentro da nossa casa.”</p> <p>“Eu enterrei meu filho no sábado, no domingo eu acordei aí olhei para a foto dele, eu ia chorar, mas uma coisa me falou, você não vai chorar não, levanta e vai comprar o pão.”</p>
A marca do trauma fica para sempre	<p>“Tem trauma que é para sempre, tem mães que não aguentam, adoecem e morrem.”</p> <p>“Gostaria de saber o porquê de tudo isso?”</p> <p>“Talvez um dia eu aprenda a lidar com isso.”</p> <p>“Me conforta ter visto ele com vida no hospital e ter tido tempo de cuidar dele de me despedir.”</p> <p>“Mulheres pretas e pobres sofrem preconceito em todos os lugares, carrega a dor da perda. Se eu tivesse ainda que carregar o ódio dentro de mim, acho que não estaria viva.”</p> <p>“A família que perde um filho empobrece, muitas não conseguem mais trabalhar, perde energia.”</p>
Enfrentamento: o que me fortalece é a luta	<p>“O bom foi que deixaram a gente falar, mostrar a bandeira e contar as histórias dos moleques que morreram. Eu não sabia, a gente pensa que isso só acontece no Brasil, mas tem as mães em luta na Colômbia, Bolívia, Paraguai e Equador.”</p> <p>“Se não fosse as ONGs eu já teria morrido de depressão ou estava ‘tan tan’, não é fácil não lidar com a sua dor.”</p> <p>“A dor é grande, mas se você ficar parado nela fica danificada, eu não sei o que me fortalece. O que me fortalece é a luta.”</p> <p>“Nem penso mais em vingança, eu sei da lei do retorno e nem desejo mais a morte deles.”</p> <p>“A melhor coisa que eu fiz foi não ficar como vítima se achando a única pessoa que perdeu um filho.”</p>

Quadro 2 – Categoria temática: A dor que não passa (continuação)

Luto presente na vida atual	<p>“Tenho um pouco de medo, não dá pra se arriscar aprendi bastante nas lutas populares.”</p> <p>“Não sei se sou uma ativista, mas quero ser mais, me reconhecer num lugar de ajudar.”</p> <p>“Se erramos temos que fazer mudanças, às vezes calamos na hora que temos de falar.”</p> <p>“Se os meus filhos estivessem aqui, eu seria mais feliz.”</p> <p>“Essa foi a história de vida dele, que faz parte da minha história.”</p> <p>“Esse fato gerou o movimento de mães.”</p>
------------------------------------	--

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

O tema “luto prolongado, intenso e doloroso” abarca relatos que revelam que o período do luto experimentado por essas mães pretas enlutadas parece não ter prazo para acabar, marcando parte significativa de sua identidade e história de vida. Elas sentem que perderam não só os seus filhos, mas também uma parte de si mesmas, de seus sonhos e projetos de vida. Essa experiência dolorosa da perda de filhos de maneira violenta, tem um impacto significativo na sua saúde física e psicológica e se expressa, muitas vezes, em sintomas físicos, reações emocionais e sensações perturbadoras. Soma-se à dor do luto, a experiência avassaladora das maneiras também violentas de comunicação da notícia de morte e os subsequentes procedimentos exaustivos que parecem não autorizar ou reconhecer a sua dor.

Ainda que a dor do luto e os impactos relacionados a ela possam durar a vida inteira, a intensidade e a frequência dos momentos mais doloridos podem ser minimizadas, processadas e até transformadas ao longo do tempo. Conforme relataram algumas participantes, o luto do presente as impulsiona para o envolvimento em movimentos de mães e lutas sociais.

8.3.3 Premonição de morte

Os temas incluídos nesta categoria foram: intuição da mãe que sente algo que ainda não sabe, intuição do filho que antevê a sua tragédia e transmutação: símbolos e crenças.

Quadro 3 – Categoria temática: Premonição de morte

Temas	Trechos de narrativas
Intuição da mãe que sente algo que ainda não sabe	<p>“Quando eles vão morrer, você sente. Você é avisada dias antes e eles também.”</p> <p>“Você sente calafrios, cheiro de flor, uma tristeza rasgando por dentro. Sente tristeza e vontade de chorar o tempo inteiro.”</p> <p>“Parece que uma força misteriosa agiu naquele dia, ele acabou indo para aquele lugar, antes de ir ele colocou no Facebook que ele não queria ir, mas acompanhou os amigos.”</p> <p>“Uns três meses antes me deu vontade e eu fui à igreja, parecia que Deus estava falando comigo o tempo inteiro e me disse você aguenta, você aguenta sim, para mim, ele estava me preparando.”</p> <p>“Nos últimos dias de vida ele parecia muito preocupado comigo, não sei por que parecia estar com medo de me perder.”</p> <p>“Antes de ter a notícia eu já sabia que ele tinha morrido, eu estava almoçando e de repente me deu um sono e eu dormi e sonhei.”</p> <p>“Sentia uma dor muito forte no peito, não era a pressão alta, desde a tarde.”</p>
Intuição do filho que antevê a sua tragédia	<p>“Mãe, tive um sonho – a polícia me matava com um tiro no peito.”</p> <p>“Mãe, tive um sonho – me deram muitos tiros nas costas.”</p>
Transmutação: símbolos e crenças	<p>“Eu estava olhando para o céu e conversando com Deus, veio uma borboleta me rodear, estiquei o braço e ela pousou na minha mão. Senti como se uma coisa se abriu entre mim e ele e fiquei num transe com a borboleta, depois tatuei a borboleta no meu corpo.”</p> <p>“A parte dolorosa da vida serve para a gente crescer e evoluir, eu acredito nisso, cada pedra colocada no nosso caminho, eu escutei isso em um lugar, a gente tem que fazer degraus e subir.”</p>

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Foi comum entre as entrevistadas o relato de terem vivenciado pressentimentos ou sinais que precederam a morte de seus filhos. Para algumas delas, a premonição da morte também esteve nos seus filhos que sonharam com o evento de seu assassinato.

8.3.4 O filho perdido

Esta categoria reúne temas que se referem aos relatos das mães entrevistadas a respeito dos seus filhos, quais sejam: ele não era santo, o meu filho era especial demais, a gente aprende a ser mãe com eles e os filhos que ficaram.

Quadro 4 – Categoria temática: O filho perdido

Temas	Trechos de narrativas
Ele não era Santo	<p>“Com 12 anos começou a sumir de casa, aparecia depois de três dias, descobri que estava fazendo surf em trem.”</p> <p>“Passagem pela FEBEM.”</p> <p>“O que ofereceram para os meus filhos foi o tráfico, eles começaram a trabalhar no tráfico.”</p> <p>“Foram fazer um assalto e morreram.”</p> <p>“Mas ele se envolveu com a feira do rolo.”</p> <p>“Ele não era santo, mas podia estar aí.”</p> <p>“Ele roubava, não sentia o perigo, acho que era adrenalina, não sei explicar.”</p> <p>“Ele disse que preferia morrer do que ser preso de novo.”</p> <p>“Acho que a gente não tinha capacidade para entender ele, era outra linguagem.”</p>
O meu filho era especial demais	<p>“Se eu pudesse ser mãe dele dez vezes, eu seria.”</p> <p>“Ele era só um jovem, um rapaz bom, sorridente, brincalhão com todos, não era briguento, o que era dele era dos outros, não era mesquinho, não negava nada para ninguém, se pudesse te ajudar ele ajudava.”</p> <p>“O meu filho era especial demais, ele não gostava de injustiça, ele não gostava de briga.”</p> <p>“Ele gostava de coisas boas e eu não conseguia dar um tênis bom igual os amigos dele, então ele trabalhava.”</p> <p>“Ele ligava o tempo todo, era muito apegado a mim.”</p> <p>“Meu filho era a paixão da minha vida, tão carinhoso, atenciosos, me ajudava em tudo.”</p> <p>“Ele chegava da rua e tirava o tênis, pegava uma escovinha de dente e tirava toda a poeira do calçado, depois guardava na caixa.”</p> <p>“Voltou a estudar e estava mudando seu trajeto de vida, não aprontava mais, ficava em casa o dia inteiro e a noite ia para a escola.”</p> <p>“Ele era muito especial. O meu filho era o meu porto seguro.”</p>
A gente aprende a ser mãe com eles	<p>“Agradeço de terem sido meus filhos, me ensinado a ter escuta, a ter olhar, a me colocar no lugar do outro.”</p> <p>“Eu sempre fui medrosa, tinha receio das coisas e das pessoas, nunca falava o que realmente estava pensando mesmo se fosse agredida e não retrucava nunca, depois da morte do meu filho me fez enxergar muita coisa e mudou a minha vida.”</p> <p>“A gente aprende a ser mãe com eles, acho que ele era mais maduro do que eu.”</p> <p>“Eu não tenho medo. O que tem que ser será, não vou ser mais ferida e maltratada.”</p> <p>“Fiz muito sacrifício pelo meu filho. Eu me pergunto: ‘será que valeu a pena?’. O que todo mundo fala: ‘ao menos você foi uma boa mãe.’”</p> <p>“Depois que tive meu filho entendi que, a gente só ama depois que é mãe.”</p>

Quadro 4 – Categoria temática: O filho perdido (continuação)

Os filhos que ficaram	<p>“Ele se inspira no irmão falecido, eu já notei.”</p> <p>“Querendo ou não eles presenciaram o irmão deles morrer.”</p> <p>“O meu menino caçula não fala né, prefere não falar, guarda para ele.”</p> <p>“O filho mais novo se você falar para ele contar o que aconteceu ele não consegue, ele chora, o mais velho é mais fechado não consegue soltar.”</p> <p>“Busco forças de onde não tenho porque ele tem um tumulto muito doido pela falta do irmão.”</p> <p>“O filho que mora comigo é fechado carrega uma ansiedade que deixa ele doente.”</p>
------------------------------	---

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Não apenas a morte, mas também a vida dos filhos fez parte das narrativas mães entrevistadas. Os temas que compõem esta categoria se referem a rememoração desses filhos, destacando aspectos relacionados ao desenvolvimento, vida escolar e familiar, personalidade, talentos, sonhos, papel na família e experiências na comunidade, no trabalho e nos relacionamentos. Esta categoria inclui, ainda, os relatos sobre impacto da perda violenta na vida dos outros filhos, alguns que até presenciaram a execução do irmão. O relato das mães revela diferentes facetas dos seus filhos que eram desafiadores e estiveram em conflito com a lei, mas que também eram carinhosos, atenciosos e cuidadosos. Os jovens que tiveram a sua vida interrompida por estarem “no lugar e na hora errada” puderam ganhar voz e defesa da sua humanidade por meio da narrativa das suas mães.

8.3.5 Ciclo repetitivo da violência

Esse agrupamento temático reúne narrativas sobre o relacionamento violento com os parceiros íntimos e as tragédias violentas que se repetem em diversas gerações da família das entrevistadas.

Quadro 5 – Categoria temática: Ciclo repetitivo da violência

Temas	Trechos de narrativas
Violência por parceiro íntimo	<p>“Ele me batia, chutava, espancava por duvidar se o filho era dele.”</p> <p>“Ele ameaçava me matar, fiquei um bom tempo oprimida sem poder ir para canto nenhum, com medo.”</p> <p>“Voltei para ele, mas não aceitava mais apanhar e nem que usasse droga na frente dos filhos.”</p> <p>“Minha gravidez foi todinha turbulenta porque o pai do meu filho ficava com outras mulheres, era briguento, todos tinham medo dele.”</p>

Quadro 5 – Categoria temática: Ciclo repetitivo da violência (continuação)

Violência por parceiro íntimo	<p>“Um belo dia ele faliu meu escritório, deu um escândalo por ciúmes, fiquei com muita vergonha.”</p> <p>“Ele me batia, chutava, espancava por duvidar se o filho era dele.”</p> <p>“Ele ameaçava me matar, fiquei um bom tempo oprimida sem poder ir para canto nenhum, com medo.”</p> <p>“Voltei para ele, mas não aceitava mais apanhar e nem que usasse droga na frente dos filhos.”</p> <p>“Minha gravidez foi todinha turbulenta porque o pai do meu filho ficava com outras mulheres, era briguento, todos tinham medo dele.”</p> <p>“Um belo dia ele faliu meu escritório, deu um escândalo por ciúmes, fiquei com muita vergonha.”</p> <p>“Eu nunca tinha apanhado de ninguém além de meu pai e minha mãe. Entre quatro paredes só você sabe o que passa. Vivi a violência doméstica e por ter filhos achava que tinha de me submeter.”</p> <p>“A gente se agredia fisicamente e as crianças no meio, eram pequenos, mas entendiam né.”</p> <p>“Ele não era ruim para as crianças, me ajudava com dinheiro, mas tinha um ciúme doentio, vivi violência doméstica.”</p> <p>“Ele disse que me matava se eu levasse o filho dele. Deixei o meu filho e vim embora. Eu só trouxe o mais velho, mas sempre mandei coisas para o neguinho.”</p> <p>“Mesmo meu marido sendo ruim, ele era uma segurança e naquela hora eu não tinha com quem dividir.”</p>
Reverberação da violência na família e entre irmãos	<p>“Os filhos do meu irmão caçula também morreram, um em 2016 assassinado pela polícia e o outro em 2019, cinco meses depois da morte do pai, ele não aguentou a perda do irmão e quando perdeu o pai, se suicidou, já tinha diagnóstico de luto patológico.”</p> <p>“O filho do meio ia e voltava da prisão, a última cadeia foi em 2011 e saiu em 2019, sofreu muita tortura física e psicológica, ele saiu e com um mês sofreu um AVC isquêmico, ficou paralítico do lado direito.”</p> <p>“A minha filha mais velha já me bateu umas cinco vezes, briga com todo mundo.”</p> <p>“O meu filho mais velho começou a me dar trabalho, mexia nas coisas dos outros e acabou indo preso. Esse apanhou muito na vida, mas aprendeu, ele ia e voltava para a prisão.”</p> <p>“Faz dois anos os rapazes da comunidade onde eu moro acusaram o meu outro filho de ter dedurado os traficantes para polícia, mataram ele. Eu choro quando eu lembro que queimaram o meu filho vivo.”</p> <p>“Eu brigava com meu pai porque ele batia na minha mãe.”</p>

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

As histórias revelam condições reiteradas de violência nas relações conjugais e a repetição de comportamentos e eventos violentos na vida familiar das entrevistadas e na comunidade em seu entorno. Suas narrativas revelam um ciclo repetitivo de estresse gerado pelas condições de vulnerabilidade, insegurança, episódios de mortes violentas na família e na comunidade.

8.3.6 Perdas e danos

Os temas incluídos nesta categoria envolvem a família possível, figuras masculinas e vislumbres de apoio.

Quadro 6 – Categoria temática: Perdas e danos

A família possível	<p>“Coitada da minha mãe, no fundo ela foi tão vítima quanto eu. Foi criada com o mesmo povo, para quem ela me deu. Ela falhou nessa parte, se você é ruim e eu dou meu filho para você, eu sou pior.”</p> <p>“Quando meu pai morreu eu tinha 14 para 15 anos, no dia seguinte minha mãe já tinha outro homem.”</p> <p>“Meu pai só me deixou lembrança boa, mas da parte da minha mãe, só coisas ruins.”</p> <p>“Faz um ano que ela faleceu, era boa pessoa, mas comigo era estúpida, ignorante, gostava de julgar da gente.”</p> <p>“Tive um menino que não conviveu muito comigo, tive uma forte pneumonia na terceira gravidez e precisei deixá-lo com a avó, foi criado por ela, desde um ano.”</p> <p>“Fui praticamente criada pela minha avó.”</p> <p>“A minha família é um mistério, tive uma infância super bagunçada, minha mãe me teve na década de 70, foi mãe solteira, depois se casou e teve outros filhos, fui crescendo maltratada. Ela dizia que eu devia ter nascido homem.”</p> <p>“Meus pais se separam e minha mãe se voltou para a igreja entrando em um processo depressivo e alienante.”</p> <p>“Quando puxei o balde senti que ele tinha caído no poço e ela[mãe] quis que eu entrasse lá para tirar o balde e começou a me bater, fui dela e dormi na rua embaixo da árvore.”</p>
Figuras masculinas	<p>“Ele era o quarto filho e o terceiro ainda era bem pequeno, entrei em depressão, veio o conflito: ‘eu aborto ou tenho o meu filho’. Eu não sabia como me virar com quatro filhos e um marido que saía e voltava depois de 15 dias sem dinheiro.”</p> <p>“Meu marido era usuário de droga e bebidas, morreu quando meu filho caçula tinha três anos.”</p> <p>“Convivi com meu pai até os 10 anos de idade, mas nunca moramos juntos, quando minha mãe descobriu que ele tinha outra família, não quis mais ele, mas estava grávida da minha irmã. O meu pai não pôde nos registrar em seu nome.”</p>
Vislumbres de apoio	<p>“Meu marido foi um grande companheiro tivemos um filho.”</p> <p>“A lembrança de infância é o amor da minha mãe acolhendo a gente, mesmo com pouco ela sempre nos comprava uma coisinha.”</p> <p>“Carreguei cimento, areia, tirei barranco, minha casa tem uma história minha. Conheço a história de mulheres negras periféricas e quando entro na minha casa, vejo que foi uma conquista.”</p> <p>“Hoje eu entendo que não foi fácil para essa irmã que se tornou minha mãe com sete crianças e comigo oito. Trabalhar na roça, cuidar dos filhos e buscar água na cabeça.”</p>

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

As narrativas incluídas nesta categoria revelam que as entrevistadas tiveram uma história de vida marcada por dificuldades no âmbito familiar desde a infância. Algumas relataram separação dos pais, abandono, maus-tratos, privações e morte dos pais quando ainda eram muito jovens. Em meio aos relatos de sofrimento, algumas delas referiram experiências afetivas de amparo advindas de um marido “companheiro”, uma mãe que “mesmo com pouco” acolhia ou de si mesmas com seu trabalho e conquista de uma casa.

8.3.7 No tempo da minha bisavó ainda tinha escravidão

Esta categoria temática abrange os temas origem perdida, origem ancestral e complexidade das identidades étnico-raciais.

Quadro 7 – Categoria temática: No tempo da minha bisavó ainda tinha escravidão

Tema	Trechos de narrativas
Origem perdida	<p>“Eu não nasci, eu surgi, fui adotada, eu não sei das minhas origens, não sei quem foi meu pai e minha mãe. A família me adotou muito bem, o mais horrível dessa história é você não saber a sua origem.”</p> <p>“Não conheço a história dos meus ancestrais, conheci a minha avó materna e ninguém da família do meu pai.”</p> <p>“Eu não conheci meus avós”</p>
Origem ancestral	<p>“A minha avó paterna era indígena e o meu avô era filho de alemão nascido no Brasil.”</p> <p>“A minha mãe é descendente de negro e índio, ela fala que é bugre.”</p> <p>“Por parte da minha mãe, o meu avô e a minha avó eram filhos de indígenas, a família da minha mãe é gigante, minha avó teve 24 filhos.”</p> <p>“Minha avó materna nasceu parecendo uma ninja e o meu avô era moreno, somos mais para negros afrodescendentes mesmo.”</p> <p>“Sou nordestina, bem sertão mesmo, a minha avó materna era indígena, minha mãe é mistura de negro com índio.”</p> <p>“No tempo da minha bisavó ainda tinha escravidão, ela e minha avó foram pegas no laço, meu avô era preto e ficou gostando da minha avó que era índia.”</p> <p>“Sou filha de pais pretos e sou uma mulher preta.”</p> <p>“A minha avó materna era indígena e eu a amava.”</p> <p>“Meu avô ficou vigiando os índios no mato, aí um dia ele pegou a minha avó.”</p> <p>“Minha avó materna tinha ancestrais portugueses e meu avô era preto retinto.”</p>

Quadro 7 – Categoria temática: No tempo da minha bisavó ainda tinha escravidão (continuação)

Complexidade das identidades raciais	<p>“Minha família tinha esse olhar embranquecido a ponto de eu ouvir minhas tias dizerem que tínhamos que nos casar com um branco para clarear a família.”</p> <p>“Meu avô era branco e ela era preta, mas o curioso é que ela é quem tinha dinheiro, ele era capataz da fazenda dela.”</p> <p>“Fui apaixonada por um menino branco, mas aí, por causa da minha bisavó, ninguém queria que eu namorasse ele. Vocês têm que se casar com homem negro, com pessoas da mesma raça.”</p> <p>“Se um branco pode ter coisas boas, por que eu negra não posso?”</p> <p>“Eu vi a importância de ser Black, de ser negra, aí começou, é isso que eu sou, é isso que eu quero.”</p> <p>“Minha mãe e meu pai eram pardos e eu também sou.”</p> <p>[...] éramos 10 crianças, tinha criança morena, branca, preta, mas eu sofria muito por causa da minha cor, porque diziam que eu era filha de urubu e passei a acreditar que o urubu era a minha mãe. Quando eu via os urubus vindo, achava que eles vinham me ver. Quando cheguei aqui em São Paulo fiz tratamento, porque tinha medo de gente branca, também a fraqueza de gostar dela, eu tinha que gostar dela, era minha mãe, mas eu só trazia raiva.”</p>
---	---

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Os temas desta categoria ilustram aspectos relacionados a história da origem familiar das participantes e como essa origem se relaciona a facetas da sua identidade. Embora algumas delas referiram não conhecer a origem de sua família, a maioria relatou ser descendente de negros e índios. Muitas delas se identificaram como mulheres pretas e relataram situações de suas vidas que evidenciaram a complexidade que envolve as identidades raciais, enredando suas narrativas em uma história que é individual e também coletiva.

8.3.8 A gente só trabalhava

Esta categoria temática se refere às experiências de trabalho relatadas pelas entrevistadas, abarcando os temas trabalho doméstico e exploração e trabalho análogo à escravidão.

Quadro 8 – Categoria temática: A gente só trabalhava

Temas	Trechos de narrativas
Trabalho doméstico e exploração	<p>“Eu era mocinha, vim para morar e trabalhar de empregada doméstica, para uma conhecida da tia.”</p> <p>“Só tenho experiência em limpeza, eu gosto de limpar.”</p>

Quadro 8 – Categoria temática: A gente só trabalhava (continuação)

Trabalho doméstico e exploração	<p>“Minha mãe era do lar, só foi trabalhar como doméstica depois de muito tempo.”</p> <p>“Minha mãe veio para São Paulo com 14 anos, trabalhava em casas de família.”</p> <p>“As empregadas sofrem constrangimento, por parte dos homens da casa, muitas vezes na ausência da patroa, principalmente moças novas sem experiência. Fiquei horrorizada, aí acabou meu tempo de doméstica, não por discriminação, mas pela minha experiência.”</p>
Trabalho análogo a escravidão	<p>“Eu só trabalhava, nunca conheci nada, eu passava escovão, limpava a fazenda, o chão, colhia café, fazia só serviço bruto.”</p> <p>“Tinha bastante calo na minha mãozinha de 6 anos, eu era muito novinha, mas a gente só trabalhava, não tinha regalia e não tinha brinquedo.”</p> <p>“Sempre trabalhando e morando no emprego, até um certo tempo eu morava com a minha mãe no emprego[...]”</p>

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

O trabalho fez parte das narrativas das entrevistadas. Várias delas vivenciaram o mundo laboral como empregadas domésticas desde muito jovens continuando a mesma função de suas mães. Para algumas, o trabalho ocupou o lugar da escolarização e para outras foi a única alternativa de ingresso no mercado de trabalho. Uma das participantes relatou ter sido submetida ao trabalho escravo dos 6 aos 14 anos de idade, sem nenhum contato e conhecimento da sua família de origem.

8.3.9 O luto de uma vida inteira

Esta categoria reúne os temas: adoecimento por perda, jornada de múltiplas perdas, abandono, negligência e desamparo.

Quadro 9 – Categoria temática: O Luto de uma vida inteira

Adoecimento por perda	<p>“Depois da morte dos meninos o meu marido se entregou para o alcoolismo, foi uma luta, endoidou de vez, ficou um ano na clínica e agora está com problema nos ossos.”</p> <p>“Eu separei do pai dele, ele desenvolveu asma. Quando o pai dele morreu, ele tinha três anos. Ele não nasceu com asma, foi depois da separação.”</p>
Jornada de múltiplas perdas	<p>“Venho de uma vida de perdas, fui criada pela minha irmã mais velha.”</p> <p>“Eu tive dois filhos assassinados, meu caçula e o mais velho. Primeiro se envolveram com a drogadição e depois com o crime. Você tenta transmitir alguma coisa, algumas atingem, outras não.”</p>

Quadro 9 – Categoria temática: O Luto de uma vida inteira (continuação)

Jornada de múltiplas perdas	<p>“A minha irmã faleceu de sarampo roxo aos quatro anos e a minha mãe tinha esse luto eterno.”</p> <p>“A minha mãe faleceu com 38 anos, talvez tenha sido lúpus, ela teve com 16 anos, as pessoas pensavam que éramos irmãs.”</p> <p>“Do nada você fica sozinha com três filhos pequenos, eu só tinha 23 anos, foi um alívio por um lado e um choque por outro. Perdi o marido e fiquei com as crianças sozinha.”</p> <p>“A menina nasceu doente quando o médico falou ela tem isso, isso e isso, não passou dois dias ela morreu.”</p> <p>“Quando fui ganhar meu filho, o pai dele já não estava mais comigo. Chegou a registrar, mas criei meu filho sozinha.”</p> <p>“Ele acabou falecendo com 28 anos, perdi meu filho, ele já tinha família, uma menina e um menino.”</p> <p>“O meu quarto filho eu perdi, foi bem difícil, estávamos desempregados e quando fui para o hospital ter o bebê, tinha passado da hora.”</p> <p>“Ela engravidou depois de oito meses que estavam juntos, quando ela estava com três meses de gravidez ele morreu, nem ficou sabendo que era um menino.”</p> <p>“Meu pai faleceu de câncer, ele era o meu tesouro, ele separou da minha mãe e cuidou de mim e dos meus quatro irmãos.”</p> <p>“Ele era o mais velho, morreu aos 17 anos, se ele estivesse vivo teria 26 anos.”</p> <p>“Meu pai faleceu quando eu era muito pequena e a minha mãe biológica faleceu quando eu tinha 10 anos.”</p> <p>“Eu tinha oito anos quando meu pai faleceu e minha mãe não convivia mais com ele.”</p>
Abandono	<p>“Com tudo isso a minha mãe me botou para fora de novo.”</p> <p>“Quando mataram o meu pai eu tinha 15 anos e a minha mãe me deu para o advogado porque ele ficou impressionado comigo e quis me levar.”</p> <p>“Meu pai teve uma marcenaria com um bom posicionamento, mas se deixou levar por uma circunstância, abandonou nossa família e foi fazer outra.”</p> <p>“Minha mãe era uma senhora trabalhadeira perdeu os pais com nove anos e foi para o juizado de menores, de lá uma família levou a para trabalhar na fazenda deles no Paraná.”</p> <p>“A minha mãe foi embora quando a gente era pequeno e depois quando estávamos maiores ela voltou para cuidar da gente.”</p>
Negligência	<p>“Eu lembro que nós passávamos muita necessidade.”</p> <p>“Tive que aprender a viver à força, o mundo me ensinou muita coisa. Acabei me acostumando com a minha mãe.”</p> <p>“Não saía da 3ª série, até que não voltei mais, minha mãe raspava meu cabelo careca, falava que era por causa de piolho. Lembro que as amigas dela diziam que eu tinha cabelo bom cacheado.”</p> <p>“Não tive orientação na adolescência, minha mãe ou estava na igreja católica ou na macumba ou na igreja universal, sempre nos extremos.”</p>

Quadro 9 – Categoria temática: O Luto de uma vida inteira (continuação)

Desamparo	<p>“Quando minha mãe biológica morreu, ela teve câncer no útero, foi uma dor inexplicável uma sensação de desamparo.” (10 anos)</p> <p>“Uma vez fui para a Zona Leste com a minha prima e conheci o pai dos meus dois filhos, era um outro mundo, eu não queria ficar, mas acabei ficando, porque eu não sabia dizer não.” (15 anos)</p> <p>“Meu filho não tinha uma companheira, nem tinha namoradinha, não me deixou neto, não me deixou nada! Eu continuo sendo sem origem né, meu destino é acabar assim sozinha.”</p>
------------------	--

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

As narrativas das participantes revelam que suas histórias são perpassadas por múltiplas perdas e mortes de familiares (pais, irmãos(os), maridos e filhos(as)). Somado a isso, relataram situações de abandono por um dos pais e negligências. Algumas experenciaram morar na rua, serem criadas por avós ou irmãos, passarem severas privações e experimentarem a sensação de desamparo.

8.3.10 Solidariedade na luta

Essa categoria agrupa dois temas fundamentais para a sobrevivência física e emocional do grupo de mulheres enlutadas: redes de apoio e solidariedade e formas de enfrentamento.

Quadro 10 – Categoria temática: Solidariedade na luta

Redes de apoio e solidariedade	<p>“A única porta aberta para mim e meus filhos foi no CEDECA [Centro de Defesa da Criança e do Adolescente].”</p> <p>“Uma amiga que trabalhava comigo sempre ficou do meu lado, até quando eu ia no banheiro e demorava um pouco mais ela ia atrás de mim. Depois de ter saído desse emprego ela me ligou querendo me ver e dar um abraço.”</p> <p>“Minha amiga, foi como se ela tivesse me dado a mão e me tirado de um buraco escuro com aquelas palavras simples.”</p>
Formas de enfrentamento	<p>“Depois da militância comecei a entender que não dependia só de mim, que para ser mãe de filhos obedientes é muito fácil, quero ver ser mãe do filho pródigo.”</p> <p>“Entendi que tinha que lutar por mim, aí fui estudar e comecei a trabalhar, hoje eu tenho uma profissão.”</p> <p>“Eu gostaria de ajudar pessoas que passam pelo que eu passei, tem muita mãe que o filho não estava no crime e que o policial foi lá e matou.”</p> <p>“Eu nunca tinha vivido até aquele momento. Com a perda do meu filho falei para o meu marido: ‘eu não vou trabalhar, não preciso trabalhar, a gente vai trabalhar pra quê?’. ‘Vou ficar em casa, vou cuidar do meu pai’. ‘Eu participava de uma horta comunitária.’”</p>

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Em meio ao sofrimento derivado do luto pelos filhos assassinados, as participantes referiram ter recebido apoio de amigas e instituições de acolhimento como o Centro de Defesa da Criança e Adolescente (CEDECA). Contaram, ainda, formas de enfrentamento que encontraram na militância, no trabalho, no cuidado e cultivo de uma horta comunitária, no estudo ou na dedicação a ajudar outras mães de filhos assassinados pelo poder do estado.

8.3.11 *O mundo nada me deu*

Nesta categoria são abordados os temas Abandono social, Narrativas das mentes colonizadas e Repetição na história familiar.

Quadro 11 – Categoria temática: *O mundo nada me deu*

Abandono social	<p>“Nunca tive escola.”</p> <p>“A gente está sempre inserido em alguma violência, parece que o mundo não foi feito para nós.”</p> <p>“Por tudo o que eu passei, eu até me acho uma pessoa boa, o mundo nada me deu, nunca ninguém foi me pegar no hospital.”</p> <p>“Minha tia não quis mais olhar as crianças, deixei o mais velho com a menor e fui para o meio do mato, peguei quatro madeiras fiz uma cabana e cozinhava ali mesmo, fui viver a minha vida.”</p> <p>“Morávamos no mesmo quintal, mas quando minha mãe piorou de saúde, resolvi sair da casa para ela alugar e ter mais uma renda, meu pai deixou dívidas de bar, contas de água e luz para pagar.”</p> <p>“Fico sem chão porque ao mesmo tempo estou sem trabalhar e o pai dos meninos não me ajuda, o dinheiro que pego é para aluguel.”</p> <p>“Arrumei toda a documentação para receber a pensão dele, mas não consegui, dei entrada no INSS. Ele não estava registrado na empresa, eu conseguia provar que ele trabalhava lá, o pagamento dele caía na minha conta, seria bom para as crianças e me ajudaria.”</p> <p>“Guardava dinheiro debaixo do colchão, nunca pus no banco, porque eu não tinha leitura.”</p> <p>“Nós morávamos num barraco e ela cozinhava no fogareiro, até hoje nunca teve um fogão a gás e nem geladeira, a gente tinha que levar marmita para a escola e ela azedava.”</p> <p>“Estudei até o segundo ano primário porque depois eu tive que sair para tomar conta de criança, a adolescência também não foi aquelas coisas, eu fui parar na rua, morei na rua. Eu saí da rua definitivamente com uns 19 anos, eu consegui me levantar.”</p>
Narrativas das mentes colonizadas	<p>“A minha mãe preta era racista. Ela dizia: ‘tá usando cabelo de negro, esses maloqueiros, maconheiros, marginais, você não vai arrumar emprego nem mais nada na vida’. Aí eu começo a namorar um negro de cabelo black.”</p> <p>“Quando fazia alguma coisa errada, a minha mãe dizia: ‘tinha que ser negro mesmo’.”</p>

Quadro 11 – Categoria temática: O mundo nada me deu (continuação)

Repetição na história familiar	<p>“A minha mãe fazia de tudo, cozinhava, lavava, passava, o dono era capitão do exército e era favorecido pelo juizado para pegar crianças, minha mãe foi criada assim e acabou fazendo o mesmo comigo.”</p> <p>“Minha mãe era copeira em um escritório e me arrumou um trabalho de faxina.”</p> <p>“Com doze anos comecei a trabalhar em casa de família, a minha mãe trabalhou lá e depois eu fiquei”.</p>
---------------------------------------	---

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Os temas incluídos nesta categoria abarcam relatos de situações de abandono social que evidenciam o lugar de vulnerabilidade ocupado por essas mulheres. Suas narrativas trazem à luz as diversas privações e violações de direitos humanos básicos de educação, alimentação, saúde e moradia que viveram desde a infância. Uma das entrevistadas relatou a percepção de que “esse mundo não foi feito para nós”, revelando o não-lugar social da mulher preta pobre. Junto a isso, referiram situações e falas de suas mães que reproduziam e reforçavam o racismo estrutural, sustentáculo da própria situação de abandono à população negra. Suas narrativas revelaram, ainda, a repetição de padrões estigmatizantes.

8.3.12 Impressionante falta de humanidade

Esta categoria abarca os temas: Crença para não sofrer tanto, Preconceito e discriminação racial, Violência relacional e sistêmica, Violência policial, Intimidação e abuso de poder, Execução, Perversidade.

Quadro 12 – Categoria temática: Impressionante falta de humanidade

Crença para não sofrer tanto	<p>“A forma que morremos são formas variadas. Foi uma violência policial, mas se estava destinado dele morrer naquele dia, ele poderia ter sido atropelado, caído da escada, me agarrei a isso para não sofrer tanto.”</p> <p>“Não sei se o policial ainda está na delegacia, nem procuro saber, quem tem que cobrar e fazer justiça é Deus.”</p>
Preconceito e discriminação racial	<p>“Ele me disse: ‘sai sua macaca!’. Uma professora viu e foi a salvação, eu não esqueço dela, dona Terezinha. Ela segurou a minha mão, me ajudou a limpar tudo e me levou para lanchar na sala dos professores.”</p> <p>“Tudo de fraqueza que você procurava eu tinha, fui para o hospital e justo eu peguei uma parteira que em vez de me ajudar ela gritava.”</p>

Quadro 12 – Categoria temática: Impressionante falta de humanidade (continuação)

Violência relacional e sistêmica	<p>“Logo veio a pandemia e retardou para fazer os exames, veio um segundo AVC, ele ficou analfabeto, com cegueira periférica, surdez, tudo do lado direito dele tem deficiência, braço e mão são mortos.”</p> <p>“O menino não chorou, ela falou para a outra enfermeira: ‘tá morto!’. Imagina eu escutar que a criança está morta.”</p> <p>“Na delegacia tinha uma mulher parente do menino que estava com o meu filho e ela me perguntou, você é a mãe do outro rapaz? seu filho foi morto.”</p> <p>“Impressionante a falta de humanidade, saber que uma mãe está ali porque perdeu um filho de uma forma brutal e ser tratada como criminosa, com preconceito, a mãe do bandido é bandido também.”</p> <p>“Ele levou um tiro na cabeça, estava com a cabeça enfaixada e cheio de aparelhos ligados, perguntei por que os aparelhos se ele já não tinha mais vida e ela respondeu: ‘ele é jovem. Se a senhora concordar ele pode ser doador de órgãos’. Fiquei furiosa.”</p> <p>“Seu filho foi morto pela polícia, então alguma coisa ele fez[...]. Só quem passa sabe o quanto é dolorido, triste, humilhante e horrível, vejo o quanto faz falta políticas públicas voltadas para a negritude.”</p>
Violência policial	<p>“Meu filho tinha levado um tiro um na barriga e outro na perna, ficou 15 dias vivo, nos primeiros 10 dias ele andava e falava depois foi piorando. A polícia mandou parar o carro e eles não pararam.”</p> <p>“Durante a perseguição da polícia eles caíram da moto e ele bateu a cabeça, tinha mais de 30 viaturas e não deixaram o meu marido pedir socorro, ele bateu a cabeça numa barra de ferro teve traumatismo craniano.”</p> <p>“Quando chegou no hospital já tinha morrido, acho que ele não escutou a ordem de parar, devia estar com fone de ouvido, os policiais relataram outra coisa, falaram que o relógio, a corrente, o tênis, o carro era tudo roubado.”</p> <p>“A polícia relata que ele abordou um rapaz de moto, um policial à paisana viu e deu alguns tiros, um desses tiros foi fatal. Foi no sábado, dia 22 de fevereiro de 2017, ele tinha 16 anos.”</p> <p>“Fui à delegacia de investigação de homicídio, a escrivã me falou que estavam de moto por volta da meia noite e segundo a reportagem eles deram fuga e não pararam e os policiais atiraram. O policial que os matou já os conhecia. Um dia lá na frente de casa os policiais o mandaram baixar a cabeça de forma ostensiva, ele disse que não baixava porque não era bandido. Os policiais falaram para a minha mãe, esse menino vai morrer viu, tenho certeza de que nesse dia ele não baixou a cabeça.”</p>
Intimidação e abuso de poder	<p>“Os policiais vieram 3 horas da manhã aqui para me matar, esconderam a viatura e vieram no meu portão, eu provei que eles mentiram. Meu filho nunca foi na porta de uma cadeia, por isso eles quiseram me matar, eu fui à corregedoria.”</p> <p>“Eu perguntei o que estava acontecendo e ele disse: ‘afasta, se chegar perto eu vou atirar!’ No que ele empurrou a porta eu vi a perna do meu filho no chão.”</p>

Quadro 12 – Categoria temática: Impressionante falta de humanidade (continuação)

Execução	<p>“O policial tirou a arma e atirou na nuca do meu filho, ele morreu na hora, o outro rapaz foi preso.”</p> <p>“Mataram o meu filho e ele nem sabe por que morreu, foi executado com um tiro na testa.”</p> <p>“O policial baixou o pano que divide a cozinha e o quarto e já começou a atirar falando que ele estava armado.”</p> <p>“Ele tinha 17 anos, com 15 dias que ele tinha saído da prisão foi assassinado pela polícia, dia 27 de março de 2000, com um tiro na nuca.”</p> <p>“Alegaram que ele morreu no hospital, mas meu filho não morreu no hospital ele morreu com 10 tiros, nem chegou a comer, eles entraram e perguntaram quem está aí com você, chegou um monte de policial e ficaram com a arma apontada para mim. Depois de duas ou três horas, vi meu filho passando na maca com a mãozinha já caída, ali ele não estava mais vivo não, eu senti no meu coração.”</p> <p>“Quando eu cheguei lá eles tinham baleado o meu filho, deram mais de 20 tiros, o carro tinha aquele insulfilme e andava com as pranchas em cima, para se exibir.”</p> <p>“Moro num lugar sobrecarregado vi muitos jovens morrerem ali foi por falta de oportunidade. Ele não merecia morrer. Foi executado com vários tiros pelas costas. Ninguém deu a oportunidade para ele se render.”</p> <p>“Como eu vi que ele seria preso, eu o escondi dentro do guarda-roupa e saí. A polícia não achou ele, mas a mulher do meu primo entregou, e aí mataram ele.”</p> <p>“A rota já chegou atirando, ele estava na frente e foi o primeiro a morrer.”</p> <p>“Foi um dia de domingo, os meninos estavam numa rodinha de seis, já eram visados, quando os policiais deram o disparo acertou o meu filho, ele morreu na hora.”</p> <p>“Depois de um mês, veio e matou ele dentro da minha casa.”</p>
Impunidade	<p>“Uma cliente advogada me disse, seu filho foi executado, o policial poderia ter atirado na perna, mas ele executou. Disse que eu tenho direitos e posso processar o Estado.”</p> <p>“Ele tinha 16 anos e estava portando documento, no entanto, a ficha do hospital constava 18 anos. Até hoje eu não encontrei a roupa do meu filho, o que me dá muita raiva é saber que os policiais estão impunes.”</p> <p>“Ele foi alvejado nas costas e ficou caído ali no chão. O policial que atirou no meu filho, no depoimento procurava palavras que justificassem o que ele fez, palavras para transformar o meu filho em um monstro.”</p> <p>“O que a gente sabe é que foram mortas 22 pessoas, mas pode ter sido muito mais, fora os sobreviventes. Eles continuaram matando e só quatro policial foi preso.”</p> <p>“Ali onde ele morreu eles não escolheram as vítimas, eles nem sabem quem eles mataram, é inaceitável, foram nove vítimas fatais.”</p>

Quadro 12 – Categoria temática: Impressionante falta de humanidade (continuação)

Perversidade	<p>“Ele estava atravessando a rua para ir para casa, os policiais o pararam e pediram os documentos, como fizeram com meu irmão, ele também xingou os policiais, agrediu e aí eles atiraram nele, mataram ele.”</p> <p>“De madrugada um policial que estava lá na mesa do delegado falou que o infrator sobreviveu, então eu acho que naquela hora o meu filho ainda estava vivo.”</p> <p>“Eles vieram à noite para fazer perversidade, não vieram para levar ele preso, para bater e o que fosse.”</p>
---------------------	---

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Os temas incluídos nesta categoria se referem a descrição da execução dos filhos das entrevistadas pelo poder do Estado, destacando-se nos seus relatos a desproporcionalidade da medida de execução adotada pela polícia. Elas referiram situações de abuso de poder, intimidação e variadas violências sofridas por elas e suas famílias. Algumas relataram se apegar a crenças espirituais para lidar com o sentimento de injustiça e com as diversas violências às quais estão expostas; outras referiram sentir raiva e indignação pela impunidade do poder de Estado diante de atitudes de maldade e abusos de poder.

8.4 Síntese interpretativa dos resultados

Os resultados apresentaram uma descrição geral da história de vida das entrevistadas, abarcando aspectos diversos de suas vidas que percorreram memórias guardadas sobre a origem ancestral, familiar, experiências da infância, escolaridade, juventude, trabalho, relacionamentos e filhos. A narrativa da história de vida, permitiu ainda acessar aspectos do contexto sociocultural no qual estão inseridas, sua compreensão de mundo e perspectivas pessoais sobre as suas experiências de vida. Considera-se que os resultados apontados se referem à experiência individual de cada uma das participantes, mas apontam problemáticas de um contexto social mais amplo que perpassa outras histórias de mães pretas pobres que tiveram filhos assassinados pelo poder do Estado.

A análise lexical permitiu tecer uma visão mais completa acerca das narrativas, pois agrupou segmentos de texto em classes cujo conteúdo central se referia não apenas a experiência emocional da mãe circunscrita à perda do filho, mas sim, a experiência de mulheres pretas pobres inseridas em um enredo de dificuldades e

violências desde a infância. Essa visão orientou, em parte, o processo de tratamento das informações por meio da análise temática, do qual doze categorias temáticas foram depreendidas.

Observou-se que a história de vida das entrevistadas é o registro de uma jornada de sobreviventes marcadas por muitas perdas. A experiência emocional das mães que tiveram seus filhos assassinados pelo poder do Estado foi referida por meio de relatos de uma “grande dor”, sentimentos de culpa, vergonha, raiva, medo, desamparo e tristeza. Muitas referiram episódios de depressão com ideação suicida advinda da dificuldade de lidar com a dor constante que entorpece e paralisa. O luto vivenciado por elas parece as aprisionar em uma “dor que não passa” que, por vezes, aparece em sintomas como insônia, comer compulsivo ou pressão alta.

Destacou-se nos relatos a percepção subliminar em relação à morte por meio de pressentimentos ou premonições que antecederam a morte do filho. Ainda que contenha aspectos inconscientes, a premonição da tragédia revela aspectos do cotidiano de hostilidade e violência que ronda a vida do jovem negro na sociedade racista. O filho perdido configurou uma categoria temática que abarcou relatos que permitiram resgatar a história do filho e garantir a sua humanidade, caracterizando-o na dualidade entre os comportamentos de transgressão e de amorosidade, atenção, empatia.

Outro eixo destacado nos resultados se refere a situações e comportamentos de violência, sofrimento e abuso que se repetem na história familiar das participantes revelando padrões inconscientes repetitivos no convívio familiar e comunitário entre diferentes gerações. O trabalho escravo e a exploração apareceram nas narrativas das participantes não apenas para contar a história longínqua de um parente escravizado, mas como parte de sua experiência pessoal. Trabalharam desde muito novas em fazendas ou como empregadas domésticas – funções que em sua maioria foram passadas de mãe para filha. Relataram condições precárias de vida, exploração e humilhações que trazem à luz aspectos de um trauma intergeracional e evidenciam desigualdades sociais e raciais que perpetuam a condição perversa de sobrevivência como condição de vida para afrodescendentes.

Os diversos relatos de perdas e danos consequentes de uma vida de abandono, desamparo e violência ressaltam a condição de vulnerabilidade extrema das entrevistadas, como por exemplo: morar na rua, ser escrava de uma família adotiva, depender econômica e emocionalmente de um companheiro abusador, entre

outros. Os efeitos deletérios de uma vida inteira marcada por diversos lutos perpetuam as situações e condições de vulnerabilidade e marginalidade social corroem a saúde e a integridade mental, física, econômica e social dessas mães.

A vulnerabilidade social revela um dado econômico como resultado da pesquisa: mães que perdem filhos assassinados tendem a ficarem ainda mais pobres. Primeiro porque perdem a contribuição financeira desses filhos e, por vezes, elas próprias perdem a capacidade de trabalhar por um período ou de forma permanente pelo adoecimento psíquico. Após a perda violenta de seus filhos, algumas mães adoeceram gravemente, foram vítimas de câncer, ficaram paralisadas na cama, abandonam suas famílias e seus empregos, outras se expuseram a situações de risco de vida a fim de se defrontar com a morte.

Em meio aos relatos de sofrimento, destacou-se uma categoria temática que reuniu narrativas de enfrentamento, apoio e solidariedade por meio de grupos de mães enlutadas que se apoiam mutuamente, desde o nível mais básico de sobrevivência física ao apoio moral, afetivo e espiritual. São mães órfãs de seus filhos e que aprendem no grupo, por meio da escuta umas das outras, a lidarem com a dor da perda e a lutarem por direitos e justiça. Apropriam-se de novos vocabulários para compreender a situação em que se encontram, e fundamentalmente aprendem a se manterem vivas.

Por fim, a categoria nomeada “Impressionante falta de humanidade” reuniu as narrativas que têm em seu ponto central o evento de execução dos seus filhos. Essa categoria destacou temas que se associam a esse evento e amplificam as diversas situações de violência, discriminação, abusos de poder e impunidade que destacam o conflito entre as participantes e o Estado. São relatos sobre a violência com a qual seus filhos foram executados, a despeito de estarem ou não em conflito com a lei, sobre o tratamento violento que receberam nas Delegacias de Polícia e no IML, onde nem sempre puderam fazer o reconhecimento do corpo dos seus filhos.

Essa categoria que fecha a apresentação dos resultados ilustra, até certo ponto, os diversos aspectos abordados nos resultados deste trabalho, pois partindo da descrição de um evento central (assassinato do filho pelo poder do Estado) desvela-se um cenário de diversas violências estruturais que perduram na sociedade desde seus antepassados, desenhando uma história individual e coletiva que é perpassada pelo não-lugar da pessoa afrodescendente, sua discriminação e experiências traumáticas.

O capítulo seguinte retomará esses resultados integrando-os a um corpo teórico e estudos já publicados que permitam traçar reflexões acerca dos resultados desta pesquisa.

9 DISCUSSÃO

As categorias e temas descritos anteriormente foram agrupados em três eixos temáticos. Segundo Ezzy (2002), esse processo permite organizar temas correlacionados para desenvolver uma discussão em torno de núcleos de significados.

9.1 O luto das mães negras e possíveis transformações pela luta

Os resultados desta pesquisa destacaram aspectos relacionados à qualidade do luto de mães negras que perderam seus filhos em decorrência da violência policial, mostrando que se trata de uma experiência extremamente dolorosa, complexa, intensa e sem data para acabar. A sensação da **interminável dor do luto** reportada pelas participantes desta pesquisa, também foi apontada com unanimidade pelas participantes do estudo de Araújo, Souza e Silva (2022) – quatro mulheres negras que perderam seus filhos pela atuação violenta de agentes do Estado. O processo de ressignificação para lidar com a morte nesses tipos de homicídio é muito difícil por se tratar de crimes perpetrados “com ódio e intenção de matar” (ARAÚJO, SOUZA, SILVA, 2022, p. 1333). Além disso, são mortes entremeadas por processos de ameaças, estigmas e obstrução de informações relacionadas ao homicídio que tornam os casos inconclusivos e invisibilizados na justiça criminal.

O luto dessas mães, referido neste trabalho como **luto não reconhecido**, está em consonância com a noção de *disenfranchised grief* descrita por Piazza-Bonin *et al.* (2015) e traduzida por Araújo, Souza e Silva (2022) como luto sem direitos, que acontece quando a resposta do enlutado é socialmente invalidada, ocorrendo falhas empáticas nos sistemas de apoio ao indivíduo enlutado. No caso dessas mães, a opinião pública tende a aceitar a criminalização da vítima como um fato, assumindo que a morte do jovem preto periférico refletiria um desfecho “justo”. De certo modo, os meios de comunicação, em geral, transformam a morte violenta em espetáculo público e frequentemente desumanizam a vítima assassinada (ALARÇÃO; CARVALHO; PELLOSO, 2008; MARQUES JUNIOR, 2020).

As mães silenciam e são silenciadas, muitas vezes, pela culpa, vergonha e humilhação. Algumas se isolam e não se sentem autorizadas a falar sobre o que aconteceu. Assim, esse luto assume, por vezes, a qualidade de um **luto vergonhoso**, perpassado pela culpa da mãe por não ter conseguido prevenir o envolvimento de

seus filhos na marginalidade ou criminalidade e forjado “na acusação de que seriam ‘mães de bandido’” (ARAÚJO; SOUZA; SILVA, 2022, p. 1335).

Alguns relatos das mulheres entrevistadas neste estudo, evidenciaram a desqualificação do seu sofrimento e o abandono a nível institucional:

Impressionante a falta de humanidade, saber que uma mãe está ali porque perdeu um filho de uma forma brutal e ser tratada como criminosa, com preconceito. A mãe do bandido é bandido também. Só quem passa sabe, o quanto é dolorido, triste, humilhante, horrível. (DANDARA)

[...]a maioria deles [policiais] nos trata, pessoas de cor, como se fôssemos lixo. [...] O ser humano invisível é aquele que trabalha e ninguém reconhece, não acha que eu sou catadora de reciclado, acham que que sou catadora de lixo. (NUBIA)

A polícia olha a gente assim, com desconfiança e menosprezo. Tem muitas mães que os filhos não eram do crime e eles é que sustentavam a casa. As mães não têm apoio, não têm indenização e fica por isso mesmo. Não têm tratamento da saúde mental, isso é o principal, não é? (MUDIWA)

A morte de um jovem negro por brutalidade policial tem um impacto devastador na vida e na saúde das mães. Algumas delas não aguentam, adoecem e morrem após a morte violenta de seus filhos. Para Araújo, Souza e Silva (2022, p. 1335):

Os processos de adoecimento aos quais essas mulheres estão submetidas diferem dos processos naturais que elas experimentariam caso não tivessem sido vítimas da ação violenta do Estado. Elas são mães que sofrem pela perpetuação da violência muito além da perda física de seus filhos: a elas é negado o direito à proteção da história de seus entes queridos, enfrentam o silenciamento e o esvaziamento de suas denúncias [...]. Elas enfrentam uma realidade de impunidade e de ausência de acolhimento institucional das suas demandas sociais e de saúde.

Sem vias de expressão no contexto social, o luto não reconhecido se expressa, muitas vezes, em manifestações psicossomáticas, tais como problemas de pressão alta, insônia, endometriose, miomas, comer compulsivo ou em sintomas psicológicos como depressão, ansiedade e pânico. Ramos (2006) aponta que o estresse de qualquer natureza é agravado quando a emoção associada a ele não é expressa. Para a autora, a emoção negativa reprimida de uma experiência dolorosa é um agente de oportunidade para a alteração do sistema imunológico, tornando o organismo vulnerável e suscetível a doenças variadas. Outros estudos apontam que dentre os

impactos psicológicos mais comuns em sobreviventes de homicídio, estão o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), ansiedade e depressão (CONNOLLY; GORDON, 2015; MCDEVITT-MURPHY *et al.*, 2021).

O luto é um processo a ser enfrentado. Reconhecer a perda é parte do trabalho de reconstrução da vida para que a pessoa enlutada possa encontrar novos significados para a sua existência sem o ente querido (FRANCO, 2021). No âmbito do luto materno, parte da mãe é perdida com a morte do filho, tratando-se de uma perda simbólica e real – perdem-se sonhos e projetos de futuro (MARTINS, 2001; FREITAS; MICHEL, 2014). Esse luto carrega em si a angústia e o lamento pelo que foi e pelo que poderia ter sido (SAVAGE, 1995).

Para Butler (2004), a perda de um ente querido trás à luz uma desorganização a respeito da própria identidade do enlutado uma vez que lhe impõe a questão: “quem sou eu sem você?”. De acordo com a autora, essa questão revela a qualidade relacional do luto e evidencia algo fundamental sobre as condições sociais da existência humana. Ao invés de pensar no luto como uma situação solitária e privatizante, Butler propõe que o luto remete a um senso de comunidade e política que enraíza os indivíduos nos seus laços relacionais, e, portanto, implica uma responsabilidade ética.

A partir dessa perspectiva questiona-se como as estruturas sociais e culturais qualificam de diferentes maneiras os indivíduos e estabelecem limites para os tipos de morte que podem ser admitidas como perdas e que seriam passíveis de luto – “Afinal, se alguém morreu e essa pessoa não é alguém, então qual e onde está a perda e como ocorre o luto?” (BUTLER, 2004, p. 32, tradução nossa).

Essa questão conecta o luto descrito pelas participantes deste trabalho com o **luto coletivo** que perpassa a morte (real e simbólica) de afrodescendentes cuja existência e sofrimento são anulados diariamente por um Estado que, orientado por uma necropolítica e fortemente marcado pelo racismo estrutural, determina quais vidas são descartáveis (ARAÚJO; SOUZA; SILVA, 2022; ARAÚJO; BIAR; BASTOS, 2020; MARQUES JUNIOR, 2020).

Eles não podem ser lamentados porque sempre estiveram mortos, ou melhor, nunca "existiram", e devem ser mortos, pois parecem viver, teimosamente, nesse estado de morte. A violência se renova diante da aparente inesgotabilidade de seu objeto. (BUTLER, 2004, p. 33, tradução nossa)

Nesse contexto, a elaboração do luto das mães negras que tiveram seus filhos assassinados pela ação do Estado exige um processo de transformação individual, coletivo e político. O **luto coletivo** vivido por essas mulheres, muitas vezes, se processa nos movimentos de luta por justiça, responsabilização do Estado e indenização pela morte de seus filhos. Elas se juntam a outras famílias enlutadas para se manifestarem e exigirem mudanças nas políticas de segurança pública (FREITAS; MICHEL, 2014).

A luta é também uma forma de processar o luto e agenciar o sofrimento (ARAÚJO; SOUZA; SILVA, 2022; FRANÇA, 2020). De um lado, tem a função de manter viva e humanizada a memória de seus filhos; de outro, apresentam a possibilidade para continuação das suas próprias vidas enquanto buscam novos sentidos para a sua existência sem o filho perdido.

A forma de atuação do Movimento de Mães se aproxima da noção que, na filosofia africana, recebe o nome de Ubuntu – “Eu sou porque nós somos”. Esse princípio norteador da vida coletiva parte do reconhecimento da humanidade de si e do outro, e se efetiva através do exercício da solidariedade política, como garantia de sobrevivência frente à escassez de apoio estatal. (ARAÚJO; SOUZA; SILVA, 2022, p. 1335)

Diante de uma história de vida permeada por perdas, abandonos e lutos, as mulheres entrevistadas contam uma história de resiliência que se revela na potência de se recuperar, levantar da dor e voltar a vida (CYRULNIK, 2009).

9.2 Experiências traumatizantes ao longo da vida

As histórias de vida das participantes foram marcadas por repetidas experiências de abandono, desamparo, abuso e negligência. No âmbito familiar, muitas delas, perderam um ou os dois genitores na infância, algumas foram abandonadas pelo pai, outras separadas da família de origem para trabalhar. Também relataram presenciar na infância situações de violência por parceiro íntimo contra as suas mães e, por vezes, referiram serem vítimas de maus-tratos e abusos por parte da mãe e padrasto.

As experiências de violência e negligência ultrapassam o contexto familiar revelando um cenário de extrema vulnerabilidade e abandono social que esteve presente como pano de fundo em todas as narrativas. Relataram situações de fome,

dormir na rua, trabalho infantil, humilhações e preconceito racial. Tiveram a escolarização interrompida, gravidez não planejada na adolescência, relacionamentos abusivos, algumas vivenciaram o ciclo da violência doméstica e criaram sozinhas os seus filhos.

Os resultados apreendidos pelas narrativas de história de vida revelaram traumas que parecem se repetir ao longo de diferentes gerações. Alguns autores apontam que experiências de abandono, desamparo, abuso e negligência vividas na infância podem ser traumatizantes e afetar o desenvolvimento emocional e psicológico da criança (BOWLBY, 2002; SCHORE, 2003; PERRY; WINFREY, 2022). Além disso, para os autores, se ignoradas, essas vivências podem ser transmitidas de uma geração para outra.

Os relatos das participantes revelaram aspectos em comum com a história de suas mães, sobreviventes de um contexto de vulnerabilidade social, pouca ou nenhuma escolaridade, criadas por avós ou lares adotivos, gravidez na adolescência, relacionamentos violentos, separações, assassinatos de familiares, escassez de recursos básicos de sobrevivência como moradia e alimentação, trabalhos como empregadas domésticas e/ou trabalhos análogos à escravidão. Alguns exemplos das narrativas das participantes descrevem a similaridade entre as suas histórias e de suas genitoras:

Até um certo tempo eu morava com a minha mãe no emprego, aí você vai crescendo aí, né?! [...]. Eu fazia de tudo na casa, era babá, cozinhava, lavava e passava roupas. (SANKOFA)

A minha mãe conta que era muito maltratada pela mãe dela. Ela dizia que a mãe dela não gostava dela e quando ela era pequena dormia na rua [...]. Quando tinha uns oito para nove anos, eu fugia de casa, ia dormir na rua e passava fome. Não gostava que meus pais eram separados. Eu pedia comida nos restaurantes, eu tinha uma lata para comer comida. (NÚBIA)

[Minha mãe] perdeu os pais com nove anos e foi para o Juizado de Menores. De lá, uma família levou-a para trabalhar na fazenda deles no Paraná. Fazia de tudo, cozinhava, lavava, passava [...]. Minha mãe foi criada assim e acabou fazendo o mesmo comigo [...]. Eu fui mandada para o Paraná, com seis anos. Fazia todo tipo de trabalho, passava escovão, limpava a fazenda, o chão, colhia café, só serviço bruto. Tinha bastante calo na minha mãozinha de seis anos. [...] Coitada da minha mãe, no fundo ela foi tão vítima quanto eu. Foi criada com o mesmo povo, para quem ela me deu. (ASHANTI)

Esses trechos de narrativas são testemunhos de experiências marcadas por eventos adversos “inescapáveis” resultantes de contextos de vulnerabilidade que desafiam a própria condição humana. Diversas violências do mundo exterior se sobrepõem em experiências que ameaçam a sua existência e exigem dessas mulheres recursos internos para seguir sobrevivendo. Os marcadores de interseccionalidade enquadram mulheres pretas pobres em vários tipos de violências, incluindo a perda violenta de seus filhos.

Herman (1992) chama a atenção para a existência de um espectro de distúrbios traumáticos que podem resultar de um único evento avassalador ou de abusos prolongados e repetidos. Para essa autora, o estudo do trauma psicológico envolve o conflito entre o desejo de negar acontecimentos atrozes e a vontade de proclamá-los em voz alta, de modo que o reconhecimento do trauma depende do apoio de um movimento político e social.

Para Boynton (2020) pouquíssimos estudos abarcam o trauma racial decorrente de violências repetitivas que se sobrepõem no cotidiano de afrodescendentes. Outros autores corroboram essa perspectiva e destacam os efeitos a curto e longo prazo da discriminação racial que remetem aos sintomas de trauma, tais como pensamentos intrusivos e hipervigilância (GALÁN *et al.*, 2022).

A partir da proposição de Maté, que considera que a base do trauma é o desamparo, os resultados desta pesquisa expõem em sua centralidade uma história de traumas individuais e coletivos (GABOR MATE..., 2020). Individuais, porque se expressam no desenrolar de fatos e experiências de sofrimentos, violências, abandonos e humilhações cotidianas vividas pelas mulheres narradoras desses eventos; coletivos, porque ainda que tenham o tom de cada uma das narradoras, são traumas encontrados na história de várias gerações que as antecedem, enredando-as num contexto socio-histórico-cultural que as aprisiona na repetição do trauma.

9.3 Transmissão geracional de traumas da escravidão: narrativas de uma história coletiva

Somados ao corpo teórico existente (BREWSTER, 2018; KIMBLES, 2021; MENDES, 2015; TRACHTENBERG, 2017) os resultados deste estudo revelaram a repetição de histórias e complexos traumáticos que ultrapassam o âmbito familiar e atingem o âmbito da coletividade, de modo que o luto das mães entrevistadas pode

ser compreendido como um aspecto relacionado ao **legado intergeracional da escravidão. Os traumas decorrentes da escravidão**, como o luto pela perda de filhos, estupros, inferiorização e outras formas de violência, não foram reconhecidos e nem processados. A sua transmissão geracional é viabilizada pela socialização, convivência no grupo familiar e social a que se pertence (DEGRUY, 2005).

De acordo com a perspectiva coletiva e cultural, Mendes (2015), aponta que o Estado brasileiro está assentado sob uma base traumática da escravidão, cuja lei do pai primevo demarca o abandono de seus filhos e se ausenta diante de um pacto social perverso. A fala de uma das mães entrevistadas revelou de maneira explícita a perspectiva de que diversos aspectos psicológicos, sociais e políticos do período escravocrata permanecem vivos e ativos na sociedade atual. Para Sankofa:

A abolição é falsa! [...]ninguém invadiu o Brasil. Quem foi buscar os negros africanos foram os brancos e eles pensavam que a população negra ia ficar só em meia dúzia de escravos? Não ia ficar. A população ia aumentar. Quem foram os primeiros moradores de rua? Os negros! [...] Quando as crianças brancas eram fraquinhas, quem amamentava elas? [...]

Para Fanny Brewster (2018), a pressão emocional das mães que perderam filhos durante a escravidão, sem esperança de liberdade e aprisionadas numa rotina brutal de exploração por séculos, elevou as emoções do luto ao nível arquetípico. Segundo a autora, o evento da escravidão é igualmente arquetípico, pois tudo o que vem com ele e após a sua invenção está intimamente relacionado à vida psíquica emocional e espiritual da sociedade contemporânea. O racismo estrutural seria a forma atualizada de dar continuidade a esse tipo de luto, tendo em vista o genocídio de afrodescendentes. Isso ocorre em um ambiente cultural cuja estrutura de poder econômico, político e institucional privilegia pessoas brancas em detrimento de pessoas não brancas (KIMBLES, 2021).

Mesmo após a abolição da escravidão, o sistema de dominação e opressão se mantém pelo racismo estrutural no país. A violência e a desigualdade atingem de maneira diferenciada os brancos e negros, com os últimos ocupando os maiores índices de morte, menor escolaridade, menos acesso ao mercado de trabalho e acesso mais restrito a direitos básicos como moradia e acompanhamento em saúde (GOMES; SCHWARCZ, 2018). A sobreposição das diversas violências vivenciadas pelas participantes deste estudo evidencia essa perspectiva:

Passamos humilhação na delegacia por não terem explicado o que aconteceu, humilhação do IML que não autorizava a nossa entrada. Só reconheci o corpo do meu filho por fotografia, e isso depois de muita pressão. [...] Vejo o quanto faz falta políticas públicas voltadas para a negritude, para nós negros, em todos os sentidos. A gente vive numa sociedade que até para morrer é difícil, não tem dinheiro para enterrar um filho. (DANDARA)

Ao abordar o tema da escravidão por meio de uma perspectiva de gênero, Machado (2018) descreve situações de humilhação, sofrimento e subjugação particulares às mulheres escravizadas. As descrições da autora a respeito das violências direcionadas às escravas, notadamente o estupro e o infanticídio, corroboram a ideia da transgeracionalidade do trauma da escravidão que se mantém ativo e repetido nas narrativas de mulheres pretas da atualidade. Nota-se certa semelhança em um trecho escrito pela autora que descreve o relato de uma mãe escravizada e a narrativa da participante Mene sobre a morte do seu filho:

Num relato comovente, uma mãe escravizada, enquanto mantinha as mãos ocupadas no trabalho, **vê, apenas pelo canto dos olhos, passar o corpo de seu filho morto** nos primeiros meses de vida. A criança, que fora colocada sob a guarda de outra mulher, falecera, provavelmente devido à substituição do leite materno por uma **alimentação inadequada**. (MACHADO, 2018, p. 360, grifo nosso)

Depois de duas ou três horas, **vi meu filho passando na maca**, com a mãozinha já caída, ali ele não estava mais vivo não, eu senti no meu coração. [...] **Nem chegou a comer**. (MENE)

A escravidão abriu caminho para uma espécie de luto que se desenvolveu ao longo dos séculos e é único em sua existência (BREWSTER, 2018). Conquanto reprimidos, negados e dissociados da consciência individual e coletiva, seus efeitos deletérios permanecem vivos e ativos, atualizados diariamente nas experiências de afrodescendentes. O não reconhecimento de histórias culturais traumáticas as mantém vivas na condição de fantasmas e dão continuidade ao luto e as violências do passado que assombram o tempo presente (KIMBLES, 2021; BUTLER, 2015; HERMAN, 1992).

Por fim, cabe destacar, conforme apontou Machado (2018, p. 360), que “a história de opressões particularmente cruéis” vivenciadas pelas mulheres pretas desde a escravidão até os dias de hoje é também uma história de resistência e resiliência. Suas narrativas de vida tornam audíveis o silêncio imposto ao luto e a violência que perpassa o cotidiano da população preta pobre.

10 CONCLUSÃO

Quebrando silêncios, amplificando vozes e cicatrizando feridas são pilares estruturantes deste trabalho de dissertação. Trata-se de uma noção centralizadora que resulta do processo de decantação das informações coletadas, sintetizando, até certo ponto, todo o processo de construção teórica, escuta ativa das entrevistadas, análise de resultados, reflexões e proposições deste estudo.

Quebrando silêncios

Esta dissertação teve como objetivo principal identificar e refletir sobre as narrativas de mulheres afrodescendentes acerca da perda violenta de filhos mortos pela ação da força de segurança do Estado e sua relação com o trauma intergeracional da escravidão.

A escuta ativa por meio do método de entrevistas de história de vida permitiu acessar a biografia pessoal e a perspectiva coletiva de histórias de mulheres afrodescendentes marcadas pela experiência emocional da perda de seus filhos. O registro e o compartilhamento de histórias permitem preservar a memória coletiva e individual, empoderar as pessoas e suas comunidades pela oportunidade de serem ouvidas e reconhecidas, fortalecer a autoestima, a identidade e o senso de pertencimento. Por meio das histórias de vida, se constrói conhecimento, promove-se inclusão, desenvolve-se empatia e tolerância a diversidade, e inspira-se transformações sociais. Ao compartilhar histórias de vida, contribui-se para a construção de saberes a respeito de experiências que precisam sair da condição de fantasmas para que sejam integradas e processadas na consciência coletiva.

O silêncio imposto aos marginalizados, àqueles que ficam esquecidos em lugares de visibilidade pautada na violência e na degradação, consegue, então, ser ouvido através de ações que vasculham o que foi ocultado ou o que registra a fala dos que vivem vidas tão pequenas, que se perdem na premência do dia a dia. As memórias subterrâneas ao emergirem em espaços delineados pelo poder da escrita rasuram a cena dos grandes feitos e permitem a composição de outras histórias [...]. (FONSECA, 2018, p. 158)

A boniteza deste processo, no sentido freiriano, se deu pela potência dos depoimentos (ainda que sejam histórias de dor), pela integridade do testemunho, do

reconhecimento das feridas emocionais ao longo da vida de mulheres pretas pobres e pela capacidade de lutarem por justiça e se levantarem diante das adversidades.

Um resultado importante desta pesquisa é a exposição e reconhecimento do trauma dessas mulheres, cuja história de vida repete traumas intergeracionais da escravidão. O método de narrativas de histórias de vida empregado permitiu relacionar as histórias do presente com histórias do passado e compreender a força e representação dos processos intergeracionais que conectam o luto e as violações do passado escravocrata com o sofrimento e as perdas do presente.

Amplificando vozes

O processamento das histórias de vida por meio da análise de resultados das doze categorias temáticas depreendidas das narrativas permitiu amplificar as vozes de mulheres sobreviventes do trauma da violência do Estado. A história traumática não está separada do narrador e não pode ser revelada sem a participação do sobrevivente – é preciso conhecer a sua realidade.

A qualidade do luto infundável dessas mães é atravessada pelo não reconhecimento, o não-lugar e o não-direito, tornando o ato da violência, a vítima e os sobreviventes invisibilizados pelo grupo social e político. O luto dessas mães transparece uma ferida social de caráter intergeracional, que promove a repetição do sofrimento e adoecimento físico e psicológico. O luto vivido por elas é coletivo, não é apenas uma resposta individual à perda de seus filhos, mas também é uma prática culturalmente construída nas comunidades destituídas de poder, tanto que a resiliência vem pela luta e pelo enfrentamento. Cada assassinato de um jovem preto pobre pelo poder do Estado reativa a lógica escravocrata e reforça a violência contra o sobrevivente, relembrando o abandono de um Estado que deveria preocupar-se com o cuidado e proteção de seus filhos e filhas.

Quebrar o silêncio e amplificar as vozes de histórias silenciadas pode gerar uma resposta psicológica e política transformadora para as pessoas traumatizadas e para a sociedade. As histórias têm o potencial de inspirar e motivar pessoas. Ao compartilhar histórias de luta e resistência é possível despertar o engajamento cívico e estimular mudanças sociais positivas.

Cicatrizando feridas

Estudiosos do trauma intergeracional da escravidão são unâimes em apontar que o sofrimento humano e social na contemporaneidade está relacionado com o não reconhecimento da história cultural traumática da escravidão e das suas consequências psicossociais para os descendentes de africanos e europeus (BREWSTER, 2018; DEGRUY, 2005; FANON, 1961/1969; KILOMBA, 2019; KIMBLES, 2021; MAATHAI, 2007).

Fanon (1961/1969), Maathai (2007) e Kilomba (2019) propõem um caminho de cura social por meio da descolonização das mentes, dadas as suas implicações psicológicas, políticas e sociais para os povos que foram colonizados. Para Kilomba (2019, p. 238):

Todo processo alcança um estado de descolonização; isto é, internamente, não se existe mais como a/o outro/a, mas como o eu. Somos eu, somos sujeitos, somos quem descreve, somos quem narra, somos autoras/es e autoridade da nossa própria realidade.

Outros autores apontam que para que haja cura é fundamental o reconhecimento da dor – é preciso reconhecer que **o trauma aconteceu para e com os escravizados da diáspora africana** (BREWSTER, 2018; DEGRUY, 2005; KIMBLES, 2021). Entende-se, portanto, que o trabalho de cura consiste no resgate da memória de quem viveu e de quem veio depois da escravidão. De acordo com DeGruy (2005), para prosperar e seguir em frente, o povo negro precisa entender e aceitar quem é, contrariando tudo o que foi projetado a respeito de inferioridade e reconhecer a própria potência e força para prosperar e se manter resiliente. A **cura do trauma racial** requer o reconhecimento da história, a validação das experiências individuais e coletivas e a implementação de políticas e práticas que promovam a **justiça social e a igualdade** (DEGRUY, 2005).

A exemplo do Museu do Holocausto, do Museu Nacional de História e Cultura Afro-americana Smithsonian e do Museu do Apartheid, o Estado brasileiro deve aos afrodescendentes e povos originários, reconhecimento da história de escravização e suas consequências psicossociais, responsabilização pelos danos e reparação. Como parte do reconhecimento a construção de um Museu da História silenciada do Brasil com o objetivo de resgatar a memória, a história e a cultura da comunidade afro-

brasileira e destacar sua contribuição para o Brasil. A fim de que pessoas e grupos culturais possam obter, por meio da informação, novas percepções, ideias e reconhecimento sobre a história da escravização de africanos no passado e o seu impacto no presente.

Em diálogo recente da pesquisadora com Karen Worcman, fundadora do museu da Pessoa, conclui-se, como um possível desdobramento deste estudo, a criação de uma Coleção exclusiva para contar as histórias de vida das mães que perderam seus filhos pela violência do Estado em todo o país para que se tornem patrimônios da humanidade.

Contar e ouvir histórias de vida é um ato político, um ato de amor, uma atitude ativa que transforma a vida de quem conta e de quem escuta. Contar e ouvir histórias de vida como ato político contribui para quebrar o silêncio das histórias traumáticas não reconhecidas e não elaboradas. Todos temos o direito de contar nossas histórias, dar testemunho das nossas jornadas, iluminar o que está escondido nas sombras individual e coletiva. Contar e ouvir histórias de vida humaniza, recupera a confiança em si mesmo e no outro, sensibiliza, conecta, descobre, identifica, comprehende, valoriza e educa. Enquanto o ato de contar dá vida e voz ao silêncio imposto, a escuta ativa aproxima as pessoas e promove mudanças de modelo mental. O complexo cultural racial brasileiro, como todo complexo, recebe influências. Novas narrativas podem contribuir para transformá-lo, no sentido de dar protagonismo à voz dessas mulheres, e pode ter um impacto importante na forma como a história é contada e compreendida.

A narrativa da experiência emocional de mães que perderam os seus filhos mortos pelo Estado, no presente, deu voz às suas ancestrais silenciadas. Honrou e acolheu a dor e o sofrimento reprimidos e invisibilizados pela história oficial.

Como todo estudo, esta pesquisa apresenta algumas limitações. Destaca-se a dificuldade de acesso à população de mães que perderam seus filhos assassinados pelo Estado devido ao medo ou impossibilidade emocional de contar a sua história. O número limitado de participantes impede a generalização dos resultados. Outra limitação é o caráter transversal da pesquisa, que somente permite acessar um recorte temporal e geracional, não permitindo acompanhar mudanças ao longo de um período de tempo e nem reconstruir a história a partir da perspectiva de diferentes cortes geracionais. Sugere-se que estudos futuros busquem ampliar a amostra de participantes, coletando histórias de mulheres de diferentes idades e localidades.

Por fim, os achados da pesquisa sobre o trauma e luto intergeracional da escravidão, por meio das histórias de vida, são parte de um estudo maior acerca desse tema, pouco explorado no espaço acadêmico e de grande importância para a saúde mental de todos, direta e indiretamente envolvidos.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, A. C. J.; CARVALHO, M. D. de B.; PELLOSO, S. M. The death of a young son in violent circumstance: understanding the experience of the mother. **Revista Latino-americana de enfermagem**, [s./], v. 16, n. 3, p. 341-347, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692008000300002>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- ALENCAR, S. L. de S. **A experiência do luto em situação de violência**: entre duas mortes. 2011. 187 f. Tese (Doutorado em Psicologia: Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- ALMEIDA, S. **Congresso em foco**. Brasília, 3 jan. 2023. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/leia-a-integra-do-discurso-de-silvio-almeida-somos-a-vitoria-dos-nossos-antepassados/>. Acesso em: 30 abr. 2023.
- ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural**. 1.ed. São Paulo: Editora Pólen, 2019.
- ALMEIDA, T. Makota Valdina: você sabe quem foi essa educadora? **Espiral interativa. Futura**, [s. I.], 2 maio 2019. Disponível em: <https://espiralinterativa.com/qafutura2020/makota-valdina-quem-foi/>. Acesso em: 24 jul. 2023.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ANDERY, M. C. R. Linha do tempo de estudos sobre o luto. In: FRANCO, M. H. P.; ANDERY, M. C. R; LUNA, I. J. (orgs.). **Reflexões sobre o luto**: práticas interventivas e especificidades do trabalho com pessoas enlutadas. 1. ed. Porto Alegre: Aprris, 2021. p. 15-30.
- ARAGO, J. E. **Castigo de escravos**. 1839. Litografia. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jacques_Etienne_Arago_-_Castigo_de_Escravos,_1839.jpg. Acesso em: 6 set. 2022.
- ARAÚJO, E. P.; BIAR, L. A.; BASTOS, L. C. Engagement in social movements and the fight for justice: a study on the narratives of black mothers. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, [s. I.], v. 59, n. 3, p. 1688-1709, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/010318138361811120201113>. Acesso em: 6 set. 2022.
- ARAÚJO, V. S. de; SOUZA, E. R. de; SILVA, V. L. M. da. “Eles vão certeiros nos nossos filhos”: adoecimentos e resistências de mães de vítimas de ação policial no Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 1327-1336, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022274.06912021>. Acesso em: 23 jul. 2023.
- BELL, J. **Projeto de pesquisa**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BESEN, B. O.; ANSARA, S. Violência estrutural e marcas ditatoriais: análise psicosocial a partir de narrativas periféricas. **Pesquisa. prát. psicosociais**, São João del-Rei, v. 16, n. 2, p. 1-16, 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082021000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 6 set. 2022.

BOHIGAS, B. *et al.* Trauma histórico. Revisión sistemática de un abordaje diferente al conflicto armado. **Rev. colomb. Psiquiatr.**, [s. l.], v. 44, n. 1, p. 43-49, 2015. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/ii-770887>. Acesso em: 6 set. 2022.

BONANNO, G. A. Loss, trauma, and human resilience: Have we underestimated the human capacity to thrive after extremely aversive events? **Psychological Trauma: theory, research, practice, and policy**, v. S, n.1, p. 101-113, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/1942-9681.S.1.101>. Acesso em: 23 jul. 2023.

BOWLBY, J. **Apego e perda**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.

BOYNTON, K. W. Repeated, ongoing, and systemic incidents of racism and their harmful mental health effects: addressing trauma in the lives of african americans. **Delaware journal of public health**, [s. l.], v. 6, n. 5, p. 12-15, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8352525/>. Acesso em: 6 set. 2022.

BREWSTER, F. **Archetypal Grief**: Slavery's Legacy of Intergenerational Child Loss. 1.ed. New York: Routledge, 2018.

BREWSTER, F. **The racial complex**: A Jungian perspective on culture and race. 1.ed. London; New York: Routledge, 2019.

BUTLER, J. **Precarious life**: the powers of mourning and violence. London; New York: Verso, 2004.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 jul. 2023.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/>. Acesso em: 23 jul. 2023.

CRENSHAW, K. A urgência da interseccionalidade. **TED Women**, 2016. 1 vídeo (18 min). Disponível em: https://www.ted.com/talks/kimberle_crenshaw_the_urgency_of_intersectionality?utm_campaign=tedspread&utm_medium=referral&utm_source=tedcomshare. Acesso em: 20 set. 2022.

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CONDÉ, M. **Eu, Tituba Bruxa Negra de Salem.** 1.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

CONNOLLY, J.; GORDON, R. Co-victims of homicide: A systematic review of the literature. **Trauma, violence and abuse**, [s. l.], v. 16, n. 4, p. 494-505, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1524838014557285>. Acesso em 20 jul. 2023.

COSTA, A. B.; ZOLTOWSKI, A. P. C. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: KOLLER, S. H; COUTO, M. C. P. P.; HOHENDORFF, J. V. (orgs.). **Manual de produção científica**. 1.ed. Porto Alegre: Penso, 2014. p. 55-70.

COSTA, D. H. da et al. Homicídios de jovens: os impactos da perda em famílias de vítimas. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 27, n. 3, p. 685-705, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000300016>. Acesso em: 6 set. 2022.

CYRULNIK, B. **Autobiografia de um espantalho:** histórias de resiliência: o retorno à vida. 1.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

DEGRUY, J. **Post Traumatic Slave Syndrome:** America's Legacy of Enduring Injury and Healing. Portland: Uptone Press, 2005.

DEWES, J. O. **Amostragem em bola de neve e respondent-driven sampling:** uma descrição dos métodos. 2013. Monografia (Bacharelado em Estatística) – Instituto de matemática, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

DICIONÁRIO DE SÍMBOLOS. **Sankofa: significado desse símbolo africano**, c2008-2022. Disponível em: <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/sankofa-significado-desse-símbolo-africano/>. Acesso em: 6 set. 2022.

DOMINGUES, D. F.; DESSEN, M. A.; QUEIROZ, E. Luto e enfrentamento em famílias vitimadas por homicídio. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 2, p. 61-74, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672015000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 6 set. 2022.

DOS REIS, M. F. A escrava. In: DOS REIS, M. F. **Úrsula e outras obras**. Brasília: Edições Câmara, 2018. Texto original publicado em 1887.

EU NÃO SOU SEU NEGRO. Direção: Raoul Peck. França, Estados Unidos: Imovision, 2017. 1 vídeo (93 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LAfLH2cTEOQ>. Acesso em: 6 set. 2022.

EVARISTO, C. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2015.

EZZY, D. **Qualitative analysis: practice and innovation.** 1.ed. Austrália: Routledge, 2002.

FANON, F. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Texto original publicado em 1961.

FANON, F. **Em defesa da revolução africana.** Lisboa: Sá da Costa Editora, 1969.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas.** São Paulo: Ubu editora, 2020. Texto original publicado em 1952.

FERREIRA, L. F. Luiz Gama por Luiz Gama: carta a Lúcio de Mendonça. **Teresa: revista de literatura brasileira**, São Paulo, v. 8, n. 9, p. 300-321, 2008.

FERREIRA, A. B. de H. Mini Aurélio. O dicionário da língua portuguesa. 7. ed. S.I.: Editora Positivo, 2009.

FERNANDES, F. A Integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Editora Contracorrente, 1964.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 23 jul. 2023.

FONSECA, M. N. S. Posfácio: costurando uma colcha de memórias. *In: EVARISTO, C. **Becos da memória.*** 3. ed. Rio de Janeiro, Pallas, 2018. p. 157-164.

FRANCO, M. H. P. Luto como experiência vital. *In: SANTOS, F. S. (org.). **Cuidados paliativos, discutindo a vida, a morte e o morrer.*** 1. ed. São Paulo: Atheneu, 2009. p. 245-255.

FRANCO, M. H. P. **O luto no século 21:** uma compreensão abrangente do fenômeno. 1.ed. São Paulo: Summus, 2021.

FRANÇA, P. M. F. Amor de mãe: mobilizando sentimentos e afetos na sustentação de uma denúncia e na reconstrução do cotidiano. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 275-290, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2020.36.12.a>. Acesso em: 21 jul. 2023.

FREITAS, J. L. de; MICHEL, L. H. F. A maior dor do mundo: o luto materno em uma perspectiva fenomenológica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 273-283, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-737222324010>. Acesso em: 23 jul. 2023.

GABOR MATE A SABEDORIA DO TRAUMA. Realizado por: Zaya e Maurizio Benazzo. Direção de fotografia: Caroline Harrison. Editor: Kirk Demorest e Caroline Harrison. [S. I.], SAND produção, 22 jul. 2020. 1 vídeo (3 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QVfVt6b-6Lw>. Acesso em: 20 set. 2022.

GALÁN, C. A. *et al.* An intersectional-contextual approach to racial trauma exposure risk and coping among black youth. **Journal of research on adolescence**, [s. l.], v. 32, n. 2, p. 583-595, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jora.12757>. Acesso em: 6 set. 2022.

GALTUNG, J. Violence, peace, and peace research. **Journal of peace research**, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/002234336900600301>. Acesso em 23 jul. 2023.

GALTUNG, J. **Transcender e transformar**: uma introdução ao trabalho de conflitos. São Paulo: Editora Palas Athena, 2006.

GAMBINI, R.; DIAS, L. **Outros 500**: uma conversa sobre a alma brasileira. 1.ed. São Paulo: Editora SENAC, 1999.

GONÇALVES, A. M. **Um defeito de cor**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GOMES, A. **Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil**. 1.ed. São Luís: Editora AML, 2022.

GOMES, F. S.; LAURIANO, J.; SCHWARCZ, I. M. **Enciclopédia Negra**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GOMES, A. M. A. "**Melhor que o Mel, só o Céu**": trauma intergeracional, complexo cultural e resiliência na diáspora africana (um estudo de caso do Quilombo do Mel da Pedreira, em Macapá, AP). 2017. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

GOMES, F. dos S.; SCHWARCZ, L. M. Apresentação. In: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. dos S. (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HAAG, C. A saudade que mata. **Revista pesquisa FAPESP**, [s. l.], v. 172, 2010. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/revista/ver-edicao-editorias/?e_id=47. Acesso em: 21 set. 2022.

HARTMAN, S. **Perder a mãe**: uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

HERMAN, J. **Trauma and recovery**: the aftermath of violence: from domestic abuse to political terror. 1.ed. New York: Basic Books, 1992.

HOHENDORFF, J. V. Como escrever um artigo de revisão de literatura. In: KOLLER, S. H; COUTO, M. C. P. P.; HOHENDORFF, J. V. (orgs.). **Manual de produção científica**. 1.ed. Porto Alegre: Penso, 2014. p. 39-54.

- JONES, S.; ANDERSON, R. E.; STEVENSON, H. C. Not the same old song and dance: viewing racial socialization through a family systems lens to resist racial trauma. **Adversity and resilience science**, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 225-233, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s42844-021-00044-8>. Acesso em: 6 set. 2022.
- JUNG.C.G. A importância da psicologia para a época atual. In: JUNG, C. G. **Civilização em transição**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2013. Texto original publicado em 1933-1934.
- JUNG, C. G. O inconsciente pessoal e o inconsciente suprapessoal ou coletivo. In: JUNG, C. G. **Psicologia do inconsciente**. 24.ed. Petrópolis: Vozes, 2014. Texto original publicado em 1912.
- KALSCHED, D. **O mundo interior do trauma: defesas arquetípicas do espírito pessoal**. 1.ed. São Paulo: Paulus, 2013.
- KELEMAN, S. **Anatomia emocional**. São Paulo: Summus, 1992.
- KILOMBA, G. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- KIMBLES, S. L.; SINGER, T. **The cultural complex: Contemporary Jungian perspective on psyche and society**. London: Brunner-Routledge, 2004.
- KIMBLES, S. **Intergenerational complexes in Analytical Psychology: The suffering of ghosts**. 1.ed. New York: Routledge, 2021.
- KOVÁCS, M. J. Morte, separação, perdas e o processo de luto. In: KOVÁCS, M. J. (org.). **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992. p. 149-164.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2.ed. São Paulo: Companhia das letras, 2019.
- LOPES, N. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. 4. ed. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.
- MAATHAI, W.M. **Inabalável**. 1.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- MACHADO, M. H. P. T. Mulher, corpo e maternidade. In: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. dos S. (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- MARQUES JUNIOR, J. S. O “equívoco” como morte negra, ou como “naturalizar” balas racializadas. **Revista Katálysis**, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 366-374, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p366>. Acesso em: 6 set. 2022.
- MARTINS, G. **Laços atados: A morte do jovem no discurso materno**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.
- MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. 1.ed. Lisboa: Antígona, 2014.

- MCDEVITT-MURPHY, M. E. *et al.* Alcohol use and coping in a cross-sectional study of African American homicide survivors. **Journal of ethnicity in substance abuse**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 135-150, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15332640.2019.1598905>. Acesso em: 6 set. 2022.
- MENDES, L. A. O. Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa d'África e o Brasil (1812). **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 362-376, 2007.
- MENDES, E. R. P. Trauma e identidade brasileira. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 37, n. 69, p. 79-89, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952015000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 6 set. 2022.
- MOHER, D. *et al.* Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **PLoS Med.**, [s. l.], v. 6, n. 7, e1000097, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>. Acesso em: 6 set. 2022.
- MORRISON. T. **Amada**. 1.ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007.
- MORRISON, T. **A origem dos outros**: seis ensaios sobre racismo e literatura. São Paulo: Companhia das letras, 2017.
- NABUCO, J. **O abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- NASCIMENTO, A. **O Genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora paz e terra, 1978.
- OUVIDORIA DA POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Pesquisa sobre o uso da força letal por policiais de São Paulo e vitimização policial em 2017**, [s. l.], 2018.
- PASSOS, R. G. **Na mira do fuzil**: a saúde mental das mulheres negras em questão São Paulo: Hucitec, 2023.
- PARRY, T. D.; YINGLING, C. W. Slave hounds and abolition in the Americas. Past and Present, Oxford, v. 246, n. 1, p. 69-108, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pastj/gtz020>. Acesso em: 23 jul. 2023.
- PERRY, B.; WINFREY, O. **O que aconteceu com você?** Uma visão sobre trauma, resiliência e cura. 1.ed. Rio de janeiro: Sextante, 2022.
- PIAZZA-BONIN, E. *et al.* Disenfranchised grief following African American homicide loss: An inductive case study. **Omega**, Westport, v. 70, n. 4, p. 404-427, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0030222815573727>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- RAMOS, D. G. **A psique do corpo**: a dimensão simbólica da doença. São Paulo: Summus, 2006.

RAMOS, D. G. Complexo cultural e a elaboração do trauma da escravidão. *In: GAETA, I. (org.). Jung na clínica: complexos.* São Paulo: Estudos Junguianos, 2023. p. 147-164.

RAMOS, V. A. B. O processo de luto. **Psicologia: o portal dos psicólogos**, [s. l.], 2016. Disponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?o-processo-de-luto&codigo=A1021. Acesso em: 23 jul. 2023.

REHBEIN, M. P.; CHATELARD, D. S. Transgeracionalidade psíquica: uma revisão de literatura. **Fractal rev. Psicol.**, Niterói, v. 25, n. 3, p. 563-583, 2013. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-699069>. Acesso em: 6 set. 2022.

REIS, J. J.; GOMES, F. S. **Revoltas Escravas no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. A Formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, J. R. dos. **O que é racismo?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

SANTANA, B. Ana Maria Gonçalves: 'Nossas vozes e nossas ideias são pó de ouro'. **Revista Cult**, [s./], 9 nov. 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/ana-maria-goncalves-entrevista/>. Acesso em: 6 set. 2022.

SARAIVA, A. Trabalho, renda e moradia: desigualdades entre brancos e pretos ou pardos persistem no país. **Agência IBGE notícias**, 12 nov. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29433-trabalho-renda-e-moradia-desigualdades-entre-brancos-e-pretos-ou-pardos-persistem-no-pais#:~:text=Um%20dos%20principais%20indicadores%20do,foi%20de%2034%2C5%25>. Acesso em: 7 set. 2022.

SAVAGE, A. J. **Vidas não vividas**: o sentido psicológico da perda simbólica e da perda real na morte de um filho. São Paulo: Cultrix, 1995.

SCHORE, A. N. **Affect dysregulation and disorders of the self**. 1.ed. London: W.W. Norton & Company, 2003.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SINGER, T.; KAPLINSKY, C. Cultural Complexes in Analysis. *In: STEIN, M. (ed.). Jungian Psychoanalysis: Working in the spirit of C.G. Jung*. Chicago: Open Court Publishing Company, 2010. p. 22-37.

SILVA, A. P. *et al.* "Conte-me sua história": reflexões sobre o método de História de Vida. **Mosaico: Estudos em Psicologia**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/6224>. Acesso em: 7 set. 2022.

SONODA, K. C. L. Luto e resiliência em vítimas da violência urbana no DF/Brasil. **Psicol. rev.**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 57-82, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-910475>. Acesso em: 6 set. 2022.

SOUZA, Y. S. O. O Uso do Software Iramuteq: fundamentos de lexicometria para pesquisas qualitativas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p.1541-1560, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/64034/40275>. Acesso em: 24 jul. 2023.

TECNOLOGIA ANCESTRAL AFRICANA: SÍMBOLOS ADINKRA. Espaço do Conhecimento UFMG, 16 ago. 2022. Disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/tecnologia-ancestral-africana-simbolos-adinkra/#:~:text=A%20palavra%20Adinkra%20tem%20um,como%20um%20adeus%20à%20alma>. Acesso em: 30 abr. 2023.

TELLES, L. F. da S. Amas de Leite. *In: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. dos S. (orgs.). Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos.* 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TORONTO, C. E. Overview of the Integrative Review. *In: TORONTO, C.; REMINGTON, R. (eds.). A step-by-step guide to conducting an integrative review.* [S. l.]: Springer, 2020. p. 1-9. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-37504-1_1. Acesso em: 6 set. 2022.

TRACHTENBERG, A. R. C. Transgeracionalidade: sobre silêncios, criptas, fantasmas e outros destinos. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 77-89, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-881892>. Acesso em: 6 set. 2022.

UNICEF BRASIL; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.** [S. l.]: UNICEF Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/panorama-da-violencia-lethal-e-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil>. Acesso em: 20 set. 2022.

VALDINA, M. Um jeito negro de ser e viver. Direção: Joyce Rodrigues. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 17 jul. 2012.1 filme (20 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sa0HXc48yIE>. Acesso em: 24 jul. 2023.

VAN DER KOLK, B. A.; D'ANDREA, W. Towards a developmental trauma disorder diagnosis for childhood interpersonal trauma. *In: LANIUS, R. A.; VERMETTEN, E.; PAIN, C. (eds.). The impact of early life trauma on health and disease: the hidden epidemic.* 1.ed. New York: Cambridge University Press, 2010. p.57-68.

VAN DER KOLK, B. A. **O corpo guarda as marcas:** cérebro, mente e corpo na cura do trauma. Rio de Janeiro: Sextante, 2020.

VERGNE, C. M. et al. A palavra é... genocídio: a continuidade de práticas racistas no Brasil. **Psicologia e sociedade**, [s. l.], v. 27, n. 3, p. 516-528, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p516>. Acesso em: 6 set. 2022.

VIVA A HISTÓRIA. 28 de setembro – dia da gratidão à mãe preta. **Viva a história**, [s./], 28 set. 2018. Disponível em: <http://juarezribeiroa.blogspot.com/2018/09/28-de-setembro-dia-da-gratidao-mae-preta.html>. Acesso em: 6 set. 2022.

VOLKAN, V. D. Psicodinâmica da violência de grandes grupos e da violência de massas. **Ciência e saúde coletiva**, [s. I.], v. 11, n. suppl., p. 199-1210, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500010>. Acesso em: 6 set. 2022.

WIKIQUOTE. Provérbios africanos. Disponível em: https://pt.wikiquote.org/wiki/Prov%C3%A9rbios_africanos. Acesso em: 23 jul. 2023.

WORCMAN, K. **Quem sou eu?** Memória e narrativa no Museu da Pessoa. 2021. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2021.tde-04072022-165147>. Acesso em: 7 set. 2021.

ZAZZLE. **Sankofa Stickers**. c2020-2022. 1 imagem. Disponível em: https://www.zazzle.com/sankofa_stickers-217473434500583265?epik=dj0yJnU9cWIUS0lybW8zWIB4V3ZLdGswUHRNRUpuWG5KRW9xT2wmcD0wJm49dkJRWjFwYXZoUzhXMDJGNWVnVEM3dyZ0PUFBQUFBR01YdWow. Acesso em: 6 set. 2022

APÊNDICE A – Questionário sociodemográfico

Nome:

Idade:

Região onde mora? (Bairro, Cidade e Estado)

Telefone:

Estado Civil:

Solteira () Casada () União Estável () Separada () Divorciada () Viúva

Número Filhos:

Escolaridade:

Sem Escolaridade Formal ()

Fundamental Incompleto ()

Fundamental Completo ()

Ensino Médio Incompleto ()

Ensino Médio Completo ()

Superior incompleto ()

Superior completo ()

Pós-graduação ()

Quantas pessoas moram junto com você?

Quem Mora com Você?

Renda familiar (somar o rendimento de todas as pessoas que moram junto com você)

() Até R\$ 606,00 (meio salário-mínimo)

() Até R\$ 1.212,00 (01 salário-mínimo)

() Até R\$ 2.424,00 (02 salários-mínimos)

() Até R\$ 3.636,00 (03 salários-mínimos)

() Até R\$ 4.848,00 (04 salários-mínimos)

() De R\$ 6.060,00 a R\$ 9.696,00 (05 a 09 salários-mínimos)

() Mais de R\$ 10.908,00 (10 salários-mínimos)

Caso necessário esclarecer dúvidas sobre essa entrevista/questionário, como prefere ser contatada?

Telefone ()

Whatsapp ()

Correio Eletrônico (e-mail) ()

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da pesquisa: Narrativas e memórias ancestrais – a perda de filhos por mulheres afrodescendentes como um trauma intergeracional.

Olá, você está convidada a participar voluntariamente da pesquisa Narrativas e memórias ancestrais – a perda de filhos por mulheres afrodescendentes como um trauma intergeracional. Trata-se de um projeto de Mestrado realizado por mim, Lourdes Alves de Souza, sob orientação da profa. Dra. Denise Gimenez Ramos, que pertence ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.

Após ler com atenção este documento e ser esclarecido sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte deste estudo, no final deste formulário você poderá dar seu aceite e receberá uma cópia desta autorização pelo e-mail indicado. Esta pesquisa visa identificar, analisar e refletir como as narrativas de mulheres afrodescendentes, que perderam seus filhos pela ação da força de segurança do Estado guardam relação com o trauma intergeracional da escravidão.

Procedimento

Seguindo as Resoluções CNS/MS nº 510/2016 e nº 466/2012 é importante que você saiba que todas as informações coletadas nesta pesquisa serão estritamente confidenciais, sendo divulgados apenas resultados gerais e não resultados individuais, mantendo a privacidade dos participantes.

As participantes não terão despesa alguma ao participar desta pesquisa e não haverá retorno financeiro por sua adesão. A participação é de caráter voluntário, não obrigatório e poderá ser interrompida a qualquer momento. No caso de desistência de participação, a pesquisadora excluirá da pesquisa os dados e informações coletadas.

A pesquisa é considerada de risco mínimo. Se houver algum incômodo ou desconforto emocional no decorrer da pesquisa, a pesquisadora coloca-se à disposição para oferecer acolhimento e informações de orientação para encaminhamento psicológico em instituições que prestem serviços psicológicos.

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Continuação)

Benefício - Ao participar dessa pesquisa a participante terá o benefício direto de falar e ser ouvida sobre o que aconteceu com o filho assassinado e o que aconteceu com ela depois desse evento violento.

Todas as informações e registros coletados são de uso exclusivo da pesquisa, para fins acadêmicos e científicos. Os resultados do estudo poderão ser publicados, sendo preservado o anonimato dos participantes.

Em qualquer etapa do estudo você terá acesso à pesquisadora responsável pela pesquisa para esclarecimento de dúvidas: Lourdes Alves de Souza, que pode ser encontrada na Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC SP – Rua Ministro Godoy, 969, 4º. andar - Sala 4E-05 - CEP 05015-901 Perdizes, São Paulo/SP.

Esta pesquisa foi analisada por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas.

Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo ou se estiver insatisfeito com a maneira como o estudo está sendo realizado, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da PUC-SP, localizado na Rua Ministro de Godói, 969, prédio da faculdade – Perdizes, São Paulo/SP – Cep: 05015-001. Fone: (11) 36708466 - E-mail: cometica@pucsp.br.

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Psicóloga pesquisadora responsável: Lourdes Alves de Souza - CRP: 06/17364;

Orientadora: Denise Gimenez Ramos

Instituição: PUC SP - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica

Contato: (11) 996396545 / pesquisalourdesalves@gmail.com

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Continuação)**Declaração do responsável:**

Declaro que entendi o objetivo e o procedimento da pesquisa, concordando voluntariamente a participar deste estudo.

IMPORTANTE: TODOS OS CAMPOS ABAIXO DEVEM SER PREENCHIDOS PARA QUE A AUTORIZAÇÃO TENHA VALIDADE

Observação: você receberá uma cópia deste termo de consentimento (TCLE) pelo e-mail indicado abaixo ou solicite cópia impressa pelo WhatsApp que recebeu o link da autorização. É muito importante que você guarde em seus arquivos este documento.

IMPORTANTE:

Nome completo do participante:

RG:

Telefone de contato (fixo ou celular)